

**PROJETO LUMIAR: QUANDO OS
AGRICULTORES AVALIAM: UM ESTUDO DE
CASO NO RIO GRANDE DO NORTE**

DEMETRIUS DE OLIVEIRA SILVA

1999

50510
35703

DEMETRIUS DE OLIVEIRA SILVA

PROJETO LUMIAR : QUANDO OS AGRICULTORES AVALIAM: UM ESTUDO DE
CASO NO RIO GRANDE DO NORTE

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras – MG como parte das exigências do Curso de Mestrado em Administração Rural para obtenção do título de “Mestre”.

Orientador:

Prof. Robson Amâncio

BIBLIOTECA CENTRAL - UFLA



50510

LAVRAS

MINAS GERAIS - BRASIL

BIBLIOTECA CENTRAL

UFLA

N.º CLAS. T307.72

S12

N.º REGISTRO 50510

DATA 09/12/100

1999

**Ficha Catalográfica Preparada pela Divisão de Processos Técnicos da
Biblioteca Central da UFLA**

Silva, Demetrius de Oliveira

**Projeto Lumiar: quando os agricultores avaliam. Um estudo de caso no
Rio Grande do Norte / Demetrius de Oliveira Silva. – Lavras : UFLA, 1999.
168 p. : il.**

**Orientador: Robson Amâncio
Dissertação (Mestrado) - UFLA.
Bibliografia.**

**1. Avaliação. 2. Projeto social. 3. Assistência técnica. 4. Extensão rural.
5. Avaliação substantiva. I. Universidade Federal de Lavras. II. Título.**

**CDD-630.71
-301.35
-307.72**

DEMETRIUS DE OLIVEIRA SILVA

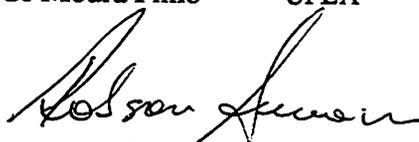
**PROJETO LUMIAR : QUANDO OS AGRICULTORES AVALIAM: UM ESTUDO DE
CASO NO RIO GRANDE DO NORTE**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras – MG como parte das exigências do Curso de Mestrado em Administração Rural para obtenção do título de “Mestre”.

APROVADA em 14 de setembro de 1999

Prof. Marcos Affonso Ortiz Gomes UFLA

Prof. Jovino Amâncio de Moura Filho UFLA



Prof. Robson Amâncio
(Orientador)

LAVRAS
MINAS GERAIS - BRASIL

A Deus,
A meus pais e irmãos
A meu filho Luan,
A Nana.

DEDICO

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, pela vida de amor, carinho e incentivos.

Aos meus irmãos, pela constante lição de amor e solidariedade.

Ao meu filho Luan, minha luz da manhã, pela compreensão da distância e pelo amor que me tem.

À minha companheira, Adriana, mulher forte e amiga, que tanto me encorajou e com quem todo dia descubro que a vida de homens e mulheres deve ser em comunhão.

Aos amigos, professores Robson, Jovino, Marcos, Edgard e Xangai, companheiros de jornada, que disponibilizam seus saberes somando-os aos diversos saberes em construção.

A todos os meus amigos que durante toda a minha trajetória de vida me ajudaram e ainda me ajudam a crescer, dos quais tantas lições e tanto carinho fraterno recebi de coração, entre tantos (que me desculpem algum lapso): Paulinho, Gal, Gustavo, Jacaré, Marquinhos, Chicão, Euclides, Zé Verdi, Caludião, Magali, Ceixa, Lúcia, Vital, Hildemar, Marcus Vítor, Alexandre, Alessandro e tantos outros e à Mansão Tabajara, portal de várias gerações, onde estão: Cravas, Samurai e Cubatão.

Aos companheiros da equipe de Supervisão, Geane, Sidney, Norma e Ramos, Flávio, Luis Augusto, Marcelo, Marcílio e Barbosa.

Aos Professores e funcionários do DAE e ao CNPq, pela bolsa.

À Cooperativa Terra Viva e a sua equipe Local do Lumiar de Porto do Mangue-RN.

Aos agricultores do Projeto de Assentamento Planalto do Mel, pela acolhida e atenção dispensada durante este trabalho, dentre eles, Neguinho, Chico Borges, Edmilson, Moacir, De Assis, Messias, Sr. Raimundo Batista, Galego e DóDó.

Aos movimentos sociais, pelo esforço empreendido todo os dias na luta pela conquista da Reforma Agrária.

SUMÁRIO

	Página
RESUMO.....	i
ABSTRACT	ii
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I	9
1 O PROJETO LUMIAR NO CONTEXTO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NO BRASIL	9
1.1 Antecedentes da Assistência Técnica e Extensão Rural	9
1.2 O lugar dos agricultores	15
1.3 Sinais de mudança ou atualidade da crise?.....	17
1.4 A ATER e as novas possibilidades: O que muda com relação ao enfoque tradicional e suas prováveis implicações	18
1.4.1 Serviços orientados pela demanda	19
1.4.2 Visão tecnológica ampla e integrada	20
1.4.3 Associatividades e cultura de negócios agrícolas.....	22
1.4.4 Serviços orientados por resultados	23
1.4.5 Estruturas institucionais	24
2 O PROGRAMA DE APOIO À GESTÃO E ORGANIZAÇÕES DE PEQUENOS PRODUTORES-CONTACAP: ANTECEDENTES DO LUMIAR	27
3 PROJETO LUMIAR - DIRETRIZES GERAIS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA NOS ASSENTAMENTOS.....	28
3.1 Considerações gerais.....	28
3.2 Objetivos do Projeto Lumiar.....	29
3.3 Objetivo geral.....	29
3.4 Objetivos específicos.....	30
3.5 Estrutura de coordenação e execução.....	32

CAPÍTULO II	35
2 O CONTEXTO EM QUE FOI FEITA A PESQUISA E O SEGMENTO DO PROGRAMA ANALISADO.....	35
2.1 A Reforma Agrária e o Projeto Lumiar no Rio Grande do Norte....	35
2.2 A seleção do assentamento a ser pesquisado.....	38
2.3 O projeto de assentamento de Planalto do Mel no cenário do Rio Grande do Norte.....	39
2.3.1 O plano preliminar de desenvolvimento local.....	40
2.3.2 O assentamento de Planalto do Mel.....	43
2.3.2.1 Caracterização do assentamento.....	43
2.3.2.1 Localização geográfica do PA	44
2.3.2.3 A organização do assentamento.....	45
3 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS.....	46
3.1 Procedimentos metodológicos.....	47
CAPÍTULO III	53
3 AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS SOCIAIS: CAMINHOS E DESCAMINHOS	53
3.1 O que é avaliação	53
3.2 Tipos de avaliação	56
3.3 O porquê de se avaliar programas e projetos sociais	60
3.4 Avaliação: neutralidade e poder	65
3.5 Avaliação substantiva ou consultiva: o caráter da participação	73
3.6 A avaliação pelos agricultores	82
3.7 Agricultores e condicionamento histórico-social	83
3.8 As Falas: cientificidade x senso-comum x cognição	86
3.9 O Lumiar, avaliação sistemática e descentralização	90
3.9.1 Momentos de avaliação no Lumiar	93

CAPÍTULO IV	96
4 O ASSENTAMENTO DE PLANALTO DO MEL: A TRAJETÓRIA DE DOIS ANOS.....	96
4.1 PDDL X Oficina de Planejamento 99: os padrões de mudança nos dois anos de Lumiar.....	96
4.2 A avaliação.....	99
4.3 O processo da avaliação realizado durante a pesquisa.....	107
4.4 O Lumiar na perspectiva dos agricultores.....	112
4.4.1 O Lumiar é mandado pelo INCRA ou uma conquista?.....	113
4.4.2 A dinâmica do Lumiar.....	114
4.4.3 Da frequência das visitas.....	118
4.4.4 O planejamento do desenvolvimento local.....	120
4.4.5 A abordagem metodológica.....	122
4.4.6 Agricultores, técnicos e tecnologias: o mundo dos projetos.....	127
4.4.7 Papel dos técnicos: um diferencial ou a perpetuação do Messias.....	131
4.4.8 Desenvolvimento e infra-estruturas: quem se envolveu?.....	138
4.4.9 A gestão da associação: tarefa primeira de educar.....	141
4.4.10 A comissão do trator: primeiro aprendizado de descentralização.....	145
4.4.11 A construção da Agrovila: barganha e transparência.....	147
4.4.12 A energia e as estradas.....	150
4.4.13 Educação x escola: uma conquista a caminho?.....	151
4.4.14 Saúde: uma conquista ainda distante.....	154
CAPÍTULO V	156
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	156
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	160
ANEXOS.....	164

RESUMO

SILVA, Demetrius de Oliveira. Projeto Lumiar: quando os agricultores avaliam um estudo de caso no Rio Grande do Norte. Lavras: UFLA, 1999. 168p. (Dissertação de Mestrado em Administração Rural)*

O presente trabalho buscou fazer uma avaliação do Projeto Lumiar de Assistência Técnica nas áreas de assentamento de Reforma Agrária no Estado do Rio Grande do Norte, sob a perspectiva dos agricultores beneficiados. A integração de suas falas mostrou que houve um processo crescente no entendimento acerca da importância de se avaliar o Lumiar, fato este que ficou demonstrado na continuidade desta prática, através das avaliações mensais subsequentes à pesquisa e encaminhadas pela própria comunidade. O Lumiar pode, então, ser um projeto que avança para além da simples anunciação de seus pressupostos, objetivos e mecanismos de avaliação. A pesquisa mostrou que a avaliação deste projeto e de outros ligados ao Desenvolvimento Rural podem se dar de maneira substantiva, devendo substituir a lógica da racionalidade que instrumentaliza esta prática e a coloca a serviço de interesses que não os das famílias assentadas. Muitos pontos ficaram ainda por ser esclarecidos e outros dependerão de ajustes na relação técnico-produtor, porém o espaço para isto foi criado.

* Orientador: Robson Amâncio – UFLA.

ABSTRACT

This present piece of work has been aimed at the evaluation of the Projeto Lumiar de Assistência Técnica in the settlements areas of the Agrarian Reforms in the state of Rio Grande do Norte under the benefited agriculturists' point of view. The integration in their statements showed that there was a growing understanding about the importance in evaluating the Lumiar project, which was subsequently demonstrated through the monthly evaluations that followed this research, having been sent to us by the community members themselves. Lumiar may, so, be a project that is ahead of what has been put out as being its purposes, goals and evaluation mechanisms. The research showed that this project's evaluation and those of others linked to Rural Development may occur in a substantive manner, possibly substituting for the logicallity of the reasonability which intrumentalizes such practice putting it at the service of interests other than those of the families which have been settled down. Plenty of points are yet to be clarified as others will depend on adjustments in the technician- producer relationship. The necessary room for this to happen has already been created, though.

INTRODUÇÃO

A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no Brasil, como política pública, sempre esteve permeada de uma racionalidade que, durante muitos anos, não se apresentava perceptível. A verdadeira intenção, de uma forma velada, estava muito além das entrelinhas dos discursos oficiais, sempre bem apresentáveis e bem construídos. Os objetivos e justificativas expostos pelos mesmos faziam um culto apologético, pregando o desenvolvimento do meio rural e decretando fim ao “atraso” e a derrubada do “tradicionalismo” da pequena produção. A ação da Assistência Técnica e Extensão Rural – bem como da pesquisa e do ensino – foi fundamental para legitimar e garantir a implantação da lógica capitalista de produção sob a égide da modernização da agricultura.

Com práticas anti-dialógicas, implementou-se uma jornada em prol da substituição dos saberes locais dos agricultores pela técnica redentora que os faria passar à condição de empresários rurais. As conseqüências desse modelo baseado na Revolução Verde trouxeram os impactos vividos hoje pelo setor agrícola de forma geral e, sobretudo no Nordeste brasileiro, a modernização conservadora foi responsável pelo agravamento do quadro de exclusão social.

Se de uma forma pode-se considerar que a ATER cumpriu o seu papel, a partir de uma lógica que a instrumentalizou, da mesma forma pode-se se dizer que, após a consolidação do capital nas atividades do setor agrícola, seus serviços passam a ser considerados desnecessários. O dismantelamento desses serviços pelo Estado reflete uma intencionalidade ainda capitalista, agora denominada de projeto neo-liberal. Ao que parece, existe um amplo consenso ao se diagnosticar o quadro de crise vivido pelas instituições oficiais de ATER de que, dentre outros, os principais motivos estão a perda de legitimidade perante à classe política e sociedade – por causa e/ou conseqüência de seus cortes

orçamentários - e, somada a isso, uma crise do paradigma que orientou tais serviços durante quase quatro décadas.

Nesse momento de indefinições, o próprio Estado busca novas perspectivas para a prestação desses serviços e uma infinidade de possibilidades poderão ser implementadas, como a descentralização, desconcentração ou terceirização. É nesse contexto que o próprio Estado, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, reconhece que *“o Brasil na contramão da tendência mundial de modernização da Agricultura Familiar, praticamente desmantelou sua rede de extensão rural e assistência técnica, formada pelas EMATERs e outras instituições, sem atualização de suas equipes, desmotivadas pelos baixos salários e por falta de condições de trabalho”* (INCRA: 1997)

Em virtude desse reconhecimento, o INCRA, a partir de 1997, implementa o Projeto Lumiar, que tem como objetivo proporcionar uma alternativa de Assistência Técnica específica para as áreas de assentamentos da Reforma Agrária. Em seus documentos oficiais, traz um discurso governamental que estabelece, juntamente com o acesso à terra com infra-estrutura e ao crédito, uma tríade de vetores complementares e fundamentais ao sucesso da Reforma Agrária. Mais uma vez, têm-se os seguintes ingredientes: um discurso oficial de um projeto e uma racionalidade embutida, o que faz com que seja importante um estudo crítico, no sentido de verificar a sua implementação na prática.

O Lumiar é hoje um projeto que envolve uma gama de questões que precisam de respostas e que, como qualquer outro programa ou projeto, deve passar pelos seus processos de avaliação e, conseqüentemente, proceder aos ajustes/reorientações necessários. Há o envolvimento de uma série de institucionalidades que vão de Brasília à sua base, que são os Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária. É nestes que residem os atores beneficiários

do programa e, portanto, um dos principais segmentos a serem ouvidos para a melhoria da sua qualidade.

Muitos autores, ao avaliarem programas governamentais para o Nordeste rural, diagnosticam que os mesmos não alteraram a situação de miséria e pobreza. Muito pelo contrário, o montante de recursos aplicados, após a criação de programas e mais programas, substituindo muitas vezes apenas o nome dos predecessores, deixou a população rural descrente de tais iniciativas. Esses mesmos autores denunciam que as intervenções do Estado contribuíram para reforçar as relações de produção já existentes no Nordeste que, através da prática de políticas compensatórias, serviam para a propaganda do governo no sentido de diminuir as tensões sociais e para a manutenção da situação de dominação do capital.

Outras avaliações de desempenho têm privilegiado as dimensões técnico-economicistas, se apoiando em termos físicos (produção, rendimentos físicos, número de pessoas “beneficiadas”, etc.). Avaliações superficiais podem trazer uma falsa impressão de êxito ou de fracasso, principalmente se se apegam aos resultados físicos. A riqueza dos processos se perde nesses tipos de avaliações, sendo que, na maioria das vezes, é nestes que residem fontes reveladoras do crescimento ou não dos grupos informais envolvidos. É onde se detecta se houve a participação real ou não destes grupos que, se não forem levados em conta, acaba ficando encoberta por detrás dos números de rendimentos físicos. As avaliações podem, portanto, encobrir distorções por desconsiderarem tais processos, que são preteridos pelo fato de poderem por em risco interesses outros que não os amplamente difundidos nos instrumentos de mídia e nos discursos oficiais.

Muitos outros questionamentos ainda cabem com relação às avaliações de programas e projetos de desenvolvimento rural, por configurarem análises superficiais que tratam os projetos como se estes possuíssem uma neutralidade,

“fabricando” os resultados de acordo com a sua racionalidade: o Estado a serviço dos grandes capitais e no Nordeste agravado pelas estruturas locais de cunho coronelistas. Tal afirmativa aponta para o quanto a prática da avaliação pode também tornar-se um poderoso e eficiente instrumento de legitimação e de dominação.

A partir de questionamentos que vão desde a forma anterior de atuação que não considerava a participação social como fator importante, até a apropriação dessa como simples retórica dos programas - o que lhes forja o status de “participativo” – percebe-se que a avaliação também pode ser um instrumento poderoso de contraposição, desde que haja a participação dos agricultores, entendendo-a como uma conquista que a transforma em uma participação substantiva.

O Lumiar contempla em seus documentos a realização de avaliações periódicas e que estas devem ter a participação dos agricultores assentados, bem como na gestão do projeto como um todo. Embora se refira a tal prática, os documentos não mostram como oportunizá-la, nem como fazê-la metodologicamente; tampouco apresenta mecanismos para que a mesma se efetive.

Este trabalho torna-se importante ao configurar-se como objeto para análise das possíveis alternativas para o desenvolvimento rural que surgem das práticas dos programas e projetos, sejam oficiais ou não governamentais, especificamente no que se refere à avaliação dos mesmos. E o faz, trazendo para o meio acadêmico-científico a discussão sobre a visão de desenvolvimento rural e de intervenção junto às famílias de produtores assentados na Reforma Agrária desses programas e projetos, face a face com o contexto sócio-econômico e político em que estão inseridos.

Esta pesquisa torna-se pertinente por dois motivos. O primeiro, devido ao momento pelo qual passa o Lumiar no estado do Rio Grande do Norte e que,

após dois anos e meio de implantação, ainda não passou por uma avaliação. Em segundo, fazê-la sob a perspectiva dos agricultores familiares em áreas de assentamentos de Reforma Agrária comprova a possibilidade de contribuir na construção de um referencial que lhes facilite implementar processos de avaliação sistemática, uma vez que são os principais interessados e o segmento sobre o qual refletem diretamente os seus impactos.

Indiretamente, poderá subsidiar com alguns referenciais a Equipe de Supervisão do Projeto, no estado do RN, no processo de construção de um “Dispositivo Metodológico de Avaliação” que aglutine todos os segmentos interessados no avanço qualitativo do Lumiar e favoreça um maior entendimento entre equipes locais e assentados e suas entidades de representação, a partir da escuta e do diálogo, da análise crítica e problematizadora dos seus atores, desaguando em possíveis e necessários ajustes do serviço de assistência técnica detectados nestes dois anos.

O presente estudo busca fazer uma reflexão crítica sobre o Projeto Lumiar através da análise de conteúdos de seus documentos e da pesquisa de campo, avaliando suas práticas e resultados sob a ótica dos “beneficiários”. Intenta também interpretar as falas dos mesmos, investigando o seu “fundo avaliativo” e o que elas apontam como pistas para a construção de uma verdadeira prática de avaliação participativa substantiva. Para tanto, o faz à luz dos processos avaliativos de programas e projetos, investigando a intervenção por parte da equipe do Projeto Lumiar e do seu potencial de gerar mudanças na realidade vivida pela agricultura familiar, em áreas de Assentamento de Reforma Agrária. Mais especificamente pretende:

- verificar em que medida o que está formulado como concepção no documento base do Projeto Lumiar vem se dando durante a sua implementação na prática diária;

- identificar e qualificar os resultados obtidos pelo Projeto Lumiar junto às famílias de agricultores assentados em áreas de Reforma Agrária, através da avaliação.

Enquanto pesquisa participante, objetivou-se investigar a potencialidade de avaliação encontrada nas falas dos agricultores beneficiários do Projeto Lumiar e que, à medida que iam sendo incorporadas durante o trabalho de pesquisa, os mesmos pudessem ir produzindo um conhecimento sobre seu próprio funcionamento, bem como a potencialidade de que estes se integrassem à ação, na medida em que se avançava a sua implementação num processo de reflexão/avaliação.

Organização do trabalho

O presente trabalho está organizado em cinco capítulos sendo que:

O primeiro busca fazer uma abordagem histórica da Assistência Técnica e Extensão Rural, culminando no surgimento do Projeto Lumiar, a fim de contextualizá-lo enquanto uma nova modalidade de prestação destes serviços. Lançando um olhar crítico nesta trajetória, buscou-se desvendar, sobretudo, dois aspectos: o primeiro, relacionado com a racionalidade implícita das mudanças ocorridas nestes serviços, no desenrolar dos tempos, em função dos interesses do capital, antes modernizador, hoje neo-liberal e globalizado. Em segundo lugar e de uma forma não dissociada, aborda ainda a forma de trabalhar, principalmente no que se refere aos aspectos pedagógicos que permearam as relações entre técnicos e agricultores familiares. Chegando aos dias atuais, analisa as principais possibilidades de reformulação dos serviços de ATER. Buscou-se também, através da análise dos conteúdos dos documentos do Lumiar, compará-lo com o seu antecessor que foi a experiência do Programa de Apoio à Gestão de Organizações de Pequenos Produtores-CONTACAP, implementada nos estados do CE, RN, PE e BA, entre 1995 e 96.

No segundo capítulo intentou-se apresentar o universo da pesquisa, contextualizando a Reforma Agrária no estado do Rio Grande do Norte. Através da análise dos documentos produzidos pela equipe do Lumiar durante os dois anos de sua atuação no Projeto de Assentamento, onde tomou-se como ponto de partida a construção de um perfil de entrada na área. Para um melhor entendimento da realidade local e os padrões de mudança ocorridos, estabeleceu-se uma análise comparativa entre o Plano Preliminar de Desenvolvimento Local-PPDL, documento elaborado na chegada da equipe no assentamento e o documento de avaliação e planejamento das ações para o ano de 1999. Este procedimento inicial ampliou a capacidade de entendimento da realidade local durante a pesquisa de campo, fornecendo maiores elementos para construção do roteiro semi-estruturado da pesquisa participante.

No terceiro capítulo, o marco teórico é a avaliação de programas e projetos sociais, buscando identificar, na literatura, as formas existentes de avaliação, suas potencialidades e suas limitações. É nesse capítulo que se buscou suporte teórico para qualificarmos o nível de “avaliação” possível na análise das falas dos agricultores entrevistados. Apresenta-se, então, como categoria fundamental para este estudo, a participação social de forma substantiva em processos avaliativos, como elemento essencial que deve constituir a co-gestão de projetos, programas e políticas públicas. Os aspectos gnosiológicos da construção do conhecimento que perpassam as análises e os olhares dos agricultores para o mundo em que vivem são também tratados neste capítulo.

No quarto capítulo foram analisadas as falas dos agricultores envolvidos na pesquisa, relacionando-as à investigação dos objetivos propostos neste estudo e ao suporte teórico e discussões feitas nos capítulos anteriores .

Finalmente, apresentam-se as considerações finais com relação aos resultados obtidos, que vêm no sentido de se buscar uma ATER que preze a

participação, com elementos e instrumentos pedagógicos, em contraposição à pedagogia da imposição, que alimenta a subalternidade dos agricultores e que compreende as velhas formas de intervir no meio rural. A participação destes agricultores como principais interessados em todos os níveis das ações dos programas e projetos sociais orientados para o Desenvolvimento Rural torna-se fundamental e o momento de avaliação pode ser a etapa de aprendizado para uma análise da realidade de uma posição mais crítica que, à medida que avança, toma consistência e substantividade.

CAPÍTULO I

1 O PROJETO LUMIAR NO CONTEXTO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NO BRASIL

1.1 Antecedentes da Assistência Técnica e Extensão Rural

Para que o entendimento acerca do projeto Lumiar se dê a contento, faz-se necessário procedermos a uma retomada das questões que culminaram no estado de coisas em que se encontra hoje o sistema oficial de Assistência Técnica e Extensão Rural-ATER no Brasil. A análise se prende mais aos pressupostos teóricos ou aos discursos que permearam e embasavam o conjunto de práticas levadas a cabo pelos seus “agentes” de “intervenção” para garantir a implementação da lógica desenvolvimentista no meio rural, nas últimas décadas recentes.

Tal resgate se justifica por servir de base para contextualizar historicamente o presente estudo, no momento em que se avalia mais um programa governamental, o Projeto Lumiar. Esse projeto se configura hoje como uma forma de prestação de serviços de ATER, sendo, portanto, um reflexo da trajetória e ao mesmo tempo se apresentando como uma nova opção do Estado para a implementação desses serviços.

Monteiro, citado em uma análise da ATER no Brasil e em outros países da América do Sul feita por Echenique (1998, p.18) sugere, para efeito de resgate da trajetória do sistema no país, três fases distintas por ele classificadas: a primeira, com forma jurídica não governamental, mas desde já atrelando a prestação de serviço ao crédito rural; a segunda e sobremaneira a responsável pela implantação oficial da Revolução Verde, *“em função de determinadas políticas macroeconômicas (substituir as importações e equilibrar a balança de pagamentos) em que se procurava o aumento da produção e da produtividade*

através de um atendimento individualizado, o fomento de cooperativas de comercialização e o uso do crédito”.

Se, em sua análise, esse autor deixa passar despercebida a discussão do ponto de vista político-ideológico, é justamente quando o Estado centraliza os serviços da ATER, ou seja, é quando se analisa historicamente a segunda fase que se percebe o quanto a instrumentalização destes serviços foi fundamental para impulsionar o avanço do capitalismo no campo.

Por outro lado, Almeida et al. (1995) adotam uma contextualização histórico-ideológica das organizações oficiais de ATER e reforçam que “*a racionalidade presente na prática dos extensionistas de campo é resultante, dentre outras, da ideologia organizacional*”, e vão além: “*através do processo de socialização organizacional, os extensionistas aprendem as fundamentações que justificam a ação na prática*”(Almeida et al., 1995, p. 149) . Portanto, tem-se como pano de fundo, perpassando estas organizações do Estado, a lógica (racionalidade) capitalista.

Adotaremos, complementando a divisão das três fases proposta por Echenique (1998), aquela que propõem Almeida et al. (1995), os quais, a partir também de uma análise documental, sugerem, conforme o quadro abaixo, a seguinte representação esquemática dos períodos ou fases organizacionais do serviço de ATER:

QUADRO I-1. Representação esquemática dos períodos ou fases organizacionais da ATER no Brasil

FASES /DIMENSÕES	CLÁSSICA - 74	PRODUTIVISTA
Tecnologia	Baseada na revolução verde	Moderna e “neutra”
Comunicação	Difusionista	Difusionista
Realidade social	Democracia liberal (Paternalismo)	Autoritarismo (Assistencialismo)
Interação social	Pequenos Produtores (Associativismo comunitário)	Médios e grandes (Cooperativismo)
Fases/ Dimensões	Participativa 85 - 90	Estratégica - 91
Tecnologia	Desmistificação (Adaptada ao produtor)	Adaptada às condições de mercado
Comunicação	Participativa (Dialógica)	Participativa (Estratégica)
Realidade social	Democracia (Questionamentos)	Democracia (Neo-liberal)
Interação social	Pequenos, médios e sem-terras (Sindicalismo)	Usuários e clientes (Associativismo empresarial)

FONTE: Almeida et al., 1995.

Na segunda fase de Echenique, ou a clássica e produtivista de Almeida, o serviço oficial de extensão rural teve papel relevante por atuar como “ponte” no repasse aos produtores, dos produtos gerados nas instituições de pesquisa, reforçado pelas instituições de ensino, para a implementação do processo modernizante da agricultura brasileira. No Brasil, a pesquisa desenvolvia-se nas estações experimentais; já os extensionistas-especialistas desempenhavam as suas funções, porém vinculados ao serviço de extensão. As universidades davam suporte aos extensionistas, quando solicitadas ou através de ajustes formais. É o modelo de difusão agrícola.

Fonseca, citado por Pedini (1993, p. 35), afirma ser o pressuposto básico das intervenções do Estado a seguinte noção: *“o destino da agricultura brasileira era trabalhar para permitir o pretendido crescimento industrial, seja enquanto suporte de divisas, como fornecedora de matérias-primas, mão-de-obra e alimentos, seja enquanto consumidora de produtos industrializados. Questões*

como a estrutura fundiária e as condições de trabalho da agricultura familiar não foram levados em conta”.

Sob o discurso oficial das organizações de ATER e de seus extensionistas, reforçava-se o objetivo principal que se pretendia, que era a intensificação da produção agrícola e o melhoramento das condições econômicas e sociais da vida rural, isto do ponto de vista da retórica.

Através de empreendimentos cooperativos com países desenvolvidos, sobretudo os EUA, o estado deu seqüência à política de desenvolvimento agrícola que, da década de 40 a meados da década de 70, fez prevalecer, portanto, a ideologia pioneira norte-americana ou “clássica” (Almeida, 1995).

Os programas consistiam basicamente em “dar” assistência às famílias rurais, principalmente através do crédito supervisionado e atividades de “extensão-educação”, ou seja:

a) a Extensão Rural deve levar às famílias rurais, através da ação educacional direta, os conhecimentos necessários para o melhoramento das suas práticas econômicas agrícolas e domésticas, assim como para promover mudanças em seus hábitos e atitudes como meio de conseguir melhores níveis econômicos, sociais e culturais;

b) o crédito rural supervisionado, visando a habilitar técnica, econômica e socialmente as famílias para melhorar suas condições de vida, através do uso do crédito baseado em planos de administração agrícola e doméstica e as técnicas transmitidas durante a supervisão subsequente. O objetivo para adoção de tal estratégia era, portanto, atingir os pequenos produtores cuja situação caracterizava-se por:

- capital insuficiente e acesso ao crédito dificultado;
- nível educacional baixo - era preciso mais do que educação-extensão.

A lógica foi, então, aliar três fatores combinados: crédito, supervisão no uso dos fundos de empréstimos e instrução dos métodos agrícolas melhorados,

para que, eventualmente, se atingisse um nível em que poderiam continuar aumentando sua produtividade em base contínua e ininterrupta e onde houvesse capital interno suficiente para se tornar elegível para créditos vindos de fontes padrão (ABCAR-EMBRATER).

Do discurso oficial à prática, criou-se um abismo muito grande com relação à questão de como esse processo “educativo” se dava. Ficou cada vez mais evidenciado o caráter tutorial das estratégias de intervenção que primavam pela simples transferência de conhecimentos ou até a “substituição” de conhecimentos, desvalorizando o elemento central do processo que eram os agricultores.

Durante muitos anos, no Brasil, foi discurso comum dos agentes de extensão que os pequenos agricultores eram “atrasados” e “irracionais”, pois não adotavam as novas tecnologias ou se o faziam no início, depois retornavam às práticas antigas. Chambers (1993) afirma que a receita que surgiu para solucionar o problema foi “melhorar” os serviços de extensão e que a frase típica que exemplifica essa forma de conceber o problema foi “temos que educar o produtor”. Pensava-se e fundamentava-se a prática com a seguinte racionalidade: “nós” temos os conhecimentos relevantes e “eles”, os agricultores, não os têm. Muitas das avaliações de programas governamentais apontaram como causa da não continuidade das ações a adoção dessa forma de conceber a relação entre equipes técnicas e agricultores. O fato é que, por desconsiderar as questões culturais e especificidades locais, os projetos encaminhados por esses agentes, por não serem legítimos para aqueles que supostamente seriam os “principais interessados”, não tinham continuidade.

Para Furtado (1992), o modelo tradicional não levava em consideração as inovações emanadas dos agricultores, ou seja, não valorizavam os valores intelectuais inerentes ao inovador em potencial que reside entre estes agricultores. Este modelo, então, deveria também levar em consideração os

valores intelectuais inerentes ao inovador em potencial do agricultor. Sob o aspecto da comunicação, continua ele, o modelo Rogeriano (difusionista, norteamericano) pressupõe que o aspecto novidade de uma inovação, de acordo com os tradicionais, é expressa em termos de conhecimento, persuasão ou a decisão para adotar. Acredita que bastam uma excelente técnica e um extensionista qualificado em técnicas persuasivas, e as coisas estão solucionadas.

A formação acadêmica desses “agentes”, bem como os cursos intensivos de “treinamento”¹, não forneciam elementos para que pudessem desenvolver uma sensibilidade para atuar com um segmento de produtores que possuíam suas especificidades, nem era este o intuito.

Para Freire (1975), persuasão é dar ao ato da fala o direcionamento para o convencimento do público de que o conhecimento oferecido é verdade e suas pretensões são apropriadas para o ouvinte ou receptor, considerando que a extensão rural deveria ser entendida como uma prática realmente educativa e não como uma simples transferência de conhecimento, o que reflete o contrário da prática adotada, em geral, pelo serviço de ATER nesse período.

O sistema de comunicação adotado se dá de modo linear e unidirecional, em que se encontram de um lado o receptor, de outro uma fonte, o extensionista, sendo a natureza da troca de informações a de transferir a informação. Não há espaço para uma comunicação dinâmica e dialógica. A informação que partiu da fonte é recriada no processo de interação entre a mesma e o receptor. Não há uma co-participação dos sujeitos (fonte e receptor).”

Ao invés de assumir a postura de trabalhar junto com o agricultor nos seus questionamentos em busca de respostas que o levem a adotar ou não num

¹ Denominação da época que reflete a concepção para o processo de aprendizagem e para o qual as EMATER's adotaram a construção em todos os estados de centros específicos para treinamento.

processo consciente, o técnico está sempre fornecendo a resposta pronta para o caso, como se ela tivesse um fim em si mesma. O extensionista é o “médico”, a resposta é o “remédio” e o agricultor é o “doente” (Freire, 1979).

1.2 O lugar dos agricultores

Não esquecendo a racionalidade capitalista que permeava tais ações, o modo de implementação apresenta falhas de fundo teórico-metodológico na abordagem com o público com o qual se pretendia trabalhar. As diferenças básicas entre o que Alencar (1990) denominou de **abordagem de educação participativa** em contraposição ao enfoque dado a extensão rural na prática, ou seja, a **abordagem convencional ou tutorial**, “basicamente se prende à unidade social para a ação e aos papéis que são atribuídos aos agentes externos e ao público alvo destes agentes” (Alencar, 1990, p.24). Na abordagem convencional, continua ele,

“a unidade social para a ação do agente externo, usualmente chamado de extensionista, é a comunidade, a qual é percebida como um sistema social homogêneo. Consequentemente, as estratégias de intervenção são lineares (não diferenciadas). Este, busca a introdução de idéias previamente estabelecidas sem a participação da população alvo, sendo que nesta forma de agir, passa a ter papel ativo (elabora diagnósticos, identifica problemas, seleciona os meios para solucioná-los e estabelece estratégias de ação). Já a população alvo tem um papel passivo, executa as ações prescritas” (Alencar, 1990, p.25).

Tal prática reflete o assistencialismo das intervenções destes agentes que, partindo da racionalidade hegemônica que permeava as instituições de ATER, somado ao seu referencial de mundo, ou seja, seu universo de crenças e valores, passam a “ajudar”, a “levar” conhecimentos, alimentando assim uma relação de dependência das comunidades “assistidas”, reforçando uma cultura de subalternidade e do clientelismo. Trata-se de uma clientela dos serviços estatais e não de cidadãos com direitos aos mesmos.

Esta abordagem assistencialista foi e ainda é alvo de muitas críticas de diversos autores que propõem uma nova abordagem de ação libertadora, calcada num processo educativo que seja capaz de desenvolver nos indivíduos a capacidade de auto-diagnóstico de sua realidade, refletindo sobre ela, entendendo-a e intervindo na busca de soluções apropriadas e apropriáveis. À medida que agem, transformam essa realidade, refletem a ação, transformando-se.

A ATER, criada sob a pretensão de modernizar as atividades agropecuárias, trabalhou, nas fases de sua existência, alternadamente com dois públicos distintos: um segmento detentor de capital e meios de produção, representado pela oligarquia rural e o outro segmento, formado, sobretudo, por agricultores familiares. Inicialmente, para a oligarquia rural, os impactos da atuação dos agentes da ATER refletiram em aumentos substanciais na produção, favorecidos por suas próprias condições econômicas. À agricultura familiar restava ficar à margem deste processo, agravado ainda mais pela intensificação da diferenciação social no campo.

Não obstante reconhecer o fracasso com a agricultura familiar, a ATER e as tecnologias modernas por ela preconizadas não têm conseguido dar respostas à chamada agricultura patronal que também enfrenta sérios problemas de instabilidade em vários aspectos: seja do ponto de vista econômico através dos aumentos progressivos de seus custos e das altas taxas de juros, ou pelo fato da produção agrícola historicamente servir de âncora para o desenvolvimento urbano e mais recentemente como âncora do Plano Real.

Com relação aos impactos ambientais causados pelo modelo tecnológico da Revolução Verde, percebe-se o crescimento da consciência dos consumidores para a questão dos agrotóxicos e o perigo da degradação ambiental decorrente dos seus processos de produção. Do ponto de vista social, o crescimento do apoio à Reforma Agrária pela opinião pública nos grandes centros coloca em

xeque o latifúndio, o que também parece reforçar, ainda que indiretamente, a possível crise de identidade do sistema ATER, pois o latifúndio era, até então, a sua unidade de produção referencial, pois era e ainda é ela o espaço de reprodução do pacote tecnológico da Revolução Verde praticado em “larga escala”.

1.3 Sinais de mudança ou atualidade da crise?

A partir de 1985, a ideologia organizacional da ATER passa a incorporar conceitos como participação e diálogo, na tentativa de transformação da ação difusionista numa ação participativa e educativa (Almeida et al., 1995, p.150). Conforme apontam seus documentos oficiais, a apropriação do conceito de participação passa a ser a nova roupagem do discurso oficial. Neste momento em que grande parte do seu quadro técnico já incorporou no trabalho cotidiano as “velhas práticas”, tornou-se muito difícil uma mudança de postura efetiva. Em seu estudo com extensionistas sul mineiros da EMATER, este autor detectou uma certa indefinição nos discursos dos agentes que participaram da pesquisa, entre a racionalidade difusionista e a participativa, sendo esta última mais presente em técnicos com 31 anos de idade ou menos, que foram socializados organizacionalmente já na fase da racionalidade participativa (Almeida, 1995)

O trabalho deste autor aponta que a racionalidade da ação expressa paradigmas voltados para a participação e outros, em maior número de oportunidades, em que prevalece a tendência à difusão. Este fato revela uma ambigüidade na forma de atuação da organização (EMATER), até certo ponto conflitiva. A alternância entre o difusionismo e o participativo - ou participativismo - embora haja a prevalência do primeiro, aponta para uma instabilidade interna e, de acordo com as opções feitas (produtores e produtos para o mercado) mostra os sinais de ruptura da organização.

A terceira fase, correspondente à atual, é decorrente da situação acima descrita. Echenique (1998, p.18), após uma análise documental e várias entrevistas com alguns participantes do serviço oficial de ATER, conclui que existe no país “um amplo consenso em diagnosticar que o sistema de extensão rural enfrenta uma crise que se manifesta de múltiplas formas. Por uma parte, perda por parte da extensão rural da legitimidade pública frente à classe política e à sociedade civil. Por outra, continua ele, *“devido aos problemas orçamentários, escassa possibilidade de ação operativa, perda de patrimônio, baixa incorporação de novos quadros técnicos”*. E, finalmente, *“soma-se a isso uma crise dos paradigmas anteriormente descritos, que tradicionalmente orientaram esse serviço no Brasil e no resto do mundo, que tem sua origem na crescente globalização da economia internacional, nas transformações ocorridas no setor agrícola e rural, e nos novos papéis que neste contexto são atribuídos aos organismos privados e ao aparelho do Estado”*.

A situação compreende o enfrentamento com a exigência de dar maior importância a temas relacionados com a qualidade da produção, a competitividade, a preservação ambiental e a sustentabilidade do desenvolvimento. Da mesma forma, esta etapa se caracteriza pela procura de novos modelos de gestão que permitam superar essa crise de credibilidade, de apoio político e de financiamento, que as EMATERs vivem nos últimos anos, principalmente frente à sociedade. E, segundo Abramovay (1997) *“é fundamental então preparar-se para novas formas de gestão que evitem tanto a privatização, como a pulverização dos serviços”*.

1.4 ATER e as novas possibilidades: o que muda com relação ao enfoque tradicional (e suas prováveis implicações)

O estado de agonia por que passam as instituições de ATER, causado pela possibilidade de se extinguirem, faz sentido, uma vez que, de certa forma, o

Estado já vem formulando as novas possibilidades de mudanças, balizadas pelas diretrizes político-econômicas neoliberais. A afirmação se baseia no fato de que no Nordeste, durante os anos de 1995/96, nos estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e depois Bahia, vinha sendo testada uma forma de extensão rural que seria o estágio embrionário do Projeto Lumiar, denominado de Programa de Apoio à Gestão de Organizações de Pequenos Produtores, também conhecido por CONTACAP. Ou seja, muito antes dos eventos que marcaram o debate nacional mais recente sobre a ATER, como o Workshop Nacional e o Seminário Nacional em dezembro de 1997 para discutir os rumos da ATER no Brasil, o governo já experimentava, no Nordeste uma possibilidade de terceirização da assistência técnica por outras vias, como no caso específico com o INCRA e o Banco do Nordeste.

Mais tarde, como veremos adiante, o CONTACAP seria ampliado para todo o país, com o nome de Projeto Lumiar. Echenique (1998) faz uma análise bem atualizada que aponta alguns eixos que surgem como alternativas para os destinos da ATER, que seriam:

1.4.1 Serviços orientados pela demanda (esse eixo está intimamente ligado à concepção do Lumiar)

Esta orientação surge em contraposição à formulação de estratégias de ação em nível macro, que vinham, no sentido descendente, tentando “adequar/encaixar” grupos de produtores aos programas e projetos já previamente definidos. O autor reconhece que tal visão vem, progressivamente, sendo substituída por um enfoque definido pela demanda, segundo o qual os agricultores se organizam em forma associativa e participam de forma ativa de todas as etapas do processo. Dentre os papéis atribuídos aos agricultores frente ao serviço de ATER estão:

- **solicitá-la formalmente ao Estado;**
- **definir os resultados técnicos que desejam obter;**
- **selecionar as equipes técnicas que lhes prestarão serviços profissionais garantindo o perfil destes de acordo com os resultados técnicos procurados;**
- **participar na definição das tecnologias e planejamento das atividades (inclusive com mecanismos de controle social);**
- **aprovar os pagamentos às equipes técnicas (para modelos terceirizados);**
- **participar do processo de avaliação dos resultados obtidos;**
- **participar no co-financiamento dos serviços profissionais (previamente acordado em esquemas institucionais).**

Pelo visto, a categoria da participação social é levada em consideração, nesta perspectiva, em todos os níveis, aparecendo como elemento básico e gerador da inversão nas orientações dos serviços da ATER. O nível de protagonismo desempenhado pelos agricultores propiciam uma maior adequação local à intervenção, em detrimento de modelos e pacotes metodológicos e de planejamento.

1.4.2 Visão tecnológica ampla e integrada

Um dos principais pontos de estrangulamento na prestação de serviços do sistema ATER no passado perpassou pelo campo tecnológico em função do papel atribuído aos agentes de meros repassadores de conhecimentos, na maioria das vezes consubstanciados em tecnologias e/ou técnicas.

Segundo Echenique (1998), o tipo de tecnologia oferecida e a relação que se estabelece entre técnicos e camponeses deve romper com a visão tradicional de relação verticalizada - da postura de superioridade - tanto do

técnico, quanto das tecnologias de origem industrial (pacotes da Revolução Verde).

Os agricultores desenvolveram seus próprios conhecimentos sobre plantas, fertilidade dos solos, clima, doenças, etc., sendo estes gerados num processo rico de experimentação e troca de informações.

A tendência será combinar o uso de tecnologias adaptadas a cada situação, respeitando o conhecimento autóctone² (local) e estabelecendo um processo de troca/fusão/complementariedade destes saberes. Este processo deve se dar de forma educativa, e só terá êxito desde que estabelecida também uma relação horizontal entre os três níveis de atores (técnicos, produtores e instituições).

Ligados a essa corrente de pensamento, podemos identificar uma série de autores³ e trabalhos de ordem prática baseados na experiências de diversas ONG's, dentre elas, aquelas situadas no âmbito da Rede do Projeto de Tecnologias Alternativas-PTA. Tais ONG's, desde a metade da década de 80, vêm desenvolvendo uma linha conceitual que busca construir uma alternativa de produção e de ATER no Brasil, tanto do ponto de vista das relações entre técnicos e agricultores, quanto das tecnologias adaptadas às realidades locais.

² Van der Kamp (1991) cita o livro de Paul Richards, **Indigenous Agricultural Revolution**, como sendo um dos promotores do novo modo de pensar o saber do agricultor.

³ Van der Kamp (1991), **Geração Participativa de Tecnologias**; Buckles, D. (1990), **Caminhos para a Colaboração Entre Técnicos e Produtores**; Friedrich K. (1989), **Desenvolvimento de Sistemas Agrícolas: uma abordagem participativa da assistência a pequenos agricultores**; Jouve, P. A (1992), **Experimentação no Meio Camponês: procedimentos e métodos**; Reijntjes, C. et al. (1994), **Agricultura para o Futuro: uma introdução à agricultura sustentável e de baixo uso de insumos externos** e, Altieri M.A. (1989), **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**.

1.4.3 Associatividade e cultura de negócios agrícolas (lógica também pertinente ao projeto Lumiar)

Neste aspecto, parece-nos que a pesquisa do autor reforça a tendência das ações associativas como forma de enfrentar as restrições de escala, porém, avança quando admite que a habilidade profissional para lidar com a organização dos agricultores deve ser encarada como de âmbito tecnológico em si, ou seja, que é parte do arsenal de métodos e conhecimentos que o extensionista deve manejar. Sendo assim, carece definir os novos referenciais teóricos e metodológicos que balizarão os processos de capacitação das equipes técnicas como forma de reciclagem e atualização. É preciso pensar também nos mecanismos de monitoramento e de avaliação sistemáticos para que se avalie a ocorrência de mudanças. Com relação a avaliação do Lumiar, esta pesquisa aponta pistas para tal empreendimento como sendo de fundamental importância.

Um outro ponto levantado pelo autor é com relação à cultura de negócios. Ao colocar tal perspectiva no rol dos novos enfoques, acredita-se que, à medida que se “cria” o acesso a um determinado mercado, supostamente o processo de transferência tecnológica possa transitar sem maiores dificuldades. Esta parece ser uma opção estratégico-metodológica, por acreditar que, à medida que vão se inserindo nos mercados, os agricultores vão se sensibilizando, ganhando confiança no trabalho e, é claro, aumentando as possibilidades de se capitalizar. Apesar disto poder acontecer de fato, se nos apresenta como uma receita tentadora, não podendo ser superestimada diante das dificuldades práticas que a realidade apresenta.

A cultura dos negócios sempre esteve em alta na revolução verde, haja vista o modelo de substituição de importações na década de 60/70 e a integração (terceirização) aos complexos agroindustriais nas décadas de 80/90, e, por fim, experiências de ocupação de nichos de mercado pela agricultura familiar, lançando mão do marketing dos produtos, baseado no apelo social (mercado

justo) e/ou ecológicos (mercado de produtos orgânicos), etc. Para Echenique (1998), “trata-se de passar de uma economia de oferta (vender o que se produz) para uma economia de demanda (produzir o que se vende)”, na medida em que são trabalhados os pequenos ganhos iniciais, como estimulantes e mobilizadores para discussões de fundo político-tecnológico. Esta questão está posta na pauta de muitas instituições que desempenham uma atuação mais crítica e participativa no meio rural, como forma de viabilizar a agricultura familiar e de encarar o desenvolvimento rural. Deseja-se romper com a lógica camponesa de inserção tangencial no mercado, pela venda dos excedentes da produção, buscando a inserção através de uma produção contínua e sustentável em todos os aspectos. Para que não se incorra em velhos erros, sugere-se uma mudança de postura, tanto de técnicos como de agricultores (os primeiros, produtivistas-tecnicistas e, os outros, apenas “produtores” e não comercializadores), sem contar a formação de equipes técnicas interdisciplinares - com olhares multidimensionais - que é pano de fundo para uma mudança maior que é a das próprias instituições do sistema de extensão.

1.4.4 Serviços orientados por resultados

Este eixo também condiz com o objeto do presente estudo sobre a avaliação, sendo também contemplado no projeto Lumiar. Basicamente se trabalha na perspectiva da mudança da visão que permeou os processos de ATER no Brasil, no que se refere aos indicadores de desempenho (quantitativos por excelência, números frios e sem consistência), desburocratizando a relação entre os atores envolvidos, para modelos de gestão, que, segundo o autor, devem ser orientados em função de conseguir resultados avaliáveis em prazos demarcados com a participação dos agricultores. No capítulo 3 aprofundaremos mais o assunto.

1.4.5 Estruturas institucionais

As possibilidades de mudanças na racionalidade oficial da ATER no Brasil passam necessariamente por uma revisão nas estruturas institucionais; se elas serão implementadas de acordo com as mudanças que vêm sendo propostas pelo atual governo para toda a máquina estatal de uma forma mais global ou se fecharão de vez as portas, ou, ainda, se serão incorporadas a outras repartições menos importantes.

Ao mesmo tempo, isto só reforça as dificuldades de se proporcionar mudanças reais no sistema ATER, uma vez que a lógica hegemônica do Estado é contrária a uma intervenção baseada numa prática pedagógica libertadora, geradora de consciência crítica e de cidadania.

Este mesmo Estado vem buscando novas formas de superar a crise vivida pela falta de um bom sistema de ATER, mas que, porém, não passam pelo seu apoio político e nem de reinvestimentos. A tendência de se retirar do Estado esta carga de responsabilidade faz com que as EMATERs tenham morte lenta. No país, hoje em dia, quem tem recursos para contratar tais serviços de forma particular já o vem fazendo; quem não os possui, pouco ou nunca os utilizaram mesmo, ficando prejudicada, talvez, uma faixa de agricultores situados entre os dois pólos, na faixa de transição.

As possibilidades de mudanças ventiladas pelo sistema visam a “corrigir” alguns dos pontos de estrangulamento do modelo convencional e se caracterizam basicamente em mudanças na estrutura de gestão destes serviços. O que queremos alertar é que, longe de ser uma medida puramente administrativa, ela tem caráter ideológico sim. Ainda que discorde disto, Echenique (1998), quando sugere que a opção feita não pode ter tal conotação, parece entrar em contradição com a realidade com a qual convivemos hoje em nosso país. Para ele, “dependerá apenas do contexto de cada país e da tradição de cada sistema de extensão” (p. 15). Em se tratando da realidade brasileira, as mudanças a serem

implementadas pelo Estado serão marcadas notadamente pela racionalidade da ideologia neo-liberalizante. As novas formas do Estado trabalhar indicam a utilização de outras vias, ao invés de investir na estrutura pré-existente da ATER.

Não se pode negar, por exemplo, que durante o surgimento e a trajetória de vida das ONGs esse era e ainda é, talvez agora em menor grau, o dilema que as acompanha: desempenhar o papel do Estado, justamente nas áreas de menor interesse da iniciativa privada e do próprio Estado. Por mais que o autor supracitado afirme que a discussão não pode estar centrada na polaridade Estado versus Não Estado, o que ele apresenta como “um estilo de atuação Estatal cooperativo com a sociedade civil organizada e com a iniciativa privada”, configurando uma esfera de negociação com responsabilidade, encerra em si o risco de que a descentralização, por exemplo, passe a ser apenas uma desconcentração ou des-responsabilização, e a terceirização, com a sociedade civil organizada, apenas uma prática de cooptação⁴ em busca da legitimação. O Projeto Lumiar é executado hoje por ONGs, Cooperativas de Trabalho e até mesmo por outras instituições públicas (em alguns estados, em menor número, até mesmo pela EMATER). Sob a ótica dos modelos de gestão e do ponto de vista do debate atual das reformas administrativas, existem três possibilidades de saída para o atual estado de coisas que vive a ATER no Brasil:

- a) modelos de gestão terceirizados;
- b) modelos de gestão desconcentrados;
- c) modelos de gestão descentralizados.

⁴ Principalmente com relação à sobrevivência destas organizações via repasse de recursos, haja vista a redução das “fontes” financiadoras estrangeiras que faz com que elas se aproximem do Estado.

Existe um risco em se apostar na falência total do sistema oficial de ATER, como sendo uma “vitória”, se tomarmos por base a enorme quantidade de estudos na literatura que, a partir de uma visão crítica, clínica e sem exagero, arrolavam as críticas ao processo pernicioso de atuação deste sistema, principalmente junto ao segmento de pequena produção. É importante dar conta do que realmente significou essa operação de desmantelamento do serviço de ATER e o quanto ela é oportunista. Se, num momento, serviu à modernização da agricultura brasileira, à construção de uma cultura referenciada nos padrões capitalistas de produção, de consumo e comercialização e das relações sociais no campo advindas dos mesmos, agora já não serve. O Estado engendrou os mecanismos que garantiram a consolidação do capital nas atividades no setor rural e tem nos grandes complexos agroindustriais seu maior expoente. Como já foi dito antes, isto tudo velado sob o discurso oficial de “educação-extensão”. Uma vez que a “assimilação” da agricultura passa a ser regulada pelas relações de mercado, esse mesmo tipo de serviço torna-se desnecessário, sendo relegado a um segundo (ou terceiro) plano, como é o que vem acontecendo.

Algumas perguntas precisam ser respondidas. As novas formas de ATER (Projeto Lumiar, por exemplo) que surgem atualmente vêm atender a quais interesses? Aos constantes questionamentos de uma massa crítica de pesquisadores e intelectuais, que vislumbravam a potencialidade já naqueles tempos da “pequena produção” e o potencial latente na abertura à sua participação efetiva nos processos de desenvolvimento rural? Às reivindicações dos movimentos sociais?

O mais interessante nisto tudo, hoje, é que, de uma hora para outra, surgem diversas formulações para legitimar os discursos de mudanças, pela implementação de políticas compensatórias.

A experiência do CONTACAP no Nordeste brasileiro se caracterizou por ser piloto, testando novas possibilidades de assistência técnica para as áreas de Reforma Agrária e também para pequena produção.

2 O PROGRAMA DE APOIO À GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES DE PEQUENOS PRODUTORES-CONTACAP: ANTECEDENTES DO LUMIAR

O Programa de Apoio à Gestão de Organizações de Pequenos Produtores Rurais – CONTACAP se configurou como o estágio embrionário daquilo que viria a ser o Projeto Lumiar. Na sua concepção básica, o Lumiar procura expandir para todo o País, com os devidos ajustes, a experiência do Programa CONTACAP de assistência técnica, iniciado no Nordeste, em convênio com o INCRA e o Banco do Nordeste⁵.

As razões de sua criação pelo Governo Federal decorreram, segundo seus documentos, da identificação dos seguintes problemas nas áreas de Assentamento de Reforma Agrária no Nordeste:

- existência de um grande potencial produtivo ocioso nos assentamentos de Reforma Agrária em decorrência da sub-utilização da força de trabalho, da terra, da infra-estrutura e dos equipamentos produtivos;

- falta de condições técnico-financeiras para apoiar o desenvolvimento do potencial produtivo ocioso nos assentamentos;

- assentados operando em condições de isolamento, na maioria das vezes simplesmente integrados a organizações associativas de caráter exclusivamente reivindicativo, dificultando a implantação e o êxito de ações

⁵ INCRA. Projeto Lumiar, Assistência Técnica nos Assentamentos. Brasília, abril de 1997.

dirigidas à elevação do nível de emprego e renda de melhoria da qualidade de vida de suas famílias;

- com a formação dos fundos constitucionais e a implantação de programas de geração de emprego e renda, bem como de combate à fome e à miséria no meio rural, foram destinados recursos financeiros de forma significativa aos pequenos produtores. No entanto, as organizações dos pequenos produtores continuam tendo dificuldades para se beneficiar dos financiamentos e de outros serviços indispensáveis ao seu desenvolvimento econômico.

Este ainda é o quadro atual da região Nordeste e condiz com a situação de toda a agricultura familiar, sobretudo nas áreas de assentamento, o que, em primeiro plano, pode nos parecer um diagnóstico mal feito, subestimado da realidade da reforma agrária no país.

3 PROJETO LUMIAR - DIRETRIZES GERAIS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA NOS ASSENTAMENTOS

3.1 Considerações gerais

O documento-base intitulado Projeto Lumiar: Assistência Técnica nos Assentamentos (1997) foi, para este estudo, uma das peças importantes. Por caracterizar o produto da concepção do projeto, serviu como norteador do processo avaliativo a que hora se procedeu, fornecendo os principais elementos que se buscou investigar junto ao público beneficiário do projeto, no que diz respeito àquilo que preconiza: seus pressupostos, os objetivos, atribuições das equipes, mecanismos de controle, etc.

O projeto Lumiar faz parte do Programa Nacional de Reforma Agrária, que deve “estar comprometido com a sustentabilidade e com a qualidade de vida das famílias assentadas, devendo se estruturar em três vetores, complementares e

interdependentes: o acesso à terra com infra-estrutura, o crédito e a assistência técnica (INCRA, 1997). Como se pode perceber o componente “novo” está na própria questão fundiária antes desconsiderada pelo Estado, mas que se traduz agora em possibilidade de acesso à terra devido às pressões dos movimentos sociais.

Mesmo reconhecendo que não cabe ao INCRA, como órgão executivo da política fundiária, executar programas de fomento e assistência técnica, o Ministério Extraordinário da Política Fundiária-MEPF, determinou a formulação e implantação de um programa emergencial que pudesse suprir a deficiência da extensão rural, garantindo as condições básicas de apoio ao desenvolvimento dos assentamentos, com prioridade para os estados menos eficientes”(INCRA, 1997).

3.2 Objetivos do Projeto Lumiar

O projeto visa a implantar um serviço descentralizado de apoio técnico às famílias dos agricultores assentadas nos Projetos de Assentamentos (PA) de Reforma Agrária, com iniciativa do Governo Federal, através do Gabinete do Ministério do Extraordinário de Política Fundiária, coordenado de maneira compartilhada com outras instituições.

Institucionalmente, o Lumiar é parte de um programa mais amplo de qualidade e produtividade nos assentamentos de reforma agrária do Plano “Brasil em Ação”, num contexto mais amplo de Política de Assentamento da Reforma Agrária.

3.3 Objetivo geral

- Viabilizar os assentamentos, tomando-os unidades de produção estruturadas, inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas para o mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional.

Para atingir este objetivo, o projeto Lumiar “desenvolverá estratégias de ação visando a assessorar tecnicamente a gestão da organização, da produção e da comercialização (...) implementando um processo de aprendizagem coletiva às comunidades assentadas, na busca do desenvolvimento sustentado e da melhoria da qualidade de vida” (INCRA, 1997).

3.4 Objetivos específicos

- Constituir equipes de assistência técnica e capacitação para orientar o desenvolvimento sustentado dos assentamentos;
- desenvolver metodologias e estratégias de ação com foco no desenvolvimento de uma assistência técnica adequada às necessidades dos assentamentos;
- introduzir tecnologias mais adequadas para o desenvolvimento da qualidade de vida dos assentamentos, dos processos produtivos e do acesso aos mercados;
- implantar e gerir sistemas de informações técnico-econômicas com mecanismos de comunicação adequados à cultura dos assentados;
- constituir um fundo de financiamento regular para os serviços de assistência técnica, capacitação e supervisão do desenvolvimento dos assentamentos.

Por “reconhecer” todo o processo de desmantelamento das instituições oficiais de Assistência Técnica e Extensão⁶, historicamente já contextualizado

⁶ Cabe ressaltar que tal reconhecimento, embora não admitido, não significa pensar ou agir diferentemente do atual governo que implementa a política neo-liberal do Estado Mínimo. A criação do Lumiar em muito se deve às pressões dos Movimentos Sindical dos Trabalhadores Rurais - MSTR e dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST que, através dos anos e da mídia, atingiram a população nas cidades, sensibilizando-a para suas reivindicações.

neste estudo, em sua concepção, o projeto Lumiar abre a possibilidade de que “os serviços de assistência técnica possam ser contratados diretamente pelas associações dos próprios assentados, junto a organizações públicas ou privadas, com técnicos devidamente credenciados” (INCRA, 1997).

O projeto Lumiar traz, no seu documento base, as suas orientações básicas. Porém, estas, muito mais que orientações, devem ser encaradas como princípios, uma vez que apontam para aquilo que se deve primar como fundamento básico das ações. Vale ressaltar também que foram estes princípios, principalmente os conceitos que em si encerram, que guiaram a avaliação que se procedeu sob a perspectiva dos agricultores do PA Planalto do Mel, beneficiários do Projeto Lumiar.

Conforme consta de seu documento-base, seguem as orientações (princípios) do Manual:

- Respeito à **autonomia** dos assentados para decidir sobre todas as questões que afetem seus interesses, inclusive os contratos e a condução dos processos de assistência técnica.

- Garantia da qualidade dos serviços, orientando-se por um **modelo de gestão por resultados**, com ênfase para indicadores de desempenho devidamente pactuados entre as Equipes Locais e os assentados e com uma supervisão sistemática.

- **Integração** com os núcleos mais avançados das instituições universitárias e de pesquisa, visando à captação e o desenvolvimento de tecnologias de ponta mais adequadas aos assentamentos.

- Implementação de uma **sistemática transparente de informações** que permita aos assentados a tomada de decisões conscientes de todos os aspectos envolvidos e, à sociedade, acompanhar a execução do projeto.

- Abertura à participação das organizações dos trabalhadores rurais e, em particular das organizações dos assentados na gestão do Projeto.

- Garantia das prerrogativas governamentais na gestão do Projeto, como instrumento de política pública, particularmente no que diz respeito à aplicação dos recursos públicos, conforme as determinações legais e normativas.

- **Articulação** com outros projetos e instituições governamentais e não governamentais, visando a descentralização das ações e a sinergia dos esforços.

- Estimulo à recuperação das instituições de extensão rural no país, de maneira a reduzir gradualmente a necessidade da ação do INCRA em funções típicas de política agrícola, como a assistência técnica.

3.5 Estrutura de coordenação e execução

Para este estudo, não nos interessa avaliar, no presente momento, a dinâmica das estruturas de coordenação e execução. Para tais estruturas, o estudo avaliativo se dará em outro momento, a Equipe de Supervisão, ao qual as pistas levantadas por esta pesquisa serão adicionadas. Portanto, nos limitaremos apenas a citá-las na sua forma hierárquica a seguir:

- Instâncias de Coordenação e Decisão
- Comissão Nacional PROCERA/LUMIAR
- Comissões Estaduais PROCERA/LUMIAR
- Instâncias de Coordenação Técnica e Execução
- Equipes locais
- Especialistas
- Equipes de supervisão

É fundamental explicitar as atribuições das equipes locais que também foram os aspectos mais diretamente avaliados em termos do desempenho e impactos, observados pelos beneficiários do projeto, para o presente estudo.

A formação básica de cada equipe local que atender cerca de 300 famílias é de:

- 1 técnico de nível superior com competência específica (entre outras) para apoiar a gestão e a organização de comunidade;

- 1 técnico de nível superior na área agropecuária ;

- 2 técnicos de nível médio, preferencialmente na área agropecuária.

São atribuições das Equipes Locais;

- realizar **Diagnóstico Participativo** e programa de trabalho, com os indicadores de desempenho e as metas que servirão de base ao monitoramento do contrato firmado com a organização dos assentados;

- assessorar tecnicamente os planos de implantação e desenvolvimento dos assentamentos, com foco na **gestão da produção e da comercialização** dos produtos;

- apoiar a **organização dos assentados em processos de aprendizagem coletiva**, comprometidos com a produtividade e a qualidade de vida das famílias assentadas;

- promover **processos de decisões coletivas e avaliações sistemáticas** do desenvolvimento da organização, da produtividade e da qualidade do assentamento;

- desenvolver **programas de treinamento e capacitação** para difundir novas alternativas de produção compatíveis com a melhoria da produtividade e da qualidade da produção e da vida nos assentamentos;

- identificar, com a comunidade, a necessidade de contratação de consultores especialistas, visando dinamizar as atividades produtivas do assentamento;

- **apoiar as comunidades nas relações com agentes externos**, governamentais ou privados;

- **elaborar, acompanhar e assistir os planos de créditos necessários** ao desenvolvimento das atividades dos assentados e de suas organizações.

A fim de captar o nível de compreensão dos produtores sobre outros pontos estabelecidos no documento base do projeto, haja vista a afirmação de que o Lumiar é um projeto que tem o controle por parte das famílias assentadas, relacionamos abaixo excertos do mesmo, que pressupõem o referido controle:

“a prestação de serviços de assistência técnica será contratada pela organização dos assentados ...”

“os contratos das equipes locais, (...)terão cláusula de renovação anual automática e poderão ser denunciados a qualquer momento, no interesse da qualidade dos serviços, (...)”

“os profissionais das equipes locais serão remunerados mensalmente pelas instituições contratadas, a partir de uma autorização escrita e fornecida pelas associações dos assentados diretamente beneficiadas com os seus serviços”.

Neste sentido, o Lumiar se encaixa nas novas formas de prestação de serviço de ATER e, portanto, deve ser avaliado para que se verifique até que ponto esta forma representa realmente um mudança consistente e atualizada e até que ponto contribui com a construção de novos paradigmas que venham a orientar estes serviços.

CAPÍTULO II

2 O CONTEXTO EM QUE FOI FEITA A PESQUISA E O SEGMENTO DO PROGRAMA ANALISADO

2.1 A Reforma Agrária e o Projeto Lumiar no Rio Grande do Norte

O avanço da Reforma Agrária, no que diz respeito ao assentamento de famílias no Brasil, vem tomando proporções que não condizem com a capacidade do governo, ou melhor, com sua vontade política em fornecer os demais instrumentos de apoio a essas famílias, como, por exemplo, linhas de crédito, assistência técnica, implantação de infra-estrutura básica, produtiva e de apoio à produção.

Historicamente, o Rio Grande do Norte passou a ter um movimento pela Reforma Agrária mais intensificado a partir do final da década de 1980, sendo as experiências anteriores restritas aos dois grandes projetos de colonização que foram os Projetos da Serra do Mel (oeste) e da Lagoa do Boqueirão (litoral norte-oriental).

No estado, sobretudo nos últimos cinco anos, foram criados 81% do Projetos de Assentamentos existentes. Só em 1998, foram assentadas 3.000 famílias. O montante das iniciativas no âmbito do INCRA somam hoje, 153 PA criados e 11.308 famílias assentadas.

Dos dois quadros que seguem, o primeiro demonstra a evolução na criação dos Projetos de Assentamentos e, para complementar, o segundo apresenta os números que traduzem a envergadura do Lumiar no estado. Os quadros fornecem uma primeira aproximação do universo global da Reforma Agrária no Rio Grande do Norte e servirá para o início do delineamento da realidade, fornecendo também uma noção da “idade” da maior parte das áreas de assentamento.

TABELA 1. Projetos de assentamentos no RN.

Ano	N.º de projetos de assentamentos	N.º de famílias assentadas
1987	12	959
1988	04	319
1989	03	148
1990	-	-
1991	03	126
1992	05	291
1993	02	413
1994	-	-
1995	15	1317
1996	23	1588
1997	31	2504
1998	44	3000
1999	11	643
TOTAL	153	11.308

FONTE: INCRA SR-19-AZ/RN (1999)

Partindo da premissa de que o Lumiar foi implementado a partir de maio de 1997, temos que até 1996, ou seja, por um período de quase dez anos, foram criados 67 PA, que perfazem 44% do total atual. A partir daí, o salto nos números corresponde a 86 PA criados (66% do total atual), porém, num período de apenas dois anos e meio. Estes números, aliados a uma política que contemplou a assistência técnica do Lumiar, “preferencialmente” para os assentamentos mais novos, ou àqueles que eram de “responsabilidade” do atual governo, estreitam o universo da pesquisa. De uma forma ou de outra, os assentamentos mais novos tiveram prioridade na composição da demanda inicial pelo projeto ora estudado e devido a mais da metade deles ter sido criada após 1997.

O Projeto Lumiar se expandiu em todas as regiões do estado (33 municípios) cobrindo, hoje, 60% do total de assentamentos com a prestação de

serviços de assistência técnico-gerencial. Proporcionalmente é o estado que, até janeiro de 1998, possuía mais equipes locais implementadas, graças às experiências do CONTACAP⁷, e também pela constante mobilização das organizações da sociedade civil em torno do Fórum do Campo Potiguar-FOCAMPO-RN. Todas estas questões ajudam a compor os números do Projeto Lumiar no estado, conforme o quadro consolidado até 06/06/1999.

TABELA 2. Envergadura do Projeto Lumiar no RN.

Famílias	7.583 (62% do total)
Assentamentos	94 (60% do total)
Municípios	33
Técnicos	95 (42 NS e 52 NM)
Equipes	27
Prestadoras de serviços	8
Contratantes	100 (Assoc. e Coop.)
Custo médio/família/mês	R\$18,55
Custo médio/equipe/mês	R\$5.563,72
Custo Total/mês	R\$140.337,02
Supervisores	10 (2 int. 8 ext.)

FONTE: SR-19-RN A/Z - Boletim Informativo Supervisão Lumiar

Em seus dois anos de implementação no estado, o Projeto Lumiar contemplou 60% dos PA, sendo que, destes, 75% são compostos pelas chamadas “áreas novas”, assentamentos cuja realidade é composta por infra-estruturas correspondentes basicamente àquelas remanescentes das desapropriações das fazendas, baixo grau de entrosamento entre os ocupantes, refletindo em baixo

⁷ Programa de Apoio à Gestão de Organizações de Pequenos Produtores Rurais - CONTACAP, este programa foi apresentado sucintamente no capítulo 1. O estado do RN passou a ser referência deste trabalho, sendo por isso, um dos primeiros a implementar o Projeto Lumiar.

nível de organização, pouca ou nenhuma condição de sustentação e de produção de alimentos, sem as atividades geradoras de renda (restritas ao extrativismo de madeira).

2.2 A seleção do assentamento a ser pesquisado

Em função dos números apresentados, principalmente pela quantidade de assentamentos contemplados pelo Lumiar, reforçados pelos objetivos do presente estudo, é que se definiu trabalhar com apenas um assentamento desde que estivesse posicionado entre as áreas criadas anteriormente à implantação do Lumiar em até quatro anos, mais ou menos; que não tivesse tido contato com a experiência do CONTACAP e que também não tivesse sido assistido pela EMATER e/ou outras instituições do gênero.

Esta preocupação encontrou eco nos relatórios de avaliação do programa CONTACAP, que faz a seguinte referência: *“... e no interior de um contexto em que, sabidamente, são diversas as manifestações a estímulos derivados de políticas públicas; e por fim, o delineamento de um ambiente repleto de iniciativas congêneres – se não iguais, mas semelhantes em seus objetivos, enquanto políticas – à vista do qual se pôde então concluir pela impossibilidade de isolar eventuais impactos ou efeitos advindos única e exclusivamente da atuação do CONTACAP”* (ASSOCENE, 1997: 9).

Para reforçar o perfil de assentamento mais representativo da realidade estadual a ser escolhido, definiu-se também excluir as áreas irrigadas (perfazem um montante de aproximadamente 15% do total) por se encontrarem em situação privilegiada, atípica em relação às demais. São evidentes as dificuldades enfrentadas pelos agricultores dos assentamentos localizados nas condições de regime de clima semi-árido, sem condições do uso da irrigação, quer por

limitação de solos aptos, quer em virtude da inexistência de recurso natural que é a água de subsolo.

A opção se deve, primeiro, aos números acima apresentados, uma vez que este perfil torna-se então o mais representativo da realidade, abarcando o maior contingente de PA do estado. Em segundo lugar, nos garantiu um certo período que traduzisse em maior convivência apenas com o Projeto Lumiar (os dois anos de sua implementação) por parte dos agricultores, o que contribuiu para minimizar os distúrbios causados pelas sobreposições de ações e/ou vícios ou outros referenciais criados em função de intervenções de experiências outras. Esta contextualização reforça a opção pelo estudo de caso.

2.3 O projeto de assentamento de Planalto do Mel no cenário do Rio Grande do Norte

Para situar melhor o *locus* do presente estudo, buscou-se resgatar alguns marcos referenciais na trajetória de vida do PA.

Com relação à assistência técnica, viu-se que alguns meses antes da oficialização definitiva do Projeto Lumiar (maio de 97), já havia sido feito um contato com a Associação de Apoio a Comunidades do Campo-AACC-RN, uma ONG do estado que já vinha desenvolvendo um trabalho na Serra do Mel⁸. Os assentados, através da associação, antecipando-se ao fato de já saberem que o assentamento seria contemplado com o Projeto Lumiar, solicitaram da AACC uma equipe técnica para acompanhar o assentamento. A prestação de serviços seria pontual, até que, ao se oficializar o Lumiar, ela seria a responsável por sua execução. Para resgatar o período de janeiro a abril de 97, procedeu-se a

⁸ Projeto de colonização elevado a condição de município em 1983 e vizinho ao PA estudado.

entrevistas com alguns membros da diretoria da associação e sócios, embora estes últimos insistissem em se referir às ações desse período como já sendo do Projeto Lumiar.

Após dez meses de atuação no PA, esta ONG, por motivos de desmembramento de seu quadro de técnicos, foi substituída pela Cooperativa de Trabalho para a Agricultura Familiar do Oeste Potiguar-Terra Viva, constituída de técnicos remanescentes daquela. A equipe que servia inicialmente ao PA não sofreu diferenciação na sua composição.

2.3.1 O plano preliminar de desenvolvimento local

Para efeito da investigação comparativa durante o processo “avaliativo”, definiu-se como “perfil de entrada na área”, ou seja, a reconstituição da situação dos assentados e do assentamento antes da implantação do projeto, as informações contidas no documento intitulado Plano Preliminar de Desenvolvimento Local-PPDL⁹, elaborado pela equipe local do Lumiar nos primeiros meses de atuação (maio a setembro de 1997). Este documento apresenta o estágio em que se encontrava o Projeto de Assentamento com relação à organização, aos serviços sociais, à infra-estrutura básica e produtiva, bem como os aspectos relacionados à origem das famílias, as relações com o entorno (municípios, mercado, instituições), etc.

Portanto, este perfil de entrada é composto pelo diagnóstico situacional do qual lançamos mão para contextualizar o PA, acrescido de informações adicionais fornecidas em entrevistas com os “mais velhos”. Somado ao

⁹ Este documento mais o Plano Anual de Trabalho elaborados a partir do Diagnóstico Situacional, fazem parte das exigências do contrato celebrado entre as contratantes (associações) e prestadoras de serviços (contratadas) constituindo-se nos três produtos apresentados pelas equipes no primeiro anos do Lumiar.

diagnóstico, temos as atividades planejadas “emergencialmente” que também nos serviram de base comparativa. Para o estudo, apresentamos os quadros-síntese (em anexo) que, ao que parece, formaram a base deste planejamento como se fossem uma espécie de **matriz de planejamento** e que, ao mesmo tempo, resumem de forma satisfatória a realidade de dois anos atrás. Eles nos fornecem o retrato da área naquele momento e abarcam questões de caráter mais emergencial, ou seja, aquelas que mais a curto e curtíssimo prazo deveriam ser “atacadas” na resolução dos principais problemas diagnosticados.

Não poderíamos deixar de tecer algum comentário sobre o conteúdo do planejamento propriamente dito, sobretudo com relação à forma em que está apresentado no documento. As ações que foram planejadas estão colocadas de uma forma muito linear, numa seqüência de passos cuja lógica parece não oferecer outras possibilidades de ordenação. É como se uma atividade anterior fosse pré-requisito da seguinte, sugerindo uma certa inflexibilidade e estandartização. Além do mais, muitas dessas ações extrapolam o que realmente foi planejado em conjunto com as famílias durante as atividades, o que pôde ser comprovado pela comparação entre o que está no diagnóstico situacional, nos quadros-síntese e a seqüência de passos apresentadas. No planejamento das ações, são sugeridas atividades para além daquilo que foi diagnosticado e definido como atividades planejadas em conjunto com os participantes do processo. Pode-se argumentar que são os *inputs* ou etapas planejadas sem a co-participação das famílias ou é a “parte que toca aos técnicos, enquanto assessores”. Porém, a preocupação está no fato de, após a elaboração do PPDL, o mesmo não ter passado por um amplo processo de socialização com a comunidade.

Uma vez que se tem muitas das atividades propostas para além daquilo que foi assumido durante o planejamento, qual a forma utilizada para que, posteriormente houvesse assunção de responsabilidades? Isto implica também

riscos de se ter um plano muito bem elaborado no papel e não exequível na prática, ou sê-lo apenas parcialmente. Poderá ser também totalmente apropriado, o que vai depender do nível dos acertos posteriores e a forma com que se trabalhará para garantir uma apropriação real e não apenas uma legitimatória para as “grandes” proposições técnicas.

Segundo o prefácio desse plano e alguns depoimentos, a metodologia usada na elaboração “foi participativa” e a comunidade apontou os principais problemas com os quais conviviam durante o diagnóstico e nos momentos de planejamento.

“Eu me alembro foi feita umas reunião, que eles chamavam de oficina, onde a gente passava o dia, cumia todo mundo junto, e ia dizendo para os técnicos cuma era que nós vivia, o que a gente fazia para viver, de onde arrumava dinheiro” (de Assis)

“Os técnicos convidaro até as mulher e os fio da gente, eles dizia que devia de tá todo mundo lá neste dia” (Chico Borges)

Mais adiante, no capítulo quatro, na análise das falas dos produtores, faremos algumas considerações sobre o aspecto da participação durante o processo de elaboração destes planos.

Na intenção de ir afinilando cada vez mais o processo de contextualização do locus da pesquisa, segue uma apresentação sobre a história de vida do PA. Logo em seguida, apresentamos as análises feitas sobre a evolução pela qual passou o assentamento em foco. A importância disto está no fato de ajudar no entendimento da sequência e das falas analisadas no quarto capítulo.

2.3.2 O assentamento de Planalto do Mel

Este registro se tornou importante para fornecer uma caracterização do assentamento nas seguintes dimensões da vida local: resgate histórico do processo de ocupação da fazenda dos Barretos (inclusive com as origens das famílias, estruturas remanescentes da fazenda, etc.), as infra-estruturas sociais existentes e os serviços sociais aos quais a população tinha acesso (ou não), os sistemas de produção existentes e também os aspectos sócio-organizativos da comunidade.

2.3.2.1 Caracterização do assentamento

A ocupação das terras dos Barretos deu-se em 6 junho de 1993. Trata-se de família tradicional da região e detentora de “muita terra, que chega a metade do município”, exagera um agricultor. São várias fazendas que, inclusive, hoje estão sendo desapropriadas para fins de reforma agrária. Anteriormente, o nome dado à propriedade em questão, era Planalto do Mel Agropecuária ou PLAMAG,

Ao todo, somavam 63 famílias e, antes de entrarem na área, receberam orientação do Sindicato dos Trabalhadores da Lavoura de Mossoró - STL e da Comissão Pastoral da Terra-CPT sendo que esta, posteriormente, ajudou também com a distribuição de ferramentas e cestas básicas. A ocupação foi pacífica, apesar de algumas ameaças terem sido feitas, sobretudo pela polícia, e não houve nenhuma ação de despejo das famílias que ali permaneceram em barracos de lona e que logo levantaram os primeiros barracos de pau-a-pique.

Segundo os assentados, ao chegarem encontraram cajueiros plantados com a idade em torno de 24 anos aproximadamente (1973), que não eram tratados/manejados desde o ano de 1988. A fazenda foi transformada num grande projeto cuja atividade principal era a cajucultura (a bovinocultura de corte vinha em segundo plano), financiado com recursos do Banco do Nordeste.

Boa parte dos primeiros trabalhadores era de descendentes das famílias do projeto de colonização da Serra do Mel (hoje município). Muitos deles haviam trabalhado “alugados” durante a implementação do projeto PLAMAG. Essa informação é importante por dois motivos: primeiro, porque define o perfil destes agricultores, uma vez que, no projeto de colonização de Serra Mel, os colonos receberam lotes de 50 ha, dos quais 25 já vinham ha plantados com cajueiro, ou seja, seus filhos (os ocupantes) já estavam “socializados” com a cultura; segundo, e por consequência, define-se o perfil de utilização das terras do PA devido à sua vizinhança com a Serra do Mel, pertencendo, assim, ao mesmo agroecossistema.

O assentamento foi planejado em duas agrovilas, distantes uma da outra 4 km. A Vila de Tocantins foi a primeira a ser ocupada, por estar mais perto da Serra do Mel, ou seja, da cerca que limitava a propriedade com o projeto de colonização, sendo, portanto, a primeira “porta de entrada”.

Grande parte da infra-estrutura remanescente da fazenda PLAMAG se encontrava em estágio avançado de degradação, uma vez que a propriedade fora abandonada pelo antigo dono. Foram aproveitados apenas uma das casas-sede, uma caixa d’água de superfície e um poço que, durante a construção das casas, foi recuperado e instalado. Os lotes foram parcelados durante os dois anos analisados

2.3.2.2 Localização geográfica do PA

Planalto do Mel pertencia ao município de Carnaubais, que passou por um processo de desmembramento, que originou o município de Porto do Mangue, no qual hoje situa-se. O seu acesso se dá através da RN 016 Carnaubais-Serra do Mel, partindo da Vila Paraíba a 10 km. O acesso ao PA se dá por estradas carroçáveis.

Os limites são os seguintes: ao norte, com Vila Paraíba (Serra do Mel); ao sul Vila Bahia (Serra do Mel), PA Vassouras, PA Ligação; ao leste com Francisco Souto e a oeste com a Vila Paraíba (Serra do Mel) .

2.3.2.3 A organização do assentamento

A organização mais forte se dá na agrovila de Tocantins, justamente devido ao fato das pessoas terem passado pelos apuros da ocupação e sobrevivência nos primeiros anos. Durante a pesquisa, a diferença entre as duas vilas ficou bem nítida, uma vez que a segunda só veio a ser habitada depois da implantação de estrada, energia, habitação e água (poço artesiano) e inclusive a assistência técnica do Lumiar, ou seja, a maioria dos habitantes da Vila Carajás chegou depois das coisas já estarem prontas, enquanto que os primeiros trabalharam juntos desde a ocupação e durante a implantação destas infra-estruturas, através de trabalho voluntário.

Os assentados estão articulados numa associação que cuida do planejamento e gerenciamento da vida coletiva do assentamento e faz a articulação para as reivindicações dos associados junto aos órgãos públicos.

As assembléias ordinárias acontecem com frequência a cada primeiro domingo do mês e os documentos da associação estão organizados. Os assuntos discutidos nas assembléias são registrados em ata, o livro de presença em assembléias gerais vem sendo utilizado, eles têm as fichas de cadastro dos associados, o livro caixa, o livro de ata da diretoria e do conselho fiscal, o regimento do trator e uma comissão gestora descentralizada da diretoria da associação.

Dentre as entidades com as quais o assentamento se relaciona em maior ou menor grau estão:

- Cooperativa Terra Viva (executora do Lumiar, sucessora da AACCC);
- Prefeituras de Serra do Mel e de Porto do Mangue (ex-Pref. de Carnaubais);
- CPT - no início, quando da ocupação;
- Igreja - católica de Carnaubais (no início);
- STR de Carnaubais e Federação dos Trabalhadores do RN-FETARN;
- INCRA - a relação identificada ainda é de subserviência ao “dono da terra”.

3 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Quanto à metodologia, foram utilizados neste estudo métodos da pesquisa qualitativa em que se trabalha com o universo de crenças, valores, significados, desejos ou aspirações, atitudes, nos processos e fenômenos, buscando-se um espaço mais aprofundado das relações que os compõem.

Para Minayo (1995), enquanto os cientistas sociais que trabalham com estatística apreendem dos fenômenos apenas a região “visível, ecológica, morfológica e concreta”, a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas.

Deve-se, então, empreender a compreensão e explicação da dinâmica da realidade social através da sua vivência, uma vez que os pesquisadores são também atores envolvidos. Deve-se entender que a realidade social compreende o próprio dinamismo das vidas individual e coletiva, ricas em significados, crenças, valores e atitudes. Assim sendo, fundamentalmente, a postura do pesquisador deve ser a de proporcionar aos agricultores a possibilidade de: conhecer a sua própria realidade, participar da produção desse conhecimento e dele tomar posse.

Complementarmente, para o presente estudo, adotou-se que *“a concepção participativa do desenvolvimento rural sugere que a concepção da pesquisa que lhe é associada seja também participativa. No caso, implica que os pesquisadores recorram às técnicas utilizadas em pesquisa participante: reuniões, seminários, entrevistas coletivas, aprendizagem conjunta na resolução dos problemas identificados, etc”* (Thiollent, 1985). Tal concepção propõe que este segmento de produtores deve ser realmente protagonista do processo de intervenção do qual participam (e não “sofrem” a intervenção).

3.1 Procedimentos metodológicos

Para o estudo do Projeto Lumiar, buscou-se traçar um caminho lógico para a coleta de dados e as suas análises.

Questões norteadoras

Uma série de questões norteadoras balizar inicialmente este trabalho como, por exemplo: já que o Lumiar parte do pressuposto da superação dos velhos padrões das instituições oficiais da ATER, até que ponto seu controle realmente tem sido feito por parte dos assentados? As suas falas nos revelariam a continuidade e/ou reprodução desses velhos padrões? Em que medida se dá a participação dos mesmos? Os espaços para tal são fomentados? As equipes locais são suas aliadas ou apenas mediadores do Estado?

Se o Lumiar preconiza a participação dos assentados em todos os níveis, tais questões sugeriram inicialmente a seguinte possibilidade:

“na concepção participativa de desenvolvimento rural, considera-se que os produtores devem se organizar em torno dos problemas que acham mais importantes para adquirir uma capacidade coletiva de decisão e de controle quanto à utilização de recursos.” (Gow e Vasant, citados por Thiollent, 1985:87).

A opção pelo Estudo de Caso

De acordo com Triviños (1987), o estudo de caso é uma categoria de pesquisa cujo objetivo é uma unidade que se analisa profundamente, sendo considerado como um dos mais relevantes tipos existentes de pesquisa qualitativa. De acordo com Bogdan, citado por Triviños (1987), podem-se distinguir vários tipos de estudo de caso, tais como: estudo de caso histórico-organizacional, estudo de caso observacional e história de vida.

Ainda conforme Triviños (1987), *“um aspecto interessante do estudo de caso é o de existir a possibilidade de estabelecer comparações entre dois ou mais enfoques específicos, o que dá origem aos estudos comparativos de casos. O enfoque comparativo enriquece a pesquisa qualitativa, especialmente se ele se realiza na perspectiva histórico-estrutural”*.

Para Alencar (1988), citando Worsley, estudo de caso é um abordagem que se constitui no exame de um conjunto de ações em desenvolvimento, buscando mostrar como os princípios teóricos se manifestam nestas ações. De acordo com Alencar (1988), duas críticas são feitas ao estudo do caso: a primeira é que não permite generalizações, devido a sua pouca representatividade e conseqüente incapacidade de encontrar todas as dimensões de um fenômeno em um único contexto; a segunda crítica é que o estudo de caso não permite um rigoroso controle das informações em função da natureza menos formal das técnicas de coleta de dados usualmente empregadas. Esta crítica relaciona-se com o conceito de confiabilidade, ou seja o grau de consistência das observações obtidas pelas técnicas empregadas nos estudos de caso (por exemplo, observação participante e pesquisa de profundidade).

Alencar (1988), citando Deutscher, comenta que a definição operacional e o desenvolvimento de outros instrumentos de pesquisa podem aumentar a sua validade: um instrumento de pesquisa pode apresentar um alto grau de

confiabilidade e, ao mesmo tempo, um baixo grau de validade. Ainda, de acordo com Alencar (1988), isto não vem a ser somente uma hipótese e ele cita novamente Deutscher, com a seguinte ilustração: *“três pesquisas foram conduzidas por diferentes autores que procuravam estudar a relação entre atitudes verbais (expressas através de respostas assinaladas nos itens de um questionário atitudinal) e comportamentos subseqüentes. Embora os questionários atitudinais apresentassem alto grau de confiabilidade (isto é, produziram consistentemente os mesmos resultados em todos os três estudos), eles demonstraram pouca validade, uma vez que o comportamento dos entrevistados foi diferente das atitudes que haviam manifestado através dos questionários”*.

A outra crítica referente ao aspecto do estudo de caso é a de não permitir generalizações. O argumento trazido pelos críticos é a não possibilidade do uso de grandes amostras. Entretanto, como comenta Alencar (1988), *“este argumento é tão válido para um estudo de caso quanto para um survey com amostra representativa mas conduzido em uma única região”*. Ainda de acordo com esse autor, o estudo de caso pode iniciar teorias e a análise de diferentes casos pode proporcionar generalizações amplas.

Murray, citado por Alencar (1988), argumenta que existem razões de ordem metodológica que tornam os estudos de caso, pesquisas válidas. As razões são as seguintes:

a) os estudos de caso podem ilustrar generalizações que foram estabelecidas ou aceitas; ainda que eles sejam pouco abrangentes, as generalizações podem ganhar novos significados como exemplos de diferentes contextos;

b) o estudo de caso pode se constituir em um teste de uma teoria que, embora aceita como “uma verdade” universal, necessita ser comprovada em todas

as instâncias; ao estudar uma situação específica através de uma hipótese derivada dessa teoria, os resultados obtidos podem invalidá-la, ainda que em uma instância particular;

c) o estudo de caso pode conduzir a generalizações. Relações entre circunstâncias particulares, observadas a partir de um único estudo de caso, podem sugerir conexões que necessitam ser exploradas em outras instâncias; assim, os resultados de um único estudo de caso podem estimular a formulação de hipóteses que orientarão novas pesquisas cujos resultados poderão conduzir a generalizações.

Alencar (1988) ainda considera que os estudos de caso colaboram para o aumento do conhecimento:

a) ao mostrarem que as coisas podem ter grandes variações em diferentes circunstâncias, bem como complexidades múltiplas, os estudos de caso ilustram o quanto as variáveis manipuladas em modelos e teorias abstratas são, na prática, envolvidas pela ação humana;

b) assim, ainda que não fosse possível o estabelecimento de generalizações amplas a partir dos estudos de caso, eles podem estimular a busca por situações mais tangíveis do que as oferecidas pelos modelos e teorias, mostrando como as situações são compreendidas, avaliadas e manipuladas pelos seres humanos.

O presente trabalho é um misto de tipos de estudos de caso, já que para que se tornasse possível entender o processo de formação e desenvolvimento do assentamento em questão, foi necessário fazer um “estudo de caso histórico-organizacional” da área em foco, bem como “estudo de caso observacional”.

A análise documental

A partir desta opção, efetuou-se a análise documental que cumpriu as seguintes etapas:

- 1ª etapa: leitura e reflexão dos documentos oficiais: manual operativo, avaliação nacional do Lumiar, contrato de prestação de serviços entre associações e executoras, avaliações de projetos governamentais, etc.

- 2ª etapa: leitura e reflexão sobre os documentos produzidos pela equipe local do Lumiar

Construção do roteiro semi-estruturado

A análise documental forneceu elementos importantes para a construção do roteiro semi-estruturado que, como opção metodológica, baseia-se na utilização da técnica de coleta de dados, conhecida como “entrevista semi-estruturada”, em que o entrevistador leva questões básicas sobre assuntos que são do interesse da pesquisa.

Segundo Triviños (1987), *“podemos entender por entrevista semi-estruturada, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, junto de novas hipóteses que vão surgindo, à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa”*.

Triviños (1987) esclarece que essas perguntas fundamentais que constituem em parte a entrevista semi-estruturada não nasceram a priori. Elas são resultado não só da teoria que alimenta a ação do investigador, mas também de toda a informação que ele já recolheu sobre o fenômeno social que interessa, não

sendo menos importantes seus contatos, inclusive realizados na escolha das pessoas que serão entrevistadas.

Processo investigativo

Desvendar - através de entrevistas individuais, com grupos específicos, oficinas, conversas informais e da observação direta participante, a partir de roteiro prévio contendo os itens a ser avaliados.

Validar - através da análise do conteúdo das falas, cruzar informações, com outras falas e com os documentos; utilizou-se do princípio do cruzamento das informações entrevistando diferentes atores: diferentes pessoas de diferentes idades e dois grupos definidos que foram o “grupo dos bode” e o grupo da diretoria da associação, utilizando diferentes técnicas.

Associar - durante as entrevistas e posterior análise das falas, buscou-se desvendar as “parcelas” de envolvimento nos processos vividos no assentamento e atribuir aos diferentes atores (equipe local, agricultores ou instituições) os resultados obtidos durante os dois anos de Lumiar.

CAPÍTULO III

3 AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS SOCIAIS: CAMINHOS E DESCAMINHOS

A preocupação em tomar como referência para o presente estudo a abordagem da avaliação de programas e projetos sociais, se dá pelo fato de o objeto de pesquisa estar situado neste âmbito, ou seja, um projeto, o Lumiar, dentro de um programa intitulado Qualidade e Produtividade nos Assentamentos de Reforma Agrária que, por sua vez, faz parte de uma política pública, que é a Reforma Agrária. Daí a necessidade de buscar, na literatura, referências que contribuíssem para constituir a dimensão dos processos avaliativos: os tipos de avaliações possíveis, as correntes e as implicações.

Essa opção vem também ao encontro dos pressupostos contidos nos documentos oficiais do Projeto Lumiar, no que diz respeito à sua avaliação, que tratam de contemplar a participação dos agricultores assentados em todos os níveis. A importância dada à avaliação nesses documentos tem uma dimensão que remete à necessidade e as possibilidades de se levantar pistas para a implantação de um processo em que se valorize a organização/participação comunitária, que é considerado o elemento básico de toda a intervenção do Lumiar.

3.1 O que é avaliação?

A avaliação é um fenômeno que permite que as pessoas possam, diariamente, rever atitudes, posturas, empreendimentos, resultados, etc. As pessoas recolhem informações para poder tomar decisões acerca de um problema qualquer, para enfrentá-lo da melhor maneira possível. Às ações seguem as reflexões sobre os acertos e/ou erros, que propiciam o ajustamento para o futuro.

No nível pessoal, tal processo geralmente é feito de maneira assistemática e permeado por muita subjetividade. Isso abre caminho às idéias preconcebidas e interesses que podem, em muito, influenciar os resultados. Trata-se, portanto, de uma avaliação informal (Aguilar e Ander-Egg, 1994).

Na tentativa de uma primeira aproximação conceitual, no que diz respeito ao emprego que se faz do termo e a extensão do que se entende por avaliação, deparamos com sua amplitude. Muitos e diferentes são seus usos, podendo ser aplicada a uma gama bastante variada de atividades humanas. Por exemplo: a palavra avaliação pode se referir ao termo valor e supõe juízo sobre algo, ou seja, um processo que consiste em emitir um juízo de valor. Uma ponderação baseada em valores. No entanto, quando se fala de avaliação em ciências sociais e nas diferentes modalidades de intervenção social, alude-se a uma forma de valorização sistemática que se baseia no emprego de procedimentos que, apoiados no uso do método científico, servem para identificar, obter e proporcionar a informação pertinente e julgar o mérito e valor de algo, de maneira justificável (Aguilar e Ander-Egg, 1994). Percebe-se que entre avaliação informal e avaliação num sentido mais estrito, não há diferença nos objetivos e sim de métodos. Quando queremos avaliar serviços ou atividades profissionais, não basta a avaliação informal.

Muitos foram os autores e documentos que buscaram uma definição para avaliação ou pesquisa avaliativa. Em 1984, o documento do CAC/UNESCO disse que:

“a avaliação é o processo que se destina a determinar sistemática e objetivamente a pertinência, a eficiência, eficácia e impacto de todas as atividades à luz de seus objetivos. Trata-se de um processo organizacional para melhorar as atividades que estão em andamento e auxiliar a administração no planejamento, programação e decisões futuras” (ONU, 1984).

Para Aguilar e Ander-Egg, 1994,

“ ... a avaliação é uma forma de pesquisa social aplicada, sistemática, planejada e dirigida; destinada a obter e proporcionar, de maneira válida e confiável, dados e informações suficientes e relevantes para apoiar um juízo sobre o mérito e valor dos diferentes componentes de um programa (tanto na fase de diagnóstico, programação ou execução), ou de um conjunto de atividades específicas que se realizam, foram realizadas ou se realizarão, com o propósito de produzir efeitos e resultados concretos; comprovando a extensão e o grau em que se deram essas conquistas, de forma tal que sirva de base ou guia para uma tomada de decisões racional e inteligente entre cursos de ação, ou para solucionar problemas e promover o conhecimento e a compreensão dos fatores associados ao êxito ou ao fracasso de seus resultados”.

Avaliação trata-se, então, de um processo que gera uma retroalimentação, permitindo a possibilidade de retificar ações e reorientá-las em direção a um fim almejado. Se planejar é introduzir organização e racionalidade na ação para a consecução de determinadas metas e objetivos, a avaliação é um modo de verificar essa racionalidade, medindo o cumprimento - ou a perspectiva de cumprimento - dos objetivos e metas previamente estabelecidos e a capacidade para alcançá-los. Assim, quando a avaliação é realizada com critérios, do ponto de vista de uma metodologia adotada, o produto final pode alterar aspectos importantes do programa ou projeto.

Os autores citados fornecem elementos mais fundamentais sobre o que vem a ser avaliação, em que a conotação de processo está fortemente presente em seus conceitos. Porém, faltam em tais enunciados os sujeitos da ação avaliativa, isto é, para quem é e quem a faz. Os atores envolvidos “sofrem” a avaliação que é feita por outros ou são também sujeitos desses processos? Quando e como se proceder as avaliações?

3.2 Tipos de avaliação

Os tipos de avaliação podem ser definidos e diferenciados sob dois aspectos: primeiro, em função do momento em que se realiza e dos objetivos que persegue e; segundo, em função de quem a realiza. Existem várias outras tipologias¹⁰ diferentes, porém, serão discutidas as duas que mais nos interessam para o presente estudo do Projeto Lumiar, após dois anos de sua implantação no estado do Rio Grande do Norte.

A avaliação em função do momento em que se realiza pode ser de dois tipos: a avaliação ex-ante e ex-post. A primeira, também chamada “inicial” ou “pré-decisão”, consiste em avaliar o projeto ou programa mediante a estimação crítica de sua pertinência, viabilidade potencial, com a finalidade de proporcionar critérios racionais sobre a conveniência ou não de levar a cabo um programa ou projeto (Aguilar e Ander-Egg, 1994). Tem, portanto, a finalidade de definir critérios racionais para uma decisão qualitativa crucial: se o projeto deve ou não ser implementado. Pode servir também para ordenar os projetos segundo sua eficiência, para alcançar os objetivos perseguidos e/ou definir escalas de prioridade.

Quanto à segunda, a avaliação ex-post, Musto, citado por Cohen e Franco (1994), diz que é necessário distinguir a situação dos projetos que estão em andamento daqueles que já foram concluídos. Ambos os tipos são avaliados procurando obter elementos de apoio para a adoção de decisões qualitativas (tipo sim ou não) e quantitativas (que é uma questão de grau). Cabe aqui uma importante diferenciação feita por Aguilar e Ander-Egg, que consideram, dentro deste tipo, duas formas: a avaliação de final de projeto e a avaliação ex-post, propriamente dita. A primeira se refere àquela que se faz, uma vez concluída a

¹⁰ Ver Brandão (1984); Aguilar e Ander-Egg (1994); Cohen e Franco (1994), Gomes Silva (1997) e Brandão (1993).

fase de execução. A segunda é levada a cabo quando o programa ou projeto alcançou o seu pleno desenvolvimento (meses ou até anos depois de finalizada a execução), sendo também denominada **avaliação de impactos**. Embora estes autores não trabalhem com o conceito de **monitoramento** ou a **avaliação durante** o processo, Kreissier e Salzer (1993:16) afirmam que nas publicações, geralmente, *“monitoria e avaliação são conceituadas de forma isolada: monitoria pressupõe que o planejamento ainda está condizente com o contexto do projeto e implica em contínuas verificações da conformidade da execução com os planos operacionais para possibilitar correções no trabalho do dia-a-dia, sem questionar os planos em si. Por sua vez, avaliação é definida como sendo a verificação da validade da programação em intervalos maiores de tempo”*. Para estes autores, monitoria e avaliação não são abordadas separadamente. Elas são entendidas como unidade, expressa na sigla **M&A**, para enfatizar que tanto a execução como os impactos do projeto devem ser observados e analisados continuamente. Neste sentido, monitoria e avaliação são partes complementares de um processo inerente às atividades do projeto (por este motivo utiliza-se o conceito de monitoria e avaliação interna do projeto).

Para estes mesmos autores, *“as necessidades de modificações no rumo do projeto – independente se em maior ou menor grau, se dá de acordo com os desvios constatados na comparação entre o pretendido e o alcançado e a avaliação efetuada caso a caso. Não havendo – ou sendo pequenos – os desvios, não há demanda por maiores ações por parte da gerência. Sendo constatados desvios significativos, o gerenciamento do projeto deverá se adequar à nova realidade. Havendo desvios muito sérios, o projeto como um todo deve ser questionado e revisto”* (Kressirer e Salzer, 1993:17).

A avaliação em função de quem a realiza pode apresentar diferentes sub-tipos. Um deles é o da **procedência dos avaliadores**. Dentre esses sub-tipos tem-se: a externa, a interna, a orgânica, a comunitária, a técnica formal, etc.

Avaliação externa é aquela que recorre a avaliadores que não pertencem, nem estão vinculados (direta ou indiretamente) à instituição e também ao projeto ou programa que está sendo avaliado. Recorre a uma experiência específica desses avaliadores neste tipo de atividades, apostando no conhecimento da metodologia de avaliação e seus pontos fracos. Para Cohen e Franco (1994), paira uma dúvida sobre “se realmente existe um arsenal metodológico único, que seja aplicável a qualquer projeto”.

Tais dúvidas são extremamente pertinentes, uma vez que nas ciências sociais não existe a noção de repetibilidade das ciências naturais e que o universo subjetivo das comunidades assentadas aponta para uma enorme diversidade de situações, até mesmo dentro de contextos em muito parecidos e, às vezes, dentro de um mesmo programa ou projeto. Assim sendo, devem-se considerar as especificidades e, então, não existe uma normatização que consiga padronizar. No caso desse estudo, contou-se, além do processo de avaliação conduzido pelos atores sociais beneficiários do Projeto Lumiar, com a participação do pesquisador que, além de catalisar o processo de avaliação por esses atores, em última instância também foi um avaliador de fora do assentamento, mas não alheio ao Lumiar.

Avaliação interna é feita com a participação (como avaliadores) de pessoas que pertencem à instituição promotora ou gestora do programa ou projeto a avaliar, mas que não são diretamente responsáveis pela execução. A grande polêmica se dá pelo fato de que, segundo Cohen e Franco (1994), aqueles que vão ser avaliados por uma pessoa estranha, podem se colocar na posição defensiva, proporcionando informação parcial e ter reações que tornam a avaliação

traumática, tanto para o avaliador, quanto para os avaliados, contribuindo pouco para o conhecimento substantivo e para a melhora dos procedimentos da execução dos projetos. Talvez nada disso ocorresse se a avaliação fosse feita por avaliadores internos. O argumento maior é que, sendo assim, estes iriam considerar o processo, não como um exame de sua atuação pessoal, individual, mas sim como um momento ou instância para reflexão, enfim, de aprendizado.

Porém, Cohen e Franco contra-argumentam que essa modalidade proporcionaria menores garantias de objetividade, já que a organização agente seria “juiz e interessado”. Seus membros teriam idéias preconcebidas, tanto por interesse (formuladores e/ou executores), como por valor (identificação com objetivos e forma de atingi-los). E, por fim, complementam que ela não elimina necessariamente fricções internas devido ao fato de poder existir, por exemplo, incompatibilidade entre responsáveis e funcionários ou beneficiários (grifo nosso). No processo de avaliação do projeto em questão, houve duas etapas de avaliação, porém com o mesmo público: uma através das entrevistas individuais e outra com grande participação do coletivo de famílias assentadas.

Brandão (1984:132) caracteriza esse tipo de avaliação como a **avaliação orgânica** ou aquela que é conduzida por grupos da comunidade que buscam entender as relações estabelecidas entre eles e a agência que o programa cria, seja para proporcionar à comunidade uma instância a mais de sua própria organização, seja para gerar grupos populares afiliados, capazes de fortalecer a presença do programa na comunidade e atestar a sua legitimação.

Este mesmo autor a diferencia da **avaliação comunitária** que, para ele, é aquela que mais com as atitudes que mobiliza e com a ideologia com que pensa, do que com as “opiniões” que fornece a questionários de pesquisa, pessoas, grupos significativos e unidades amplas de representação da vida comunitária, estabelecem um juízo a respeito de um trabalho de mediação que os atinge

(Brandão, 1984:132). Quando refletem e agem no intuito de influenciar este trabalho de acordo com os interesses da comunidade, esse tipo passa a ser o que denominaremos mais adiante de **avaliação participativa substantiva**.

A **avaliação técnica formal** cumpre-se como rotina da trajetória do trabalho e se define como um momento objetivo da racionalidade do processo. Também sugere uma base científico-metodológica e uma rigidez e reificação desta, como única forma de se estabelecer, através da avaliação que faz, as verdades sobre programas e projetos.

3.3 O porquê de se avaliar programas e projetos sociais

Vários são os motivos que levam à realização de avaliações de programas e projetos sociais, que vão desde as exigências de órgão financiadores internacionais e nacionais, em função do aumento da pobreza e escassez de recursos, até uma postura que se preocupa em aprender com as experiências de fato.

Durante muitos anos, entre vários programas e projetos sociais, principalmente aqueles dirigidos para o Desenvolvimento Rural e implementados pelo Estado, constatou-se que foram poucos os resultados efetivamente capazes de alterar a situação de pobreza no meio rural.

Em se tratando de Nordeste do Brasil, palco dessa pesquisa, cuja realidade é caracterizada historicamente pelas crescentes taxas de miséria e pobreza absoluta, a situação de gastos de recursos públicos com esses projetos torna-se uma problemática que precisa ser revista. Uma análise mais conjuntural vem reforçar que apesar destes gastos, pouco mudou. Essa análise torna-se então muito complexa, pois envolve as dimensões políticas, econômicas, culturais, históricas, geográficas, ecológicas, além de outras, uma vez que estão envolvidos grupos sociais com interesses diversos.

Diante deste contexto, são necessários estudos minuciosos das causas e problemas que têm impedido o sucesso dos planos governamentais para o Nordeste rural, a fim de se organizar meios para superar obstáculos e para resolver essa situação que tem trazido conseqüências desastrosas, não só para o Nordeste, mas para todo o país.

A título de exemplo, citaremos alguns dos muitos programas e projetos criados e implantados no Nordeste, a saber: Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste-POLONORDESTE; Projeto Sertanejo (Especial de Apoio ao Desenvolvimento de Região Semi-árida do Nordeste); Projeto Nordeste (Programa de Desenvolvimento da Região Nordeste); PDAN (Programa de Desenvolvimento da Região Nordeste); PROALCOOL (Programa Nacional do Alcool); PROHIDRO (Programa de Aproveitamento de Recursos Hídricos do Nordeste), além do Programa de Combate à Pobreza Rural-PCPR¹¹. Como vimos no Capítulo I, foram criados ainda o Programa de Apoio à Gestão de Organizações de Pequenos Produtores Rurais-CONTACAP, destinado a prestar assistência técnico-gerencial às áreas de assentamento de Reforma Agrária e comunidades de pequenos agricultores, que atingiu, durante um ano, os estados de BA, PE, CE e RN e, mais recentemente, o Projeto Lumiar, com a mesma incumbência, porém ampliado para todo o país. A região também é contemplada com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF. E têm-se ainda a criação do Fundo Constitucional para o Nordeste-FNE, que está

¹¹ Nos estados do Nordeste, o PCPR do Banco Mundial e Governo Brasileiro leva diversos títulos que, diga-se de passagem, compõem uma receita que mistura um projeto governamental aliado a um nome de um santo, reforça a racionalidade perversa da dominação e da ilusão de que só o governo e os santos podem fazer algo; o nome mais comum que leva é o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor-PAPP, mas é chamado também de Projeto São José – CE, Projeto Padre Cícero, na Bahia, etc.

associado às políticas desenvolvimentistas do Nordeste e direciona-se ao crédito rural, a obras de infra-estruturas, a projetos industriais, entre outros usos.

O mais interessante (se não fosse trágico) de se observar é que retoricamente esses projetos trazem um discurso muito parecido entre eles. Sua estruturação, grosso modo, é mais ou menos parecida, senão vejamos: começam dizendo a missão do tipo “promover a melhoria das condições de vida e bem estar da população rural nordestina”, dizeres que não podem deixar de conter palavras como resgate da cidadania (só se resgata algo que se teve, o que nunca se teve deve ser inaugurado), seguidos dos meios pensados para atingir os objetivos, como, por exemplo: “produzir e difundir tecnologias adequadas às condições dos produtores...” (POLONORDESTE) ou “facilitar o acesso ao crédito...” (FNE por exemplo), ou então, “através da disponibilização de tecnologias”, etc.

Mais recentemente, vem sendo incorporado ao discurso oficial o caráter participativo das ações no enunciado desses programas e projetos. França Fernandes (1995:41) destaca que, *“quanto à participação dos pequenos produtores nas decisões dos projetos, mais especificamente pelo público-meta, as diretrizes enfatizam sua importância. Porém, na prática, ocorrem profundas contradições, pois os beneficiários não são consultados, normalmente, e nem têm a oportunidade de se manifestar antes que uma decisão a respeito deles seja tomada. E mesmo quando são consultados, suas sugestões não são aplicadas”*. E continua *“isso significa que o Estado, através de seus agentes sociais, centraliza em demasia o poder e que o planejamento e a programação se tornaram extremamente verticalizados. Assim, há um enorme hiato entre o ‘discurso’ e a ‘praxis’ ”*.

Nos informativos publicitários ou nos documentos oficiais, coincidentemente, reconhece-se, de alguma forma, que as últimas ações do Estado

não foram bem sucedidas. Constatase que a miséria vem aumentando, mas que as medidas de um novo projeto surtirão efeitos. Entretanto, foram vários projetos seguidos uns dos outros, isso quando não acontecia um “sombreamento”, ou seja, mais de um projeto em uma mesma área. O que se percebe nas avaliações é que estes sequer denotam preocupação em estabelecer uma ação mais integrada ou em perceber a possibilidade de complementariedade entre os projetos.

Vários estudos têm sido feitos sobre os resultados desses programas governamentais para o Nordeste Rural; as análises sobre esses têm demonstrado que, apesar dos objetivos gerais traçados, sempre semelhantes, visando a solucionar a questão da seca e erradicar a pobreza do Nordeste, os problemas permanecem, embora muitos bilhões de dólares tenham sido aplicados (França Fernandes, 1995:39). As avaliações já realizadas por vários pesquisadores, entre eles Chalout (1985 e 1988) e Leite (1985), têm comprovado essa realidade de fracasso dos programas governamentais em mudar o estado de pobreza em que se encontra a maioria da população do Nordeste.

Então, como foi dito no início desse tópico, é preciso detectar a racionalidade dos programas, ou seja, descobrir a que lógica eles obedecem e qual o nível de especificidade dessa lógica. Na realidade desses projetos aos quais nos referimos, a racionalização é a de um Estado que defende os interesses das classes dominantes com medidas concretas, como incentivos fiscais, perdão de dívidas, subsídios, etc., sempre buscando orientar o sentido e o ritmo da acumulação. Para a classe dominada, estabelece-se um jogo de criação de programas e projetos que se sucedem. A estratégia é a de ter um Estado atuando como uma espécie de efeito tampão, visando amortizar quaisquer perspectivas de tensão social com políticas compensatórias e propaganda massiva que tem funcionado até para os estados da federação onde as oportunidades de informação são maiores. No Nordeste, tais estratégias sempre permitiram que as normas dominantes fossem e

ainda sejam “aceitas” e toleradas, propiciando a manutenção e reprodução do sistema social.

Chalout (1985:273), avaliando essas diversas iniciativas, sintetizou as principais conseqüências desses programas para o Nordeste rural: *“essas intervenções do Estado contribuíram para reforçar as relações de produção já existentes na região e beneficiam pouco os trabalhadores rurais, notadamente os sem-terras, por diversos motivos, entre os quais: a) o público-meta desses programas não participam efetivamente do planejamento, elaboração e execução das intervenções; b) dois grandes problemas estruturais – a posse e uso da terra e o acesso aos recursos hídricos – nunca foram atacados; c) faltou uma verdadeira articulação e integração entre os múltiplos programas e ações dos Estado e entre as instituições executoras. Alguns programas foram até danosos aos trabalhadores rurais, pois contribuíram para o agravamento da tensão social, aumentando a concentração de terras e de renda e elevando os índices da pobreza, de assalariamento sazonal, de proletarização e de êxodo rural forçado”*.

Se, por um lado, a avaliação dos programas e projetos para o Nordeste nos chama a atenção para a importância dessa prática, por outro reforça a necessidade de buscar outras referências para avaliá-los. A necessidade de mudança dessa situação está mais do que imposta e, portanto, deve ser objeto de estudo do meio acadêmico-científico. Um dos vieses da prática da avaliação está em reforçar a lógica de dominação, transformando até mesmo algumas das experiências frustradas em excelência de resultados com impactos positivos.

Tomando por base as análises feitas por alguns autores como França Fernandes (1995:47), Leite (1985) e Novaes (1994), e também alguns indicadores sociais, tem-se que as demais avaliações sobre o desempenho dos programas e projetos governamentais para o Nordeste, em geral, privilegiam as análises

técnico-economicistas, em detrimento de avaliações das distorções responsáveis pela não obtenção dos resultados que se espera. Essas avaliações não levam em consideração o fator humano do pequeno produtor, entretanto, eles aparecem sempre como os principais responsáveis pelo insucesso das políticas públicas dirigidas para este segmento. Se os acusam de limitados, porque não priorizam a educação para melhorar o nível desse segmento? Quais os reais propósitos se escondem sob essa alegação?

3. 4 Avaliação: neutralidade e poder

Existe uma racionalidade nos processos avaliativos. Tal racionalidade, na maioria das vezes, não está na região do visível e pode revelar a verdadeira intencionalidade que se move nas entrelinhas do discurso bem construído. Essa afirmação nos remete a uma necessidade de conhecimentos, anteriores àqueles necessários para mergulhar na realidade que se quer avaliar. Quais os elementos que compõem o universo da avaliação? Quais as implicações metodológicas? Quais interesses gravitam em torno destes processos? Quais os diferentes usos da avaliação e sua relação com estes interesses?

É preciso municiar-se desse conhecimento de forma que ele subsidie aquele que avalia, permitindo-lhe fazê-lo de uma posição de leitura crítica da realidade. Não basta ter os conhecimentos de métodos e técnicas e saber aplicá-las. Deve-se construir o entendimento do que é o ato de avaliação e seus produtos na e para a sociedade contemporânea. Se o universo é “habitado” por pessoas que o fazem no dia-a-dia, conseqüentemente é necessário escolher de que posição vemos essa sociedade. Se for na perspectiva de uma sociedade de classe, buscar-se-á investigar e comprovar a polarização do processo, de um lado composto pelos que a querem, quem a faz e a que fins atende e, geralmente, do outro lado o pólo que “sofre” as avaliações (o público-*alvo*).

Cohen e Franco (1994) tentam fazer uma separação entre estas “instâncias”, de forma que elas estariam representadas de um lado pelos planejadores/avaliadores (técnicos) e de outro os tomadores de decisão (políticos/administradores). Eles identificam uma região delicada de convivência, permeada por conflitos. Durante muito tempo e ainda hoje, os segundos limitam o papel dos primeiros, reduzindo-lhes o grau de liberdade de atuação e excluindo-os do processo de tomada de decisões. Os mesmos autores afirmam que, quando a ideologia do planejador não coincide com a predominante na organização ou governo para os quais trabalham, tem-se que recorrer à distinção weberiana entre o político e o científico, desempenhando seu papel institucional como “científico” (ou como planejador-técnico-avaliador) e procurando outros espaços sociais para satisfazer sua necessidade de atuação política (Cohen e Franco, 1994:70). Se se constitui um campo em que a ética não é o primeiro aspecto que orienta quem toma decisão, passa-se a “convencionar” um procedimento, como o de coibir o técnico de emitir qualquer juízo de valor do ponto de vista ético-profissional. Uma avaliação negativa de um projeto pode causar pontos de fricção e conflitos sérios entre quem o administra e os avaliadores.

Brandão (1984:133) afirma que *“fora casos especiais, a lógica da crítica opera por um processo de progressiva e seletiva exclusão”*. De um modo geral, continua ele, *“a priori, só se considera como uma modalidade legítima e digna de consideração, a avaliação técnica e formal”*.

Quaisquer outras possibilidades de fugir da tecnocracia avaliativa não são consideradas e, geralmente, os argumentos se prendem ao fato de que as outras formas não possuem o controle de um método científico. Os aspectos levantados são importantes para o entendimento dos riscos em se apostar numa possível imparcialidade das práticas e dos resultados das avaliações. Já há muito

que se buscou desmistificar o discurso de neutralidade da ciência e da produção científica.

Do ponto de vista da racionalidade das avaliações, Costa (1984:37) afirma que “uma proposta de avaliação não é neutra. Qualquer uma supõe definições ou “tomadas de posições” prévias à sua construção propriamente dita. Sem esses pontos de partida, as avaliações seriam uma coleção de perguntas sem conexão umas com as outras e as conclusões provavelmente seriam tão descontraídas entre si que pouco ajudariam no aprimoramento dos trabalhos”.

Portanto, se se reconhece o caráter de pré-decisão, de “tomada de posição” anteriormente, deve-se reconhecer também que, para conduzir um processo de avaliação, deve-se optar ideologicamente pelo que fazer e pelo que exprime a racionalidade com que se faz.

Brandão, tratando especificamente sobre avaliação de projetos educacionais especiais (educação popular, educação comunitária, educação em projetos de desenvolvimento rural integrado, etc.), reforça as posições acima apresentadas, quando identifica que, *“negando-se um rito definido anteriormente onde a estrutura significativa dos resultados a serem obtidos, a lógica de suas discussões e os seus usos políticos e pedagógicos estão em geral pré-determinados, a avaliação pretende apresentar-se como um momento de prática regido pela mesma racionalidade inquestionável que, de resto, domina outros momentos do trabalho pedagógico, como os seus planejamentos e sua realização ‘no campo’ ”* (Brandão, 1984:127).

Neste caso, a escola se mostra como o principal instrumento de manutenção da lógica dominante, que socializa de forma velada os valores que devem ser absorvidos pelas pessoas, geralmente de forma acrítica. Se em seus conceitos clássicos, a avaliação é tida como meio de aferição dos resultados ou de, no campo dos programas e projetos, verificar se os objetivos e metas foram

alcançados, ela também pode ser um instrumento não-confessado de legitimação, por possuir a possibilidade de “tomada de posição”, de acordo com os interesses de quem a faz.

Quando é chegada a hora em que a decisão a ser tomada está entre a continuidade ou não de um projeto em questão ou até mesmo da sua ampliação, por exemplo, as práticas legitimatórias podem ser usadas na disputa dos poucos recursos e/ou privilégios. Segundo Brandão, *“não raro uma avaliação, que a retórica oficial dos relatórios retrabalhe inteligentemente”*. E continua, *“os sujeitos são avaliados para que o programa se avalie, este sim, independentemente do que possa render em termos de melhoria para os usuários, é para quem se dirige o benefício da avaliação. Se a avaliação segue a racionalidade do programa, ajuda a manter a casa em ordem”* (Brandão 1984:129). A prática vigente nestes programas e projetos, em tempos de recursos escassos, aponta para a necessidade de se comprovar que as metas dos programas e os resultados alcançados estão em consonância com os interesses do pólo que avalia, nem que para isso tenha-se que “fabricar” tais resultados.

Se a avaliação tende a reforçar a racionalidade que se pretende hegemônica, a propaganda, a manipulação de resultados e as “faixadas” constituem-se verdadeiras obras de arte na cosmética para tornar os programas e projetos legítimos, aceitáveis perante a opinião pública. Para torná-los eficientes e eficazes, fórmulas mirabolantes são utilizadas para produzir números, que são traduzidos em metas alcançadas, quantidade de beneficiários atendidos, etc. O volume de recursos alocados e gastos pelos governos em publicidade, nas esferas municipal, estadual e federal, confirmam que, em tempos de escassez, fica mais barato (e até mais eficiente) fazer propaganda do que fazer obras.

O fato de que o Estado começa a lançar mão de um discurso participativo significa que ele está buscando a legitimação, mas significa também a busca da

cooptação do movimento que nasce da base (Pinto, 1987). Além disso, o autor cita outros artificios usados para criar a idéia de que os membros da sociedade estão participando, citando a diversidade de slogans utilizados pelos governos em todos os níveis. Outra possibilidade é incluir em comissões, comitês e outros colegiados “um representante da comunidade”, apontado por alguém que exerça algum tipo de controle sobre o mesmo.

É o caso típico dos conselhos municipais que, de direito, deviam traduzir-se numa instância para planejar e avaliar¹² os destinos dos recursos sociais mas que, de fato, são os prefeitos que definem e executam à sua maneira, a gestão dos mesmos, uma vez que os membros “escolhidos” são “gente de confiança do prefeito” ou das “forças oligárquicas locais”.

Outro aspecto que se deve levar em consideração com relação aos possíveis usos da avaliação está na sua transformação em instrumento de controle e reforço da subordinação, da subalternidade. Aliás, a primeira idéia que nos vem à cabeça quando ouvimos o termo é a sensação de medo, de algo assombroso, tais são as marcas “deixadas” pelas “avaliações” escolares. Como instrumento de dominação, com os quais as estruturas hierarquicamente estabelecidas avaliam, serve para que os participantes se sintam subjetivamente controlados. Espaços de participação são abertos, ou seja, criam-se as oportunidades apenas de consulta denominadas retoricamente de momento democrático, participativo. O que é muitas vezes considerado um avanço para aqueles que participam de maneira pouco ou nada crítica, pode vir da ilusão do tipo: “o que eu tenho para dizer é importante” ou, “serei ouvido, alguém se importa”; porém são apenas estratégias

¹² Quando muito, se dão ao trabalho de “armar o circo” para “fabricar” a ilusão da participação. Na maioria desses conselhos o planejamento dos recursos já vem do gabinete do prefeito para a câmara dos vereadores, onde, através das barganhas, vota-se e referenda-se o destino dos mesmos.

de manipulação muito bem engendradas. Os produtos desses espaços não mudam a realidade cotidiana em nada ou quase nada.

Brandão propõe uma tipologia dividida em pólos: o da confraria restrita, de poder sem saber X o corpo técnico intermediário, de saber sem poder X os sujeitos e grupos de base, co-realizadores de um trabalho que fazem sem participar ou que participam sem decidir. O autor revela a inoperância que a avaliação pode ter frente ao poder de decisão que muda rumos, estratégias, cargos, diretrizes, etc., em detrimento de qualquer necessidade apontada pela avaliação que pudesse se consubstanciar em melhorias e reorientações.

Muitas vezes, as avaliações demonstraram que os programas não passaram de uma simples experiência sobre “novas” possibilidades, não indo além de sua própria experiência e de sua efêmera duração. O pólo do poder, sem saber, pode, com uma simples “canetada”, alterar suas linhas ou até extinguir as experiências de projetos e programas sociais já consolidados (ainda que de forma assistencialista) na vida dos seus usuários ou beneficiários.

As constatações se repetem, *“os insucessos dos programas ocorrem quase sempre pelas mesmas causas: os Programas são suspensos (às vezes prematuramente), mas depois criam-se outros, com objetivos semelhantes”* (França Fernandes, 1995:42).

Ora, se não existe neutralidade na realização de avaliações e se os interesses, no caso dos programas e projetos sociais, estão de forma geral sintonizados com os interesses da esfera do poder (ou dos interesses por detrás deste), como reverter ou se contrapor a esse estado de coisas? Como incorporar integralmente e de forma participativa o contingente de “beneficiários” dos programas e projetos sociais se tornem sujeitos? A própria condição de “beneficiários” daqueles que são socializados numa sociedade capitalista globalizada, na qual se inserem estes programas e projetos - sendo portanto,

pressionados pelos padrões culturais da elite e por seus interesses – dificulta a mudança de posição para sujeitos, devido aos mesmos incorporarem e reproduzirem esses valores. Não há uma preocupação em proporcionar espaços em que as pessoas sejam socializadas para pensar e decidir ou co-decidir sobre si e seus projetos sociais.

Para Costa (1984), é preciso encarar as avaliações de maneira crítica, pois a sociedade capitalista cria novas significações para as próprias necessidades humanas. Assim ocorrendo, os programas e projetos sociais estariam, como afirmado anteriormente, repletos de significações político-econômicas e sócio-culturais.

“Uma socialização, portanto, voltada para garantir e reforçar a desigualdade social, baseada no “ter” (dinheiro, estudo, saúde, moradia, poder...), no individualismo e no corporativismo, nas instituições e no saber a serviço do público, nas políticas de exclusão social, na hierarquia do poder, na concepção de que a produção de lucros privados é o eixo da história” (Costa, 1984:41).

À medida que o projeto social global dominante estabelece tais significados, eles passam a circular como valores predominantes, como instituições que a sociedade traz em si e para si. As pessoas acabam não se dando conta de que, ao vivenciar uma prática, estão simultaneamente se construindo (e sendo construídas) socialmente. Nas suas práticas concretas do dia-a-dia, ou seja, quando vão a uma reunião de pais, a uma missa, enfrentam uma fila ou participam de algum projeto de desenvolvimento rural, elas estão alimentando o processo e se alimentando dos seus “produtos”. Se há canais abertos para o questionamento, para proceder a uma leitura crítica da realidade e sobre o poder de decidir, abre-se uma nova perspectiva de socialização, que pode ameaçar de alguma forma o *status quo*. As instâncias de participação popular,

por exemplo, advindas do processo de municipalização/descentralização das políticas públicas, não são do conhecimento da maioria da população, mas, ao ocupá-las, podem transformá-las em instrumento de reivindicação e de influência sobre o poder público local.

Se a socialização não é algo externo, é no interior desta convivência, participando dos programas e projetos, que surgem espaços para possíveis mudanças e crescimento humano. É, então, nesses espaços criados a duras penas (os conselhos municipais, por exemplo, foram conquistas populares na Constituinte) que se poderá criar condições reais de enfrentamento desta realidade. Portanto, ao participar do planejamento de utilização dos recursos e avaliando as políticas públicas no sentido até mesmo de reorientá-las, é necessária uma postura crítica e isto, como afirma Paulo Freire (1979), transforma em ato de compromisso se estiver relacionado com o agir-refletir-agir. Este mesmo autor identifica um movimento necessário para que se superem os obstáculos impostos por aqueles a quem as mudanças da ordem social estabelecida não interessa.

Pode-se afirmar que a participação, enquanto elemento central que conduz e norteia o que-fazer dos programas e projetos, não deixa de ser uma opção ideológica, sem, com isso, dizê-la não científica. Como possibilidade de co-existência perpassada pelo conflito, o paradigma das intervenções participativas vem ganhando cada vez mais espaço no meio científico. Se no âmago da sociedade de classes está posto o tolhimento, a coerção, os obstáculos à participação, avaliar este cenário de forma crítica é reivindicar a participação legítima e, assim, transformar a avaliação em um ato político e politizado.

3.5 Avaliação substantiva ou consultiva: o caráter da participação

Em não sendo uma prática velada de cooptação e instrumentalização das pessoas, a incorporação das opiniões e propostas das comunidades na avaliação torna-se de fundamental importância para que ocorra uma ressocialização a partir da criação de um ambiente em que elas deixam uma situação concreta em que estão convertidas em coisas, objetos de manipulação, para se tornarem sujeitos dos processos que protagonizam a condução de seus rumos.

Se, para Cohen e Franco (1994), o objetivo da avaliação participativa é diminuir a distância que existe entre os pólos avaliadores e beneficiários, buscando fixar as mudanças propostas, criando condições para que seja gerada uma resposta endógena do grupo, para Brandão, o poder do uso adequado e honesto da avaliação exigida “pelos bases” aumenta quando a própria continuidade do trabalho local depende da vontade individual e/ou coletiva de seus agentes. E, principalmente, continua ele, “*se as instâncias de decisão sobre os rumos e estratégias do trabalho são sensíveis aos interesses e motivações da base ou, no limite, fazem de suas decisões coletivas um ponto substantivo de partida para a relação ‘planejamento-realização’ do ‘trabalho-avaliação’*” (Brandão, 1984:131).

Portanto, quando há o acesso na condução dos processos, o que se deve querer é que haja substantividade, definida por Serva (1993) como sendo a valorização da dimensão pessoal frente aos processos de gestão em detrimento da tecnocracia e/ou burocracia, onde a aceitação da riqueza das contribuições e o fomento à subjetividade criativa, contribuem para a construção de espaços reais de criação-participação. Assim,

“(...) representantes da comunidade, ou grupos locais de trabalho social ou político devem ter uma participação substantiva (participar do trabalho, possuindo o poder de co-decidir os seus rumos, participar da avaliação, possuindo o

poder de co-decidir sobre as suas mudanças de rumos), sem que represente de fato uma forma de poderes locais co-decidirem em todos os seus níveis sobre as práticas de mediação que os afetam, modelos de participação 'a meias' mudam figuras e alteram discursos de relatórios, sem em nada modificarem, em um sentido democratizador, as relações de trabalho/poder/benefício de um programa" (Brandão, 1984:131).

O conceito de substantividade é por demais importante para este estudo, por fornecer as categorias que vêm reforçar, qualificando mais ainda a abordagem participativa em quaisquer áreas do conhecimento em que se pretenda discutir as questões ligadas ao desenvolvimento e, especificamente neste caso, as questões inerentes ao Desenvolvimento Rural. Isto devido, em primeiro lugar, e já se constituindo um poderoso diferencial, por assumir “a ética como a sua disciplina preponderante” e, em segundo, por apresentar a razão substantiva como categoria de análise para a abordar a vida social. Tomamos emprestado de Guerreiro Ramos, identificado por Serva (1997:110) como o elaborador da abordagem substantiva, a noção do que seria essa razão substantiva, considerada por ele como “de amplo espectro”, a qual transcende em muito a estreita relação que atualmente se faz entre razão e cálculo. Assim, *“a racionalidade substantiva seria um atributo do ser humano, residindo na psiquê. Por meio dela, os indivíduos poderiam conduzir sua vida pessoal na direção da auto-realização, contrabalançando essa busca de emancipação e a auto-realização com o alcance da satisfação social, ou seja, levando em conta também o direito dos outros indivíduos de fazê-lo”*. E termina, *“a chave para esse equilíbrio seria o debate racional e o julgamento ético-valorativo das ações”*.

Quando afirmamos que o conceito de substantividade torna-se importante para este estudo é porque identifica quais são os pilares que devem sustentar as avaliações, bem como todo o processo de intervenção no meio rural. O quadro a

seguir é uma adaptação de Serva (1997) e traz os elementos constitutivos da racionalidade substantiva que devem permear os processos de avaliação dos programas e projetos de desenvolvimento rural.

Processos	Racionalidade Substantiva Elementos
Hierarquia e normas	Entendimento Julgamento ético
Valores e objetivos	Auto-realização Valores emancipatórios Julgamento ético
Tomada de decisão	Entendimento Julgamento ético
Comunicação e relações interpessoais	Autenticidade Valores emancipatórios Autonomia
Conflitos	Julgamento ético Autenticidade Autonomia
Satisfação individual	Auto-realização Autonomia
Dimensão simbólica	Auto-realização Valores emancipatórios

FONTE: Serva, (1997), adaptado pelo autor.

Essa proposição difere justamente da abordagem da avaliação como instrumento de legitimação e dominação, baseada em preceitos técnico-formais, apegada aos números que transforma as pessoas em coisas, tornando-as alienadas. Contrapõe-se à razão dita instrumental que move e orienta as relações humanas, transforma esse homem em “fruto da sociedade” e nega o seu papel de sujeito, reservando-lhe “davidosamente” o direito apenas de estar nesse mundo. A racionalidade substantiva valoriza o ser humano na busca da auto-realização,

primando-se pelo julgamento-ético, enaltecendo os valores emancipatórios e lhes conferindo autenticidade, elementos fundamentais para a sua auto-realização.

Karl Polanyi, citado por Serva (1977), em seus estudos na área econômica, nega também a razão instrumental e o mercado como categorias de análise de todas as economias - o que pode lhes conferir o *status* de reguladores dessas relações - e define como espaço de análise dos fatos sociais uma configuração institucional que seria própria de cada sociedade historicamente percebida. Foi esse autor que cunhou a expressão “concepção substantiva”, que concentra o interesse sobre valores, a motivação e a política.

É justamente essa dimensão que falta nas intervenções que constituem o universo dos programas e projetos de desenvolvimento rural, sobretudo da avaliação. É a valorização da dimensão humana, para a qual Freire (1977) já chamava atenção e trazia como proposição para a “humanização” das relações humanas, para a adoção de práticas libertadoras em que o indivíduo, ao se perceber no mundo, estar no mundo e com as pessoas desse mundo, pudesse agir para transformá-lo e se aceitar um “transformando” (substantivamente falando).

Cohen e Franco (1994:114) citam um estudo, realizado em 1975, que analisou 36 Projetos de Desenvolvimento Rural Integrados (PDRI) realizados na África e 35 realizados na América Latina, com o fim de identificar os elementos significativos para o seu êxito ou fracasso e concluíram que:

“algumas variáveis que habitualmente são consideradas importantes para o êxito de um projeto de DRI, como: analfabetismo ou alfabetismo da população-objetivo, a qualidade de meios físicos para a agricultura, o número de sítios por extensionista, o aumento de renda por família gerado, etc., eram na realidade, na grande maioria dos casos irrelevantes para tal êxito. Por outro lado, foi comprovado que eram decisivamente importantes para os projetos as seguintes variáveis: que a população-objetivo participasse tanto da formulação e geração do projeto, como da implementação do

mesmo, em uma situação tal que nem os organizadores do projeto, nem a população-objetivo tivessem toda a capacidade de decisão”.

Práticas renovadoras e participativas e aparentemente críticas de planejamento, execução e avaliação têm sido de fundamental importância para a continuidade de projetos através da sua real legitimação para dentro e para fora destes. A estratégia participativa deve prever a adesão (substantiva) da comunidade no diagnóstico mais aprofundado de sua realidade, na eleição de prioridades, no planejamento, programação, execução, operação e avaliação das intervenções realizadas ou a serem realizadas. Estabelece-se, assim, um elemento estratégico como componente que a diferencia das demais formas de intervenção: a participação social.

Para Demo (1986:14), *“o eixo político das políticas sociais está centrado no fenômeno da participação, sendo que é através dela que a promoção torna-se autopromoção, projeto próprio, forma de co-gestão e possibilidade de auto-sustentação. Trata-se de um processo histórico infundável, que faz da participação um processo de conquista de si mesma. Não existe participação suficiente ou acabada. Não existe como dádiva ou como espaço pré-existente. Existe somente na medida de sua própria conquista”.*

Se ela não pré-existe deve ser obtida, na medida em que se conquistam espaços antes só reservados à minoria dominante, da confraria restrita ou pólo do poder sem saber, que tem como interlocutores de seus interesses o pólo técnico ou do saber sem poder, a tecnocracia, a burocracia. Portanto, não é dádiva, nem concessão de um Estado *Pater* ou populista, pois que assim sendo mantém e reproduz a cultura da subalternidade, do clientelismo. Se a tendência histórica é a dominação, a contraposição se dá através da conquista da participação.

Não se quer com isso recomendar a participação como a “panacéia para todos os males”. Ela possui suas limitações, a começar mesmo pela dificuldade e estranheza que pode aparentar àqueles que após anos socializados sob um regime ditatorial se vêem diante da possibilidade de viver numa democracia. Se a participação é conquistada, a substantivação desta a qualifica e se o faz conceitualmente, esta qualidade deverá se refletir nas práticas.

Um exemplo muito típico disto encontra-se na implantação dos Projetos de Assentamentos (mas que não é privilégio único destes), onde os agricultores que viviam anteriormente sob a égide do patrão (ou “rédeas”) se vêem na condição de “donos” da terra e tendo de conviver junto com outros tantos em situação parecida. Logo de entrada se vêem sob um regime associativista forçado pelas instituições governamentais (INCRA) e também por aquelas de representação política. As dificuldades são apresentadas como obstáculos de uma dimensão enorme, para quem nunca antes tivera sequer a oportunidade de tomar a palavra para si e por si próprio.

Existe também a possibilidade de, enquanto conquista, esbarrar em obstáculos que se traduzem como ponto final ou linha limítrofe demarcando nitidamente onde foi possível chegar quando se busca assumir o próprio destino e se esbarra em questões situadas no nível macroestrutural, por exemplo.

Mas, sobretudo, a participação posta enquanto conquista remete à noção de desigualdade, de poder e subordinação. Se há polarização, se existem pólos distintos constituídos pelos que têm e os que não têm poder, está posto também o confronto de classe que reivindica a divisão do poder não de forma absoluta, mas de forma relativa. Reivindicar a participação, de forma organizada, na condução dos programas e projetos de Desenvolvimento Rural, por exemplo, pode se dar aproveitando-se da retórica que estes trazem no seu bojo. Ocupar os espaços, consubstanciando a participação consultiva (quando muito acontece) em uma

participação substantiva, se converte em conquista estratégica nos espaços que constituem o Poder Local, entendido aqui, como sendo o universo de relações no nível local, ou seja, é maior que o poder público local e do que a simples soma de todos os poderes de cada segmento da sociedade local (Jara, 1998).

Alguns autores como Demo (1993), Galjart, Verhagen, Oakley e Marsden, citados por Alencar (1990), denominam este movimento de ocupação dos espaços através da participação como um momento de “empowering” ou “aquisição de poder”, que seria a aquisição de poder por parte da população civil organizada, principalmente dos segmentos dos que estão à margem das oportunidades, dos benefícios da sociedade. Tais autores associam a participação como um elemento de contraposição deste segmentos em face da realidade em que se encontram inseridos. Dentre os “poderes” identificados por estes autores está o poder de reivindicação (Claim-Making Power) junto ao próprio poder público local, ao Estado ou com a minoria hegemônica local, e também o poder de barganha ou fortalecimento da posição de negociação (Bargaining Power), que transformará os conselhos municipais, por exemplo, em palco de avaliações sérias de programas sociais, contribuindo qualitativamente e intervindo nas negociações sobre os destinos dos recursos públicos. Negociar as alianças estratégicas de acordo com os interesses das comunidades até então alijadas dos processos de participação e decisão poderá ser, de certa forma, trilhar o caminho inverso do que vem sendo feito, ou seja, as comunidades passam a avaliar (e não mais “sofrer”) as políticas públicas, diagnosticam a sua realidade de forma crítica, projetam e planejam o futuro.

Durante algum tempo, por determinação de agências financiadoras como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por exemplo, só se aprovava a liberação de recursos para tais projetos se nestes

constassem o item participação. No entanto, sob o pretexto de legitimar projetos ou programas, a participação teve lugar apenas no discurso, simples retórica.

Murad (1993) afirma que as avaliações conduzidas por estas instituições constataram que os programas de desenvolvimento por elas financiados haviam produzido poucos impactos para melhorar as condições de vida da grande massa populacional dos países do Terceiro Mundo. Tal constatação levou as organizações financeiras citadas a estimularem os governos destes países a incluírem em seus programas de desenvolvimento “estratégias participativas”, entre as quais o planejamento participativo, desenvolvimento de comunidades, etc. Porém, esta mesma autora, citando estudos de administração pública como os de Jobert (1983), Nobre e Rodrigues (1991), Narine (1986) e outros, afirma que essa mudança de estratégias recomendada pelos órgãos internacionais não foi suficiente para alterar a natureza discriminadora dos projetos de desenvolvimento implementados pelos governos do Terceiro Mundo. Estes mesmos autores apontam que “participação” aparecia nestes projetos como instrumento de cooptação, patronagem¹³ e clientelismo¹⁴ (Murad, 1993:06).

O fato é que aumentar a capacidade de participação da população pode significar fazer emergir os questionamentos conflitivos por parte daqueles que são alvo de tais programas diante das práticas e do discurso daqueles que os implementam. Caso haja uma distância minimamente percebida entre o que se fala e o que se pratica, ela constitui um momento oportuno para que se desvele o pano de fundo que mascara a realidade da lógica perversa, antes oculta. Traduz-

¹³ Patronagem refere-se ao sentimento de impotência das pessoas para lidar com os problemas que enfrentam e à pré-disposição delas para recorrer aos indivíduos, tidos como mais poderosos, na tentativa de buscar soluções.

¹⁴ Clientelismo é entendido como troca de favores entre as pessoas, sendo que nessa troca está envolvida, de um lado a solução de problemas e de outro a lealdade política.

se em momento estratégico e que deverá ser politizado e aproveitado para sobrepor a avaliação política à avaliação técnica formal, dando as coordenadas para as ações a serem realizadas.

Pode-se afirmar que, depois do que foi visto, a participação substantiva nas avaliações deve ser uma das bases que compõem um processo maior que é o planejamento participativo do desenvolvimento local, desde que os atores sociais a tomem realmente como um momento e não instrumento, ou algo estanque, fruto de sua percepção e não do seu tempo (geralmente ditado pelos prazos dos projetos). Sem dúvida, um tempo que pode ser catalisado pela ação dos assessores e que se “acelera” a partir do aumento de “outputs” (educação formal, de jovens e adultos, profissionalizante, cursos, reuniões, etc.) e da complexidade da realidade vivida (quanto mais se sabe, mais se permite ao conhecimento). Isso não na lógica de substituição de seus conhecimentos mas sim, a partir da opção séria de formar e educar (os agricultores), permitindo-se que se forme e se eduque (profissionais), propiciando o despertar da faculdade crítica¹⁵ dos participantes, que detonará o processo de ação-reflexão-ação.

Antes de situarmos aqueles que foram os sujeitos que participaram da avaliação que ora se processou, reforçemos, portanto, o papel relevante que deve ter o profissional envolvido nos programas e projetos de desenvolvimento rural. Como visto no capítulo um, toda a racionalidade do avanço capitalista no campo foi “veiculada” por esses técnicos ou agentes das instituições governamentais, que se tornaram seu principal elemento de interlocução, reforçando, através de suas práticas cotidianas, a implementação da modernização conservadora da

¹⁵ Oakley, citado por Alencar (1990), afirma que a faculdade crítica “relaciona-se com o desenvolvimento do indivíduo e do grupo da consciência da realidade em que vive, a qual é definida em termos do interesse do grupo vis-a-vis outros grupos”. E que “o desenvolvimento desta faculdade permite ao grupo analisar sua situação em termos de sua realidade e propor ações para a mudança dessa realidade”.

agricultura. Não nos adianta falar em incorporação das comunidades através da sua participação substantiva nesses programas, se geralmente eles são mediados por profissionais que atuam sem compromisso. Destes técnicos é que vai depender a existência crescente de uma massa crítica em formação ou de uma massificação alienante nas comunidades rurais.

“És evidente que si se buscan iniciativas verdaderamente sostenibles de desarrollo, éstas deben incorporar aportaciones de las comunidades locales y su participación en el manejo y control de los proyectos (...) una relación creativa (sinérgica) entre los puntos de vista y el conocimiento de los expertos locales, por un lado, y profesionales externos participantes, por el outro, ayuda a identificar, desarrollar y promover soluciones realistas” (Instituto de los Recursos Mundiales, 1993:32).

3.6 A avaliação pelos agricultores

O conhecimento da conjuntura econômica, sócio-política e cultural dos agricultores em áreas de assentamento de reforma agrária¹⁶, principais “beneficiados” do Lumiar, tornou-se de fundamental importância situá-los como “sujeitos avaliadores” do projeto em questão. No capítulo dois, buscou-se contextualizar a trajetória do Projeto de Assentamento de Planalto do Mel, tomando-se por base o quadro da realidade apresentada durante os dois anos de intervenção do Lumiar, percebendo-a como um forte determinante no processo de socialização destes mesmos agricultores.

Para qualificarmos o nível de “avaliação” possível na análise das falas dos agricultores entrevistados, tendo então como categoria fundamental a participação substantiva em processos avaliativos, buscou-se um aprofundamento

¹⁶ No caso do presente estudo vale ressaltar que, em se tratando de Nordeste do Brasil, além das dimensões apontadas, há uma especificidade histórico-ambiental que deve ser levada em consideração, em função do problema dos constantes períodos de seca.

na contextualização do mundo em que vivem e o entendimento dos aspectos gnosiológicos da construção do conhecimento que perpassam as análises e os olhares dos agricultores para esse mundo em que vivem e as relações deles com o mesmo e com os outros homens.

Para que se aceitasse como diferencial substantivo que viesse a respaldar a avaliação do Lumiar por parte destes agricultores, foi necessário fazer uma reflexão crítica, que nos possibilitasse uma compreensão, em termos dialéticos, das diferentes formas como o homem conhece, nas suas relações com o mundo. Daí, que se torna indispensável a superação da compreensão ingênua do conhecimento humano.

O conhecimento, ao contrário daquela relação emissor-depositário, presente antes nas práticas dos extensionistas, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade, implica invenção e reinvenção. Demanda a reflexão crítica de cada um sobre o ato de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o “como” de seu conhecer e os condicionamentos a que está submetido seu ato (Freire, 1977:27).

3.7 Agricultores e condicionamento histórico-social

Como visto, historicamente a ATER tratou os agricultores como depositários de conhecimentos, na tentativa cega de substituir seus conhecimentos tradicionais por aqueles que eram “baseados nas técnicas”, numa prática alienadora e domesticadora. Eles deviam aceitar esta visão de mundo que até hoje funciona como instrumento de adaptação do homem no campo (é preciso “fixar” o homem no campo), impingindo-lhe uma resignação forçada diante das impossibilidades de reversão de sua condição de subalterno, de “coisa”.

O trabalhador já se encontra de tal forma modelado num processo alienante que lhe foi vendido como “natural”, que não se dá mais conta da “canga” que lhe foi imposta como algo fundido em sua natureza humana. É um processo de tal forma eficaz que enreda todos os trabalhadores numa corrente invisível (Guareschi e Grisci, 1993:73).

Essa situação determina de qual lugar se dá o olhar destes agricultores, ou como Freire (1977) denomina: o seu “posto de observação da realidade” ou melhor, “o lugar do olhar é o lugar do homem no mundo”. E, para estes agricultores, estar no mundo e se relacionar com ele se dá de tal forma que eles “sofrem a realidade”. São sujeitos com uma trajetória particular, impregnada desde o seio da família, na escola básica (quando têm acesso), nos roçados, nas migrações, na convivência com os mediadores oficiais, etc., com a idéia de que existem os que podem e os que não podem, e que eles “devem ficar em seu lugar”. Devem esperar pelo Salvador, o Messias, que lhes aliviará as dores. Atribuem sua situação a algo sobrenatural ou à vontade de Deus. O lugar da maioria silenciosa, que dificilmente tem vez na participação dos bens e serviços da sociedade oligárquica. Silêncio que tolhe as relações interpessoais e reflete no que Freire (1977:48), chama de “a recusa do diálogo frente as razões histórico-sociológicas, culturais e estruturais que a explicam: sua experiência existencial se constitui dentro das fronteiras do anti-diálogo”. É cultura do silêncio, apontada por este mesmo autor e por Martins (1993:36), que percebeu uma interessante estratégia de sobrevivência - frente às diversas intervenções já “sofridas”- que é o duplo código de linguagem, em que nem sempre o que é dito verbalmente ao estrangeiro–mediador, corresponde à forma com que eles vêem os fatos.

Para Guareschi e Grisci (1993:15), *“quando lhes é dada a oportunidade de falar, seus pensamentos, suas convicções, crenças, desejos e ideais, é um*

jorrar espontâneo de idéias e sentimentos, revelador fiel da realidade sofrida, conflituosa e contraditória do mundo”.

Essa contradição é “aceita”, reforçada pelo sentimento de que obediência é um comportamento que os faz “aceitos” (um falso sentimento de pertença) e que essa legitimidade vem de uma “norma” social: “manda quem pode, obedece quem tem juízo”, conforme o ditame popular. A possibilidade de ascensão social lhes é negada, ou seja, filho de agricultor só poderá ser, no máximo, agricultor. O sentimento de não pertença com o qual têm contato na sua trajetória de vida os transformam em sujeitos alienados.

O ser alienado não olha para a realidade com critério pessoal, mas com olhos alheios. Por isso, vive uma realidade imaginária e não sua própria realidade objetiva (Freire, 1979:35).

A mudança da percepção da realidade, que não pode se dar no nível intelectualista, mas na ação e na reflexão em momentos históricos especiais, além de ser a única possibilidade de ser tentada, torna-se, como “associado eficiente”, instrumento para a ação de mudança. Até o momento em que uma realidade for vista como algo imutável, superior às forças de resistência dos indivíduos que assim as vêem, a tendência destes será adotar uma postura fatalista e sem esperança (Freire, 1979:58).

Assim sendo, como então definir práticas avaliativas que são calcadas por elementos naturais como, por exemplo, a avaliação das condições climáticas para o plantio, a situação das suas terras frente à pressão de uso, etc.? Tais processos estão permeados por suas crenças, seus valores reforçados por observações contínuas dos movimentos da natureza. Seu referencial para avaliar determinadas situações ou processos está intimamente ligado à sua realidade concreta, como a sobrevivência. Os limites de suas avaliações estão relacionados com o local, com os fatos de sua comunidade, etc.

O reconhecimento e a valorização desta condição são a própria negação do potencial deletério que possa estar representado na ausência de espaços de participação nas avaliações, conforme mencionado em tópicos anteriores. Passa-se a considerar a racionalidade do “homem no campo” (e não do campo, o que não lhe nega o sentimento de pertença) e, se o faz, tenta reconhecer também que há especificidades (para além do geográfico) nesta “parte” do mundo, que é o meio rural. Admite-se também que esta racionalidade provém das relações que são mediatizadas por esse “ambiente”. Nega os preconceitos que consideram as atitudes e práticas do “homem no campo” como sendo “tradicionais”, “ignorantes”, “irracionais”, “supersticiosas”, próprias de outras abordagens e próprias da instrumentalização de gente e da própria ciência, em favor dos interesses de uma minoria.

Portanto, parte-se do pressuposto de que as relações dos agricultores com o mundo são constitutivas do seu conhecimento. Mas Freire (1977) questiona o fato de que, se a pura tomada de consciência das coisas não constitui ainda um “saber cabal”, já que pertence à esfera da mera opinião (doxa), como enfrentar a superação desta esfera por aquela em que as coisas são desveladas e se atinge a razão das mesmas?

3.8 As falas: cientificidade X senso comum e cognição

Submeter o Lumiar a uma reflexão crítica é tentar ir aos subterrâneos das falas dos agricultores entrevistados, para apreender uma parte importante do pensamento que o constitui na totalidade.

A fala original do trabalhador também pode ser a fala do sujeito em expansão, que, na sua fluidez geminal, pode conceber a sua solidão de indivíduo integrado em uma enorme coletividade, a dos expropriados das luzes feéricas do consumismo e da satisfação plena dos sentidos. Encontra-se nessas falas, a chave

essencial das questões sociais e a chave para a solução destas mesmas questões (Guareschi e Grisci, 1993:9).

Os mesmos autores em seus estudos, ainda que feitos no meio urbano, afirmam que o que os animou a perpetuar as falas dos trabalhadores reside no fato de que *“elas representam um saber único, que jamais poderá ser apreendido em sua totalidade por um pesquisador, pois falta-lhe a experiência concreta. E mais, se por um lado, é impossível apreender, sistematizar e teorizar sem o auxílio de conceitos, categorias, constructos, teorias, etc., de outro, toda essa parafernália se torna dispensável e estéril, totalmente vazia de valor se não houver substrato concreto, algo específico que substancie e dê conteúdo às mil tramas da assim chamada ciência”* (Guareschi e Grisci, 1993:15).

Mas, como reconhecer essa riqueza de contribuição para as ciências sociais, se as suas falas são taxadas de senso comum, vazias de conteúdos científicos? Por trás desta argumentação se esconde um artifício eficaz, usado durante muito tempo para, segundo critérios de parte da comunidade científica, desqualificar intelectualmente pessoas supostamente inferiores ou não pertencentes ao círculo “dos letrados”, através de um discurso que questionava a subjetividade como fator “fora de controle” e sem a segurança da repetibilidade dos fatos, exigidos para os fenômenos naturais.

Rubem Alves questiona se a ciência não seria apenas uma forma de conhecimento diferente do senso comum, e afirma que ela *“não é um novo órgão. Apenas a especialização de certos órgãos e um controle disciplinado de seu uso (...) a ciência é uma metamorfose do senso-comum. Sem ele não pode existir. E esta é a razão por que não existe nela nada de misterioso, de extraordinário”* (Alves, 1981:14).

O senso comum e ciência são expressões da mesma necessidade básica de compreender o mundo, a fim de viver melhor e sobreviver.

Guerreiro Ramos, citado por Serva (1997:115), considera como ponto de partida, origem da razão substantiva, a psiquê humana harmonizada no senso comum, fonte da ordenação da derivação dos critérios de ordenação da vida associada: *“primeiro, uma teoria da vida humana associada é substantiva quando a razão, no sentido substantivo, é a sua principal categoria de análise (...) Segundo, uma teoria substantiva da vida humana associada é algo que existe há muito tempo e seus elementos sistemáticos podem ser encontrados nos trabalhos dos pensadores de todos os tempos, passados e presentes, harmonizados ao significado que o senso comum atribui à razão”*.

Se o senso comum atribui significado à razão e a razão substantiva está contida na psiquê do ser humano como atributo, ela passa a ser o elemento potencial necessário para iniciar uma ação de mudança da realidade na qual está inserido. Se não se insere, é pelo fato de não se sentir sujeito, como já dissemos, de ainda não ter se despertado para tal. Considera-se então uma vantagem inicial (potencial) que se traduz em um campo profícuo, fértil, a espera de uma semente de estímulos. Essa razão se constitui a base para a ação e a substantividade, o “combustível” que moveria as pessoas em direção a esta mudança.

“Só podemos ensinar e aprender partindo do senso comum de que o aprendiz dispõe. A aprendizagem consiste na manutenção e modificações de capacidades já possuídas pelo aprendiz, ou seja é um refinamento de uma habilidade já possuída pela pessoa” (Alves, p.12).

Por cognição entende-se o conjunto dos processos destinados a extração, estocagem, processamento e utilização das informações. Através das falas dos agricultores busca-se pesquisar as suas percepções, pensamentos, a linguagem, etc., que refletem sua relação experimental com e no mundo e, portanto, dos seus

processos de conhecimento, que denotam uma valorização dos fatos ou o “seu juízo de valor” que estes fazem e como “explicam” esses fatos.

É impossível entender as relações input\output registradas no comportamento humano sem levar em conta as estratégias e as regras que determinado sujeito está usando, quando diante de uma situação problemática (Greene, 1976).

Um dos aspectos importantes da abordagem cognitivista é a relevância concedida ao papel de agente do sujeito envolvido no processo de cognição ou de aquisição de conhecimentos. Esta abordagem tem um caráter teórico que reforça o referencial adotado, tornando-o capaz de fundamentar a prática avaliativa que este estudo pôde revelar, ou seja, fornece elementos que nos permitem inferir e apostar numa teoria que se aproxime deste referencial que alimente os conteúdos de uma metodologia de avaliação substantiva que possa transformar esse momento no “lugar” da aprendizagem. Acredita-se que a qualidade destas práticas tende a aumentar o conteúdo apresentado pelos participantes, através da apresentação de propostas cada vez mais concatenadas com o seu tempo e lugar no mundo. Traz a perspectiva de aprender fazer fazendo, ou seja, aprender a partir da reflexão crítica do mundo e das práticas que orientaram suas as ações.

Tal argumento se fundamenta na ampliação das possibilidade do processo de aprendizagem, pois aposta que a cultura fornece aos indivíduos os sistemas simbólicos de representação e suas significações, que se convertem em organizadores do pensamento, ou seja, em instrumentos aptos a representar a realidade. Neste processo, a aprendizagem desempenha uma função estratégica, pois é através dela que o homem adquire uma compreensão da cultura e a perpetua (Brito e Pereira Brito, 1997:19).

Portanto, parte-se do pressuposto de que, na situação de avaliação, os atores envolvidos assumam o papel de sujeitos cognoscentes, mediatizados pelo objeto cognoscível que buscam conhecer, no caso, o projeto Lumiar.

Se, “o Lumiar deve ter o controle por parte dos assentados”, conforme consta dos seus documentos oficiais, surge logo uma lacuna que dá lugar à seguinte pergunta: como e por quais mecanismos se processarão as avaliações se estes mesmos documentos não as especificam? Quais os espaços que serão proporcionados para tal avaliação?

Tais questões remetem à necessidade de se proceder à construção de um sistema que favoreça e permita às famílias assentadas - através da expressão, reflexão e ação - a integração de suas palavras, para ocuparem, gradativamente, o lugar central na gestão do Projeto. Passemos a construir um entendimento sobre a capacidade real de avaliação que estes têm, buscando detectar possíveis limitações e potencialidades que foram demonstradas durante o processo de avaliação ocorrido durante a pesquisa.

3.9 O Lumiar, avaliação sistemática e descentralização

Um aspecto contemplado nos documentos do Projeto Lumiar diz respeito à avaliação sistemática. Cabe ressaltar que no Rio Grande do Norte, até o período desta pesquisa, esse procedimento não foi implementado ainda de forma mais participativa e global, ou seja, em todo o âmbito do projeto. No tópico referente às questões relativas a avaliação, colocam-na como condicionante à renovação automática dos contratos, ou seja, caso a prestação de serviços esteja se dando de maneira satisfatória por parte dos agricultores assentados tem-se, então, a continuidade da ação das respectivas entidades executoras. A avaliação é *“prerrogativa intransferível do INCRA, das instâncias de gestão superior do Projeto e dos próprios assentados”* (INCRA, 1997:14).

O presente estudo objetivou fazer uma avaliação, em caráter experimental, um estudo de caso conforme já dito inicialmente, em um único PA, de forma a garantir o espaço real de avaliação com a efetiva participação das famílias beneficiadas. Achamos que muito do que pôde ser investigado neste trabalho pode vir a contribuir com as instituições que fazem o Lumiar no RN. Um exemplo disto pode ser a base de elementos essenciais que foram apontados direta e explicitamente nas falas dos assentados e que, por si só, já sugerem algumas reorientações, bem como aquelas advindas do “subterrâneo” destas mesmas falas que, de forma adjacente, intentou-se filtrar e interpretar à luz do referencial teórico adotado.

Se é a equipe de supervisão do Lumiar que assume no estado a missão de construir um dispositivo metodológico e operacional de avaliação sistemática do projeto Lumiar, ela poderá levar em consideração os “produtos” da presente pesquisa para implementar este dispositivo. Eis porque o presente estudo é pertinente por tentar oferecer sustentação teóricas e metodológicas.

O Lumiar preconiza que *“devem ser consideradas duas perspectivas para a avaliação do projeto (INCRA, 1997:15):*

Uma quantitativa, que procura medir os indicadores de desenvolvimento dos assentamentos, estabelecidos nas metas dos contratos firmados entre as partes, assentados e as equipes locais, (..), principais conquistas como infra-estruturas sociais, produtivas, etc. [grifo nosso]

Outra qualitativa que avalia as variáveis de processo, tais como a organização dos assentados, relação entre os assentados e as equipes locais, etc. E também a compreensão dos assentados acerca do Lumiar, formas de solidariedade desenvolvidas, etc. [grifo nosso]”

Para Marinho (1999), esses indicadores devem ser reflexivos e construídos pela própria comunidade para que ela passe a gerenciar seu processo

de desenvolvimento. Se serão mais simples ou mais complexos, irá depender da realidade da comunidade em apreço. Para ele, os técnicos também devem ter seus indicadores, incluindo os dos assentados.

Tanto a análise do processo, quanto a análise dos resultados estão influenciadas pelos parâmetros dos quais se parte para avaliar a racionalidade que o permeia. Pode se considerar, por exemplo, que um projeto não atingiu suas metas operacionais previstas, o que o comprometeria em uma análise de resultados (efeitos, impactos), embora o processo possa ter implicado avanços fundamentais com relação à experiência anterior do grupo - ampliação da consciência de cidadania, capacitação técnica, ampliação do universo de referência (aprendizado dos trâmites institucionais, conhecimento de outras experiências, participação em outros coletivos com problemáticas semelhantes, criação de organizações, exercício de gestão comunitária, por exemplo) (Bianchi, 1993).

Esta foi uma dimensão que a pesquisa conseguiu recuperar, principalmente durante as entrevistas coletivas, nas quais a riqueza de conhecimentos sobre a realidade vivida nos dois anos ia se complementando nos depoimentos dados pelos agricultores. Aos poucos, uma colcha de “retalho” foi sendo tecida e cada um ia depositando o “retalho” ou o pedaço da sua vivência à sua maneira de explicar os fatos ocorridos. Estes momentos traduziram-se em espaços de resgate da experiência vivida e em espaço para falar e ser realmente ouvido. A resposta da comunidade foi de ter chamado a responsabilidade para si – adotando a avaliação como prática mensal, que continuou mesmo após o término da pesquisa - e emitindo o seu juízo de valor sobre a atuação da equipe durante os dois anos de convivência com o Projeto Lumiar.

Ao se resgatarem os processos vividos pela comunidade contribuiu-se também para definir um pouco mais o seu posto de observação da realidade.

Estes processos denotam os avanços e recuos da comunidade em torno de sua própria organização onde, em alguns momentos, são retomados os processos de mobilização, de reivindicação. Pode-se, com isso, costurar minimamente o tênue tecido social local.

3.9.1 Momentos de avaliação no Lumiar

No documento do Lumiar está posto “*que dos resultados dessa avaliação depende a continuidade da prestação de serviços, os trabalhos das equipes locais e dos respectivos assentamentos serão avaliados sistematicamente, trimestralmente com relatório formal à comissão Estadual do PROCERA/LUMIAR, preparados pela Equipe de Supervisão, com base em três níveis de informação*” (INCRA, 1997:15). *Tracemos então um paralelo entre o que está disposto nas diretrizes do projeto e a realidade na prática:*

- *Relatórios do andamento dos trabalhos, obtidos pela Equipe de Supervisão nas reuniões quinzenais de acompanhamento junto às equipes locais ou decorrentes de suas próprias observações de campo.*

Estes relatórios têm sido enviados à comissão de supervisão, porém, as reuniões com as equipes locais não obedecem a esta periodicidade, devido “às dificuldades financeiras por que passa o INCRA”. As reuniões acontecem quando de uma necessidade mais urgente de implementação de alguma atividade no âmbito geral do Projeto e são convocadas pela equipe de supervisão, contando com o apoio das instituições que acabam por subsidiar, com recursos próprios, a participação dos seus técnicos para garantir a continuidade dos trabalhos.

- *Reuniões trimestrais de avaliação realizadas com as associações e abertas à participação de todos os assentados.*

O que vem sendo feito em termos de avaliação do projeto tem ficado a cargo do INCRA, via Comissão Estadual PROCERA/LUMIAR que, por ocasião

da renovação dos contratos, disponibiliza alguns de seus técnicos e membros da equipe de supervisão do Lumiar para fazê-lo. Devido às dificuldades operacionais, resultantes dos cortes orçamentários, o que tem sido feito em termos de avaliação do Projeto são visitas anuais aos projetos de assentamentos, nas quais se busca levantar o “nível de satisfação e de compreensão dos beneficiários” com os trabalhos realizados pelas equipes. Questiona-se a validade disto em função da pouca qualidade que se tem, devido ao fato de que os dois grandes blocos de contratos assinados vencem na mesma data, transformando a avaliação numa grande maratona.

Esse fato vem reforçar a necessidade de mudança no processo, de forma a realmente efetivar-se o que está postulado enquanto concepção do Lumiar e, para tanto, as pistas ora levantadas por esta pesquisa apontam para um referencial teórico que se aproxima daquilo que se encontra no seu documento base. Ao fazê-lo, a avaliação deixará de ser discurso e passará a ser uma prática com potencial capaz de gerar mudanças.

- *Medição trimestral dos resultados obtidos; em contrapartida aos que foram programados, este item fica prejudicado em função dos outros.*

Um outro aspecto com relação à avaliação que consta do documento do Lumiar está relacionado com a avaliação anual do Projeto.

“Anualmente, as Coordenações Estaduais do projeto, em parceria com as representações dos assentados, das equipes locais e de supervisão, com as universidades, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura-IICA, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD, FAO, será realizado uma avaliação do Lumiar, considerando tanto os indicadores de metas, como as análises dos processos apresentadas nas avaliações trimestrais das Equipes Locais e seus assentamentos”.

Como já foi dito, durante os dois anos e meio de implantação do Lumiar no estado, tal procedimento não foi realizado.

Os resultados advindos do processo de avaliação ocorrido durante a pesquisa em muito vieram demonstrar sintonia com o referencial teórico adotado neste trabalho. No capítulo quatro estão expostos os avanços que ocorrem e os respectivos desdobramentos da primeira fase desse estudo.

CAPÍTULO IV

4 O ASSENTAMENTO DE PLANALTO DO MEL: A TRAJETÓRIA DE DOIS ANOS

O período analisado neste estudo compreende os dois anos de vida do projeto Lumiar no assentamento de maio 97 a março de 99. Uma vez estabelecido o perfil de entrada na área, precisava-se ter algo que permitisse estabelecer comparações. Poder-se-ia partir para uma investigação de campo mais aprofundada, porém, a existência de documentos mais atualizados favoreceriam até mesmo para que esta ação tivesse maiores referenciais.

Em janeiro de 1999, a equipe local do Lumiar promoveu uma oficina de avaliação e planejamento participativo das ações para o ano de 99. O material produzido foi utilizado como base comparativa com o PPDL e também serviu de base na construção do roteiro de pesquisa e das oficinas coletivas.

4.1 PPDL X Oficina de Planejamento 99: os padrões de mudança nos dois anos de Lumiar

Tentou-se estabelecer uma análise comparativa entre o Perfil de Entrada na Área ou informações do PPDL e os dados levantados no documento de Avaliação de 98 e Planejamento das ações para 99. Essas informações, quando cruzadas, servem para definir o padrões de mudança pelos quais o assentamento passou nesses dois anos, o que se tornou importante para a pesquisa, pois forneceu subsídios para que se aprofundassem os questionamentos feitos pelo pesquisador durante as oficinas e entrevistas. Ao confrontar esses documentos, buscou-se detectar como as mudanças eram percebidas pelos agricultores.

Começamos pelo momento em que os participantes da oficina de planejamento 99 estabelecem os horizontes de conquistas, para tomar o assentamento o lugar em que eles sonham viver.

TABELA 3. “Nossos sonhos”

PRODUÇÃO	INFRA-ESTRUTURA	TRABALHO SOCIAL
- Cajueiro	- Escola	- Segurança policial
- Crédito	- Posto de saúde	- Ampliação do ensino
- Desmatamento	- Posto policial	- Cooperativa
- Cerca	- Posto telefônico	- Fortalecimento da associação
- Mandioca	- Caixa d'água	
- Criação de animais	- Praça	
- Fábrica (beneficiamento)	- Casa de farinha	- Curso profissionalizante (corte e costura)
- Trabalho para mulheres	- Irrigação	- Programa do leite
	- Poço	- Creche
	- Transporte comum	- Organização das mulheres
	- Iluminação pública	- Programa do leite para idosos
	- Estrada pavimentada	
	- Adutora para os assentamentos	
	- Aquisição de mais tratores	
	- Quadra de esportes	

FONTE: Relatório da Oficina de Avaliação e Planejamento 98/99 Equipe local Lumiar

Este resultado, a princípio, serve para avaliar o grau de aspiração dos participantes. Percebe-se o aumento no nível das exigências em relação ao que se apresentava como realidade encontrada pela equipe inicialmente e o que se tem

hoje no assentamento, principalmente no que se refere a infra-estruturas. Ao que parece, esses sonhos serviram como referencial de planejamento para as ações para 99.

Quando os participantes da oficina foram incentivados a diagnosticar quais foram as conquistas durante os dois anos passados, há uma identificação que aponta para o que poderia se chamar de indicadores físicos de desenvolvimento, embora no relatório não se faça nenhuma alusão a isto.

No quadro a seguir, vê-se quais foram os itens considerados como conquistas pelos agricultores durante o período em análise.

TABELA 4. Painel Nossas Conquistas.

PRODUÇÃO	INFRA-ESTRUTURA	TRABALHO SOCIAL
- Terra	- Casa	- Associação
- Crédito emergencial	- Energia	- Agente de saúde
- Desmatamento	- Água (poço)	- Ensino fundamental 1ª a 4ª série
- Parcelamento dos lotes	- Trator	- Comissão do trator
- Projeto coletivo	- Escola	- Comissão do projeto coletivo
- Crédito investimento	- Estrada piçarrada	- Catequese
- Custeio ração	- Galpão para máquinas	- Educação de jovens e adultos
- Custeio cajueiro	- Chafariz	- Assistência técnica
- Assistência técnica	- Campo de futebol	
	- Parque de vaquejada	
	- Igreja	
	- Assistência técnica	

FONTE: Relatório da Oficina de Avaliação e Planejamento 98/99 – Equipe Local Lumiar.

Para uma melhor visualização das mudanças ocorridas no PA, basta pegar os quadros-síntese (anexos) e compará-los ao Quadro 4. Nota-se que há uma pequena diferença na divisão das áreas em apreço, sendo que, durante a avaliação e planejamento 99, foram selecionadas: produção, infra-estrutura e trabalho social. Já em 97 foram denominadas por serviços sociais, infra-estrutura básica e social, produção e organização sócio-política porém, isto não atrapalha a comparação entre a realidade encontrada pela equipe em 1997 e a atual condição em que se encontra o PA.

4.2 A avaliação

Visualizados os padrões das mudanças ocorridas nestes dois anos e o patamar a que se quer chegar com as novas conquistas ou os sonhos, buscou-se penetrar de vez na ação avaliativa implementada na oficina realizada pela equipe técnica do Lumiar.

O relatório, além de ser uma síntese exagerada, por não revelar a riqueza do debate que pode ter ocorrido, não aprofunda de forma a investigar qual o envolvimento dos atores no processo de “conquistar”. Após dois anos, a equipe local não trabalhou para desvendar o nível de conhecimento que a comunidade tem sobre a própria trajetória de vida do PA. Não houve aprofundamento para que se percebesse o nível de envolvimento das pessoas da comunidade nessas conquistas. Tampouco, a própria equipe buscou detectar o referencial construído pela comunidade sobre a sua própria ação. Ao avaliar a situação atual (como está), perdem-se de vista os processos, que são reveladores do desenvolvimento ou não da comunidade. Como chegamos até aqui? Que práticas desenvolvemos? Estas devem ser perguntas que resgatam a história. Durante a pesquisa de campo, buscou-se levantar o envolvimento de agricultores, técnicos e instituições no processo de desenvolvimento do Projeto de Assentamento Planalto do Mel.

Segundo relato dos agricultores, as condições de produção nesses dois anos não foram boas por terem sido anos de seca. Foi relatado que apenas 30% dos produtores conseguiram alguma plantação e, mesmo assim, só para o autoconsumo no ano de 1999. O governo federal distribuiu um crédito denominado de “emergencial” durante cinco meses, a partir de agosto de 98. Embora não tenha sido percebida pela maior parte dos assentados, essa ajuda só “veio” a partir do segundo ano de seca e, coincidentemente, começou a ser distribuída dois meses antes das eleições. E os propósitos ficam claros em virtude do quadro de tensão social (saques aos supermercados, a caminhões de carga, etc.) que se anunciavam, justamente no período pré-eleitoral.

No início de 1999, no decorrer da pesquisa de campo, dois fatos aconteceram que viriam contribuir ainda mais para o agravamento da situação vivida pelas famílias assentadas. Um deles foi justamente o fim do chamado “crédito emergencial”, deixando as famílias assentadas sem recursos e impedidas de entrar nas “frentes de emergência”, pois já tinham sido cortadas em virtude de estarem recebendo o crédito do INCRA. Outro fator está ligado às indefinições do governo acerca da linha de crédito do PROCERA¹⁷ que acabou por ser suspensa, fazendo com que essas famílias também não recebessem o crédito investimento.

Assim sendo, pode-se entender a análise feita com relação à assistência técnica do Lumiar que remete a avaliação do seu desempenho às condições limitantes acima descritas, dado o seu caráter de “atender na medida do possível”.

¹⁷ Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária-PROCERA, extinto em mar/abr de 1999, era mantido através do repasse de 10% do Fundo Constitucional para o Nordeste-FNE e complementado por recursos oriundos do Orçamento Geral da União-OGU. Destinava-se ao financiamento para investimento e custeio agrícolas para os PA sendo subsidiado, pois havia um rebate de 50% sobre o total do principal mais os juros (6% a.a.) com carência de dois anos e até oito anos para saldar a dívida.

No primeiro ano de trabalho da equipe do Lumiar, na área, apenas dezessete famílias quiseram fazer projeto para investimento, devido ao não parcelamento dos lotes. Segundo um membro do grupo (o “grupo dos bode”) que recebeu esse crédito:

“O pessoal num queria porque era coletivo, assim nós peguemo e passemos o ano recebendo dinheiro, que era pouco mas nós pegava. E os outros todo mundo saiu daqui foi xingando os técnicos do Lumiar. Depois ficô tudo querendo, mas aí já num dava mais” (de Assis).

Ao avaliar o projeto de investimento que só os dezessete do “Grupo dos Bodes” pegaram, os participantes da oficina identificaram, segundo o relatório da oficina de planejamento, que o mesmo tinha melhorado a credibilidade do assentamento. Talvez fazendo referência ao aumento da confiança que se deu pela possibilidade, já que havia dado certo para eles, de que para os outros também poderia vir a se tornar uma alternativa de fonte de renda.

Abaixo segue o quadro que sintetizou os resultados da avaliação feita pelos agricultores e pela equipe local no trabalho em grupo sobre a produção.

TABELA 5. Painel avaliando a produção.

CONQUISTA	COMO ESTÁ	BENEFÍCIOS	AJUSTES
<i>Terra</i>	Pouco trabalhada	± 30% dos produtores conseguiram alguma produção	Desmatar, cercar Plantar
<i>Crédito emergencial</i>	Bem distribuído (6 meses)	Benfeitoria no lote; permanecer na área; garantia da subsistência da família	Lutar pela manutenção do crédito
<i>Desmatamento</i>	Muito limitado	Está sendo aproveitado	Reinvidicar mais desmatamento
<i>Parcelamento dos lotes</i>	Atendeu aos anseios	Melhorou as relações de trabalho e propiciou novas conquistas	Conseguir o mapa da área Firmar 8 marcas
<i>Projeto coletivo</i>	Houve atraso mas apresenta boas perspectivas	Melhorou a credibilidade do assentamento; aponta geração de renda	Agilizar a liberação dos laudos. Mais interesse do grupo
<i>Crédito investimento</i>	Limitado; Entraves da CEPRO e do Banco; Atraso de liberação.	Estruturação do projeto coletivo	Lutar pela agilização na liberação Menos burocracia do Banco e da CEPRO.
<i>Custeio ração</i>	Não houve problemas	Atender às necessidades	Elaborar calendário de pagamento
<i>Custeio cajueiro</i>	Atraso na liberação	Garantiu melhoria do cajueiro	Agilizar a liberação
<i>Assistência técnica</i>	Atendeu às necessidades do P.A de acordo com as limitações	Elaboração de projetos Inovação técnica (plantio de leucena, enxertia de cajueiro, man. caatinga)	Continuar repassando novas técnicas.

FONTE: Relatório da Oficina de Avaliação e Planejamento 98/99 – Equipe local do Lumiar

À primeira vista, pode-se achar que o assentamento está se desenvolvendo, principalmente quando se percebe a quantidade de itens de infra-estruturas com que foi dotado. Porém, só através da investigação dos processos, foi permitido resgatar a história de cada uma delas e descobrir se na percepção dos assentados elas “apareceram” ou “vieram” ou se, para eles, realmente foram fruto de uma conquista. No PPDL, podemos notar que a estratégia proposta pela equipe do Lumiar foi a de realizar um evento já mencionado de Mesa da Solidariedade, negociando o desenvolvimento dos assentamentos. Este evento reuniu uma série de autoridades dos governos estadual e local, ocasião em que o PPDL foi apresentado e negociaram-se os prazos para a realização das obras. Segundo consta deste documento, a idéia central era mudar o foco de negociação

que, segundo o ex-presidente, era feita mediante a apresentação de uma lista que ele levava ao superintendente do INCRA e,

“naquele momento foi diferente, pois nós tinha um plano”
(Nivaldo-neguinho).

Muitos alegaram não se lembrar do evento; outros se lembravam mas não sabiam dizer com certeza qual tinha sido sua finalidade. Conforme veremos nas falas, apenas poucos se apropriaram dos propósitos. Segundo relatos, devido às dificuldades vividas no período inicial, uma grande leva de famílias só se mudou de vez para o assentamento após a chegada das infra-estruturas básicas.

Um fato interessante foi o de que, nestes dois anos, algumas atividades de lazer foram implantadas pelos próprios assentados como, por exemplo, um parque de vaquejada, em que foram realizados dois eventos do gênero. O campo de futebol passou a “receber” os times da região do entorno do assentamento e tem se transformado na principal atividade de lazer dos jovens da comunidade.

“O técnico do Lumiar até ajudou na capina da área que ia ficar o campo, ajudou a colocar as traves” (Marquinhos –Tocantins)

A seguir, o quadro que sintetizou os resultados da avaliação feita pelos agricultores e pela equipe local no trabalho em grupo sobre a infra-estrutura.

TABELA 6. Painel “Avaliando a infra-estrutura.

CONQUISTA	COMO ESTÁ	BENEFÍCIOS	AJUSTES
<i>Casa</i>	Estrutura mínima	Garantiu a permanência no PA	Necessitando ampliação (reservatório de água)
<i>Energia</i>	Todas as residências são atendidas	Melhorou a vida das famílias favorecendo o lazer	Reinvidicar iluminação pública
<i>Água (poço)</i>	Atendendo às necessidades	Consumo humano	Estudo para instalação do poço Tocantins. Mais poços para produção
<i>Trator</i>	Bem administrado, atendendo a todas os sócios	Auxílio à infra-estrutura produtiva e nas finanças da Associação	Mais implementos; divulgar regimento para os sócios
<i>Escola</i>	Escola Vila Tocantins insuficiente para a demanda. Necessitando const. Escola de Carajás	Favoreceu a educação no próprio assentamento	Ampliação da Escola na Vila Tocantins Construção da Escola na Vila Carajás
<i>Estrada piçarrada</i>	Baixa qualidade	Favoreceu o acesso ao assentamento	- Melhorar a qualidade - Interligar com outras vias de acesso
<i>Galpão para máquinas</i>	Em construção	Melhorar a guarda e conservação das máquinas e implementos	Concluir o prédio; - Ampliar, construindo alpendre
<i>Chafariz</i>	Em construção	Melhoria da utilização do poço	Discutir com a comunidade a construção do reservatório
<i>Campo de futebol</i>	Incompleto e indefinido	Favorece o lazer para a comunidade	Discutir com a comunidade a localização definitiva do campo
<i>Parque de vaquejada</i>	Indefinido	Propicia lazer e renda	Discutir em assembleia a permanência
<i>Igreja</i>	Em construção	Formação religiosa (missas, batizados, catecismo)	Organizar a comissão Planejar campanhas (para concluir prédio)
<i>Assistência técnica</i>	Contribuindo de acordo com solicitado pela associação	Elaboração de projetos e acompanhamento	Manter-se atento, ouvindo e informando a comunidade sobre novos projetos

FONTE: Relatório Oficina de Planejamento e Avaliação 98/99 – Equipe local Lumiar.

As entrevistas deixaram transparecer que o grupo do trabalho social foi o que mais exigiu o envolvimento da equipe do Lumiar e, apesar de um de seus membros ser assistente social, poucos entrevistados sabiam qual era o trabalho que esse tipo de profissional realiza. Foi formado um grupo de mães que irá tocar um projeto de horta comunitária, a título de experimentação. O fato de não aparecer no relatório da oficina de planejamento, deve-se à sua criação ter se dado após a primeira rodada de entrevistas. Porém, o núcleo de trabalho com as

mulheres foi criado pela equipe a partir da demanda apresentada por ocasião da oficina de planejamento.

Na análise das falas, pôde-se identificar alguns processos muito interessantes que resultaram na construção das duas escolas e também o início da construção da igreja. Um outro aspecto levantado foi o de que, no ano de 1998, das 180 famílias, mais ou menos 100 fizeram a proposta para o custeio agrícola, porém, 79 precisaram ir ao cartório tirar procuração para que terceiros pudessem assinar a cédula pignoratícia no banco em seus nomes. Após a criação da turma de alfabetização de jovens e adultos, no custeio agrícola de 1999, apenas duas procurações foram emitidas para aquele assentamento.

Abaixo segue o quadro que sintetizou os resultados da avaliação feita pelos agricultores e pela equipe local no trabalho em grupo sobre o trabalho social.

TABELA 7. Painel avaliando o trabalho social.

CONQUISTA	COMO ESTÁ	BENEFÍCIOS	AJUSTES
<i>Associação</i>	Em fase de mudança; necessitando replanejar sua atuação	Conquista na infra-estrutura, nível de organização	Diretoria ser composta por pessoas das duas agrovilas
<i>Agente de saúde</i>	Trabalho necessita ser discutido c/ a comunidade	Orientações básicas de saúde. Encaminhamento p/ atendimento	Participar de reuniões c/ comunidade Discutir cronograma de trabalho
<i>Ensino fundamental 1ª a 4ª série</i>	Atendendo a demanda	Trazer conhecimento; manter crianças no assent.	Capacitação p/ os professores
<i>Comissão do trator</i>	Funcionando conforme critérios discutido com os sócios	Redução de custo p/ os sócios. Auxílio a produção	Trabalho se dar de forma mais conjunta. Recompor comissão
<i>Comissão do projeto coletivo</i>	Em fase de reorganização	Melhorar o gerenciamento dos recursos	Melhorar engajamento da comissão.
<i>Catequese</i>	Necessita ser reestruturado	Educação religiosa. Incentivo a práticas religiosas	Reunir com diretoria para discutir e planejar proposta de atuação.
<i>Educação de jovens e adultos</i>	Atendeu as demandas; porém faltou mais incentivo hoje, está indefinido	Trouxe mais conhecimentos. Facilitou a convivência em grupo	Lutar pela permanência do ensino no ano de 1999. Fazer um trabalho de sensibilização
<i>Assistência técnica</i>	Na gestão: atendeu as expectativas nos demais trab., necessita mais envolvimento	Incentivo à organização Orientação	Realizar trabalho com mulheres e jovens. Mais envolvimento com as famílias

FONTE: Relatório da oficina de avaliação e planejamento 98/99 – equipe local da Lumiar.

Este capítulo objetivou dar conta dos aspectos mais visíveis do desenvolvimento em termos dos resultados físicos do assentamento, contextualizando-o dentro da realidade em qual ele se insere, de acordo com a realidade do Rio Grande do Norte. Os documentos consultados foram de fundamental importância para elaboração de um roteiro semi-estruturado para a pesquisa de campo (em anexo). Para tanto, também contou-se com a colaboração, sobretudo dos “mais velhos”, como eles mesmos se intitulam, que foram aqueles que primeiro ocuparam a Fazenda dos Barretos e, desde então, não saíram mais de lá. Graças a esses agricultores, grande parte da história de Planalto do Mel foi resgatada para muitos outros que chegaram depois.

Diante do que foi exposto, em termos de dimensionamento da realidade durante o período estudado, segue o relato do processo de avaliação que foi realizado durante a pesquisa de campo.

4.3 O processo da avaliação realizado durante a pesquisa

É importante ressaltar que a pesquisa de campo foi dividida em duas fases: a primeira, programada inicialmente, constou das entrevistas e oficinas ¹⁸; e a segunda, que embora não tenha sido programada pela pesquisa, foi uma consequência da primeira, em que se estabeleceu a continuidade da avaliação mensalmente, durante as assembléias ordinárias da associação do PA Planalto do Mel. Neste caso, a consequência foi a comprovação de que, oportunizando os espaços e utilizando-se de uma metodologia participativa/libertadora, a comunidade pode vir a assumir a condução da sua vida cotidiana. Mas, pelo fato de ter sido captado um clima propício durante a primeira fase, com uma riqueza na participação e nas discussões, a comunidade se mostrou sensibilizada e demonstrou vontade de dar continuidade ao processo.

A pesquisa continuou e, a partir da segunda assembléia, foram definidos os parâmetros com os quais eles queriam avaliar os trabalhos da equipe. Se ainda não podemos chamá-los de indicadores, considera-se pelo menos como indicador da possibilidade concreta de se ir aprofundando junto com a comunidade, à medida que ela avança, na construção destes indicadores. Estes refletiram os primeiros referenciais para avaliar e estão intimamente ligados à sua realidade concreta provenientes das relações que são mediatizadas pela convivência com os técnicos. Os parâmetros definidos por eles foram:

¹⁸ Oficinas são reuniões onde coletivamente se constrói o conhecimento num crescendo, de forma concatenada, partindo-se de temas-parte que permitem a compreensão do todo. É oficina por haver interação, integração e trabalhos pedagógicos.

- **jeito de falar dos técnicos** (comunicação, linguagem, material didático-pedagógico, etc.) surgido das críticas durante as entrevistas;

- **orientações técnicas** – também surgidas das avaliações feitas, ocasião em que se detectaram algumas falhas durante a elaboração e implementação dos projetos de custeio agrícola;

- **elaboração de projetos** – segundo os agricultores, a quantidade de projetos elaboradas pelos técnicos é de fundamental importância. Reside aqui a idéia de que estes são a única forma deles obterem recursos para sobreviver. O projeto de horta comunitária para as mulheres já foi uma consequência desta demanda;

- **freqüência de visitas no assentamento** - houve cobranças por parte dos assentados de maior regularidade, identificada nos momentos de pico desta demanda, o que denota o conhecimento do seu que-fazer na agricultura e o quanto a pouca presença lhes é prejudicial;

- **controle/fiscalização na implantação dos projetos** - não no sentido coercivo mas uma questão de fundo ético apontada durante as entrevistas, surgida devido a conduta de alguns “espertinhos” que vinham prejudicando os outros. Isto apontou para a pré-existência latente e potencial do julgamento ético valorativo, o que deve ser mais aproveitado pela equipe local, no nosso entendimento;

- além destes parâmetros, surgiram vários temas para os quais os agricultores solicitaram da equipe local a criação de momentos de discussão como, por exemplo, discutir questões relativas à ética e relações humanas, cidadania, mais informações sobre os trâmites oficiais dos projetos, etc.

Após uma rodada de três assembléias, foi fomentada a discussão sobre qual seria a avaliação da equipe sobre o assentamento. Como sugestão, a equipe foi convidada a participar para também expor o seu “ponto de vista”.

Este fato acabou por comprovar outra afirmação feita anteriormente, de que reivindicar a participação de forma organizada, na condução dos programas e projetos de Desenvolvimento Rural, por exemplo, pode-se dar aproveitando-se da própria retórica que estes trazem no seu bojo. Ocupar os espaços transformando a participação em uma participação substantiva, se converte em conquista estratégica que não poderá ser negada, uma vez que está postulado.

E isto está contido nos documentos do Lumiar que dizem: *“Considere-se também que a autorização mensal para o pagamento das equipes fornecida pelos assentados às instituições contratadas, pressupõe uma avaliação, mesmo que empírica, dos serviços prestados pelos profissionais, cujos pagamentos estejam sendo autorizados”* (INCRA, 1997:15).

Durante as entrevistas, buscou-se verificar se havia conhecimento por parte dos assentados desta prática de assinatura mensal dos atestos (fatura). Percebeu-se que, de uma maneira geral, mesmo pelo fato de ser só o presidente da associação que assina esta fatura mensal e que alguns afirmaram que em todas as reuniões o assunto da assinatura é tratado, muitos não se manifestaram. E em outros momentos, como veremos a seguir, nas falas de alguns agricultores, “uns poucos mais aperreados”, segundo o relato de alguns deles, que sabiam da assinatura desta fatura, tentaram condicionar o recebimento dos salários dos técnicos às suas vontades, investindo numa postura de patrão. Isto, talvez, por não perceber a possibilidade concreta de construção de um clima de parceria e a melhoria das relações e do próprio serviço prestado, em que a assinatura dos atestos passa a ser o mecanismo para tal.

Desde então, o assentamento de Planalto do Mel passou a fazer uma avaliação mensal do Lumiar. Hoje, ainda que seja o presidente da associação quem assina a fatura mensal por questões legais, essa assinatura tornou-se representativa e não mais de representação.

Um sentido mais aplicado dado a esta pesquisa, ocorreu através do seu desdobramento a partir da demanda surgida da própria comunidade que, ao entender a importância da avaliação do Lumiar mensalmente, participou ativamente, comprovando o referencial teórico adotado na prática. Senão vejamos:

- durante a fase das entrevistas, muito da história do assentamento foi resgatada, fornecendo inputs, principalmente aquelas famílias que chegaram depois que a maioria da infra-estrutura já havia sido implementada;

- nesta fase também foi feita uma ampla discussão sobre o que constava no documento do Lumiar acerca das atribuições da equipe local e as responsabilidades da comunidade, ou seja, procedeu-se a uma discussão de papéis. É bom frisar esta questão, haja vista a enorme confusão evidenciada nas falas de alguns agricultores;

- ainda durante as entrevistas, muito do que foi percebido de “errado” na conduta da equipe local foi levantado, mesmo que de um jeito de expressar próprio da comunidade. Essas “cobranças” resultaram no estabelecimento de condutas acertadas entre as partes, visando à correção dos rumos (o que também está estabelecido no documento do Lumiar);

- nas assembléias seguintes, ocorreu a indicação de parâmetros estabelecidos pela própria comunidade, com os quais seria avaliado o trabalho da equipe. Suas apreciações avançaram no sentido de que há espaço para o aprofundamento da discussão e que se possa chegar até a construção dos indicadores, conforme sugerido no próprio documento do Lumiar;

- a partir do entendimento, houve a aceitação por parte da comunidade de que a avaliação deve ser uma prática de “mão-dupla” e abriu-se um espaço para que a equipe também avaliasse a comunidade diante dos parâmetros por ela estabelecidos e negociados com a comunidade. Assim, a questão da participação

da comunidade seria posta em xeque, pois esta prática inviabiliza, até certo ponto, o processo de transferência de suas responsabilidades para os técnicos ou para a diretoria da associação. O espaço foi criado e a “arena” para resolução de problemas relacionados não só à atuação da equipe mas também referentes à própria comunidade, seria as assembléias. Obviamente, tal processo deve ocorrer dentro dos preceitos referenciais apontados neste estudo sobre o que venha a ser participação substantiva e aprendizado da e na participação.

No momento em que só a equipe estava sendo avaliada, sua postura pôde ser considerada de muita simplicidade, haja vista não ser esta uma prática que se ensina na escola. Neste ambiente ainda é ensinado que a técnica supera quaisquer possibilidade de erro e o próprio discurso tecnicista é usado para “afastar” os agricultores deste “território sagrado”. Entretanto, a primeira participação da equipe local na avaliação mensal demonstrou um certo despreparo para avaliar, permanecendo no campo das justificativas. Foi chamada a sua atenção para este fato e ficou acordado o estabelecimento dos seus indicadores, como também ela se comprometeu em continuar com o processo, o que demonstrou compromisso e coragem por se submeter profissionalmente a uma avaliação de sua atuação. Contudo, pode ser que esta conduta não seja a mesma a ser esperada para todos os casos e todas as equipes do Lumiar.

Este é um aspecto muito importante a ser considerado: até que ponto os técnicos envolvidos estão preparados para descer do pedestal tecnicista para serem avaliados pelos agricultores? Qual o apoio teórico-metodológico desses técnicos para que a condução de processos avaliativos se dê forma como foi proposto neste trabalho? A estas perguntas somam-se as relacionadas com o caráter específico de cada comunidade (organização, influências políticas externas, ingerências, idade do assentamento, etc.) que irão influenciar nos

resultados com relação à questão do tempo demandado no entendimento e apropriação do processo de avaliação.

Mesmo assim, a necessidade do fomento à avaliação permanente do Lumiar, por parte das equipes locais conjuntamente com as entidades de representação dos trabalhadores rurais, passa a ser uma estratégica fundamental para a organização e contraposição no cenário municipal, ou seja, frente ao poder local.

Acreditando que se a participação substantiva deve pautar todo o processo de intervenção para o Desenvolvimento Rural, o presente estudo apontou os espaços de avaliação como um ponto estratégico de entrada no ciclo planejamento/execução/monitoramento/avaliação. A ocupação dos mesmos, de forma qualitativa, vai depender muito do grau de entendimento por parte das famílias assentadas e do quanto isto é estratégico para que outros não definam o rumo das suas vidas.

Assim sendo, os mesmos devem configurar-se como o ponto de “start”, onde o despertar para participação de forma crítica passa a ser o principal elemento propulsor para gerar mudanças concomitantemente das pessoas e de suas realidades. Pode ser nestes espaços onde se inaugurará uma prática fundamental para as demais etapas deste mesmo ciclo.

4.4 O Lumiar na perspectiva dos agricultores

A análise das falas dos entrevistados foi de fundamental para o presente estudo, posto que, a partir da construção de momentos propícios para que os agricultores pudessem se sentir à vontade para fazer a sua avaliação sobre a atuação da equipe local do Lumiar, obteve-se uma riqueza de informações de diferentes pontos de vistas que favoreceu uma aproximação entre a realidade pesquisada e o referencial adotado. As falas dos agricultores apontaram algumas

pistas importantes que devem ser observadas na tarefa de estabelecer possíveis indicadores de desempenho do trabalho das equipes locais e que, à medida que avançam, apontam também para que seja feita de forma mais consistente, com qualidade subsidiar.

4.4.1 O Lumiar é mandado pelo INCRA ou uma conquista?

Conforme o roteiro utilizado, buscou-se captar qual era o nível de percepção sobre o que era o Lumiar, como surgiu, como funciona, quais as entidades envolvidas, etc. Para a maioria dos assentados entrevistados, o Lumiar é mandado pelo INCRA, explicação que na verdade procede em parte. Porém, da origem política traduzida como uma conquista da luta dos trabalhadores rurais, ainda está longe de ser entendido, o que aponta para um dos grandes complicadores para a intervenção da equipe. Isto somado, como veremos mais adiante, com uma grande confusão de papéis, torna o ambiente desafiador. Não se entende o Lumiar como uma conquista e sim como mais um agrado do governo o que denota uma representação da condição de quem deve ficar esperando que o Estado um dia reconheça as suas necessidades, vindo a supri-las.

“A Assistência técnica nasceu das necessidades que a gente sentia, né? Porque muitas vezes a gente saía daqui pro INCRA, batalhar pelas coisas e o INCRA não tinha condições de mandar técnico prá cá. Então eles viam que nós tava precisando de técnico”. (Moacir)

O agricultor reconhece a carência por assistência técnica sem vislumbrar a perspectiva de conquistá-la. Encontrou-se um depoimento que fugiu em parte do usual e foi dado pelo ex-presidente da associação que reconhece o jogo de interesses por detrás de um projeto social e, por conseguinte, do uso que pode ter. Encontra-se na sua fala a percepção de um problema social muito comum que é a manipulação dos indivíduos com políticas compensatórias. Assim, ao captar essa

sutileza, o indivíduo deve captar também que este novo conhecimento pode ser o primeiro passo para situá-lo no mundo e descortinar os condicionantes de sua posição, que passa ser o seu novo posto de observação da realidade. Ao identificar o movimento das forças dominantes e se perceber instrumentalizado por eles, a luta por mudanças dependerá diretamente do tempo que leva essa conscientização.

“O lumiar veio atender uma demanda da reforma agrária, porque se viu que sem assistência técnica não tinha como caminhar. Foi quando o governo criou esse plano [lumiar], né? Sei lá, esse danado desse governo é tão ruim que a gente não sabe, né? E também tava próximo da eleição e ele [FHC] já devia tá sabendo que ia ter eleição prá ele e aí criou o Lumiar. “ (Nivaldo José, Neginho - Tocantins)

Uma outra posição apresentada, um pouco mais “carregada” politicamente e que já aponta para uma forma possível de mudança da realidade de quem espera, foi a possibilidade de mobilização da comunidade para reivindicar seu direitos diante dos órgãos oficiais:

“Eles acharam melhor mandar três ou quatro técnico prá cá, do que nós ir uns cem prá lá” (Edmilson-Tocantins)

4.4.2 A dinâmica do Lumiar

Com relação ao financiamento do Lumiar, as afirmações foram de que se o INCRA foi quem o “criou”, portanto, quem paga também é o INCRA. O agricultor Moacir, que afirmou que o Lumiar era mandado pelo INCRA, quando perguntado de onde achava que vinham os recursos, paradoxalmente acabou, em sua resposta, levantando uma informação que foi discutida com os demais: o pagamento é um retorno dos recursos advindos dos impostos como direito dos trabalhadores, fazendo uma alusão à forma de manutenção do projeto:

“ Quem paga é a gente, mesmo porquê é o dinheiro que a gente dá para os cofres do governo. Então, já é justamente o dinheiro que vem retornando ”.

Este depoimento veio a calhar para a construção do entendimento até então diferenciado do que se tinha. Foi o ponto de partida propiciado pela pesquisa participante, em que se prosseguiu desmistificando o Lumiar enquanto dádiva do Estado. No momento em que se reconheceram como “co-financiadores” do Lumiar, pôde-se trabalhar a idéia de ele ser um direito dos trabalhadores.

Sobre como se dá o controle da prestação de serviço e a remuneração dos técnicos, a discussão que se teve numa das oficinas foi muito rica e elucidativa. As primeiras respostas sobre o assunto foram:

“Para o INCRA fazer o pagamento dos técnicos, depende muito dos trabalhos deles, porque todo pagamento que eles recebe, tem que tê a assinatura do presidente.” (Edmilsom - Tocantins)

“Toda reunião a gente fala sobre isso de assiná o atesto que eles chama. Teve um problema de um trabalho que eles fizeram mal, uma falhazinha nos trabalhos deles na elaboração dos custeios e nós dissemos que não ia assiná o pagamento deles.” (Moacir - Tocantins)

Aplicou-se uma técnica de dinâmica de grupos intitulada “o vendedor”, em que alguns presentes eram convidados a emitir um preço para um objeto. Em seguida, buscaram-se as explicações de quais foram as bases utilizadas para valorar o objeto. A partir daí foram feitas algumas “provocações” aos participantes sobre o que vinha a significar o termo avaliação. Já, quando perguntados sobre qual a forma e o quê eles achavam que devia ser avaliado no Lumiar, ficaram em silêncio, o que demonstrou o pouco contato com a prática de avaliar, principalmente aquilo que se conhece, pouco ou quase nada.

“Vamo, gente, fala alguma coisa! O home tá esperando”

Parece partir muitas vezes deles próprios a desqualificação do que eles têm para dizer, com medo de estarem “falando bobagem”. O silêncio, próprio da sua experiência de vida que é do anti-diálogo no contato com agentes externos, só foi interrompido pela seguinte frase relativa ao tópico anterior, ou seja, ao conhecimento que se obteve anteriormente.

“Os atesto já tão dizendo que a equipe realizou os trabalhos certos, então tá dizendo o que a gente acha dos trabalhos deles.”
(Moeses)

Foi lida a parte do documento do Lumiar referente à assinatura dos atestos como instrumento de avaliação e, a partir desse ponto, as discussões desenvolveram no sentido de se detectar quais os parâmetros que seriam apontados por eles como referenciais para avaliar o desempenho da equipe. Conforme relatos finais do capítulo III, o terreno propício para isso se apresentava diante do pesquisador. Alguns entrevistados individualmente também admitiram que só pelo fato de se assinar o atesto já era sinal de que os trabalhos estavam sendo realizados de forma satisfatória, porém, na presença dos demais também ficaram calados. O que ficou patente foi o fato de eles não se darem conta do potencial desse ato de assinar a fatura, comprovando a realização dos trabalhos, como o instrumento que diretamente lhes garantiria o controle social do Projeto, o que é próprio de quem nunca teve oportunidades de acesso a espaços de participação. Se o próprio documento reconhece que esta prática da assinatura é um dos mecanismos de avaliação, a mesma deve se tornar um importante momento de avaliação. Neste momento, foram trabalhados alguns elementos sobre a situação dos programas e projetos sociais – políticas compensatórias - no Nordeste, que não foram capazes de alterar a condição de pobreza dos trabalhadores rurais. E foi neste sentido que, após as discussões e devidos esclarecimentos, veio o reconhecimento de que o que vinha sendo feito não podia

ser chamado de avaliação. Apontou-se para a necessidade de um maior aprofundamento, abrindo as portas para que se propusesse o início desta prática de forma mais consistente e sistemática. Estabeleceu-se que a assembléia seria o “lugar” de fazê-lo e a frequência passaria a ser mensal. Os parâmetros com os quais a equipe seria avaliada só foram identificados mais à frente da pesquisa.

Podemos identificar estes momentos como sendo um reflexo da compreensão da importância para eles de ter o controle da qualidade dos serviços prestados e se a avaliação passa a ser uma prática, proporcionará, à medida que for sendo assimilada e incorporada pela comunidade, um momento de legitimação e de co-responsabilização com a intervenção da equipe local, com uma política pública, ou seja, passa a ser uma ação com substantividade.

Se, por um lado, os agricultores passaram a reconhecer o valor de se avaliar a equipe na trajetória destes dois anos, por outro ficou patente que pouco havia sido feito para ampliar o entendimento sobre a dinâmica do Lumiar como um todo, para um conjunto maior de assentados. Isto se configurou como um dos pontos de estrangulamento no processo, pois que, durante a pesquisa, à medida em que os agricultores eram municiados de informações, passaram a refletir, o que ia gerando pequenas mudanças do seu posto de observação da realidade. Nas evidências, ainda que pequenas mas perceptíveis, principiava uma transformação que poderia vir comprovar o referencial adotado para a pesquisa de que, progressivamente, se tornariam mais cognoscentes e o Lumiar mais cognoscível, passando a ter mais elementos para agir de forma mais qualificada na gestão do mesmo. Muitas das reclamações que eram dirigidas à equipe ou as responsabilidades que lhes eram indevidamente cobradas, diminuiriam. Só a discussão a partir da problematização sobre a questão dos papéis de cada ator envolvido pode ser capaz de aumentar a capacidade dos assentados se situarem

melhor perante o Lumiar, que passará a ter uma conotação de conquista, e avaliá-lo passará a ser uma relação de co-responsabilidade.

4.4.3 Da freqüência das visitas

Com relação à freqüência de visitas da equipe na área, nas duas oficinas realizadas, foram unânimes as reclamações com relação ao pouco tempo que a equipe passava no assentamento. Afirmou-se que um dia na semana para atender um universo de 180 famílias era muito pouco e que só se justificava no período de chegada da equipe quando os trabalhos estavam mais relacionados à parte de organização e pouco se tinha a fazer com relação às atividades agrícolas e de pecuária. Agora, em plena época de plantio e com o aumento do número de animais na área, já não era mais suficiente. Este momento é marcado pela localização da demanda real e mostra como eles tinham clareza das suas necessidades mais concretas e como elas deviam ser supridas. Demandou-se mais presença da equipe.

A época da pesquisa coincidiu com a época de plantio de sequeiro e a principal argumentação refletiu na necessidade da equipe *“estar de dentro, acompanhado os roçados”*. Devido ao fato do ano que passara ter sido “fraco de chuvas”, a equipe não teve a oportunidade de desempenhar o papel mais técnico-agronômico. Naquele momento, o “inverno” (estação das chuvas) se apresentava num quadro de acordo com as normalidades do semi-árido nordestino, o que exigiria mais a presença da equipe.

Mesmo tendo sido relatadas, no ano de 1999, algumas inovações tecnológicas implementadas pelos trabalhadores por orientação dos técnicos, como, por exemplo, construção de barragens subterrâneas, painel experimental de alternativas de forragens, banco de proteínas de *Leucena (leucaena lechocephala)*, manejo da caatinga para fins silvopastoris, cerca elétrica para

contenção de caprinos e ovinos, etc., a grande maioria achou que o tempo da equipe no PA era pouco.

Uma questão que se buscou observar foi sobre o contato anterior com a prestação de serviços de assistência técnica que eles já haviam tido antes de chegar ao assentamento, isto é, saber se os que vieram de outros lugares possuíam algum referencial comparativo entre o contato anterior com a assistência técnica e a que era prestada pelo Lumiar. Apenas dois casos foram encontrados e de experiências frustradas no contato com a EMATER. Eles alegaram não ter presenciado ainda a atuação da equipe nesse aspecto. *“No meu lote eles ainda não foram”*. A grande maioria trabalhava como meeiros ou “alugado” e, em tais condições, o patrão é que é visitado, cabendo-lhes apenas executar o que o “feitor”¹⁹ repassava. Mas agora, eles é que deveriam ser “visitados”.

No documento base do Lumiar, existe uma planilha de custos referente aos recursos disponibilizados para a realização dos trabalhos das equipes locais. Consta, por exemplo, que deveriam ser disponibilizados recursos para manutenção de dois veículos para cada dois técnicos e isto não era do conhecimento dos agricultores. A equipe local que atende ao PA Planalto do Mel só conta com um veículo para atender os quatro PA da região. Ao que nos parece, essa limitação de recursos deve ser a responsável pela baixa frequência de visitas. Não obstante, pôde-se constatar que a equipe também não discutiu com os agricultores de forma a deixar transparente como se dá a disponibilização dos recursos para a consecução das atividades, entre outras questões referentes à dinâmica do Lumiar. Tais informações, quando não usadas para justificar a

¹⁹ Nome dado ao capataz na região, principalmente nas grandes empresas de fruticultura irrigada, tendo um significado histórico muito expressivo das relações vigentes de dominação.

ausência ou a pouca frequência, são de fundamental importância para que os agricultores ampliem seu entendimento acerca do funcionamento do Lumiar, já que eles devem ser um dos gestores do Projeto, como consta deste mesmo documento.

4.4.4 O planejamento do desenvolvimento local

O processo do planejamento do desenvolvimento local foi um dos aspectos analisados por se tratar das primeiras atividades realizadas no PA por ocasião da chegada da equipe e diz respeito ao processo de Diagnóstico Situacional e construção do Plano Preliminar de Desenvolvimento Local-PPDL. Ao analisarmos o conteúdo do contrato firmado entre as associações dos assentamentos (contratante) e as entidades executoras (contratadas), esses dois se constituem nos produtos exigidos contratualmente e com um prazo de sessenta dias para serem entregues ao INCRA. Tal fato nos leva a crer ser impossível, em tão pouco prazo, realizar uma atividade como essa das mais importantes e base fundamental de todo o trabalho de implementação do Projeto. Difícil seria uma metodologia de trabalho que, em tão pouco tempo, garantisse a apropriação por parte dos agricultores, por mais que a essas atividades fosse atribuído o caráter de situacional e de preliminar.

Como de fato a pesquisa apontou, esse processo não foi apropriado pela maioria dos assentados. Apenas o grupo mais próximo da diretoria da associação é que se lembra de forma um pouco mais consistente dessas atividades e seus produtos, a começar pela etapa de diagnose, a construção do plano propriamente dito e o documento final elaborado pela equipe. Apenas os membros da diretoria

antiga²⁰ viram o documento e apenas o presidente na época o manuseou, apropriando-se de todo o processo. Em seu discurso percebe-se claramente isto, mesmo porque foi ele que “ficou à frente de todo o processo”.

Após a realização do diagnóstico e elaborado o PPDL, promoveu-se, como já foi mencionado anteriormente, um evento na cidade de Carnaubais, intitulado: “ Mesa da Solidariedade: um rodada de negociação para o desenvolvimento dos assentamentos. Este evento fazia parte da estratégia elaborada pela equipe e já estava programado no próprio PPDL, como uma atividade a ser realizada logo após a apresentação do Plano à comunidade e a devida capacitação de comissões de negociação. Muitos assentados se lembraram do evento, mas não se deram conta de sua finalidade. Alguns lembraram até das autoridades presentes, mas não de qual foi o seu teor. Ao que parece, pela suas análises e depoimentos, essas atividades tiveram basicamente duas funções: uma de cumprir as exigências contratuais e outra pode ter sido importante para fornecer uma primeira visão panorâmica à equipe local da realidade na qual ela acabara de se inserir.

A superficialidade pôde ser constatada principalmente na parte que se refere às atividades planejadas e denota o pouco tempo em que foi feito, o que confirmou-se pelo baixo nível de apropriação gerado. Como este é um documento que basicamente diagnosticou todas as dimensões da vida do assentamento, ateu-se mais às atividades de caráter mais emergencial a serem trabalhadas pela equipe local naquele momento. O diagnóstico, sobretudo, serviu de base comparativa e contribuiu para a definição do “perfil de entrada na área”. Seguem relatos dos entrevistados que reforçam tais observações.

²⁰ Trataremos por diretoria antiga aquela começou os trabalhos junto com a chegada do Lumiar, encerrando em janeiro de 99, período em que se buscou avaliar o Projeto e, de diretoria atual, a recém-empossada)¹

“Eu não me lembro pra que era, mas eu fui e fiquei do lado de fora da igreja.”²¹

“ Não, não me lembro do nome do evento, (...) documento, não sei não (...) PPDL? vi não”.

Já o ex-tesoureiro da diretoria antiga e atual presidente da associação lembra-se com mais detalhes do evento:

“ Lembro, lá era pras estradas, pra energia, para os poços, o parcelamento (...) pidi não, nós foi cobrá, nós tem esses direito (...) baseado em quem? Foi nos plano do Lumia (...) Eu sei que foi nós, mas num foi o Lumia que escreveu” (Galego – Tocantins)

Se no documento do Lumiar está posto que o diagnóstico e a elaboração do PPDL deve ser feito de forma participativa, podemos afirmar que existe um contrasenso entre a perspectiva de abordagem exigida e o prazo para entregá-lo enquanto produto. Mesmo sendo algo “preliminar”, não quer dizer que a participação deve ser “às meias”, apenas para legitimar o produto. Essa prática é reinante em outros projetos anteriormente implantados no Nordeste. Se a estratégia era mudar a perspectiva de posição de subordinação para a de reivindicação e de barganha com o poder público, a mesma não apresenta consistência, sendo assimilada apenas por alguns “gatos pingados”.

4.4.5 A abordagem metodológica

Buscou-se captar como vinha se dando a forma de condução dos trabalhos pela equipe local no que diz respeito aos aspectos metodológicos da intervenção e sua implicação na relação com os assentados. Quando perguntados

²¹ Algumas das falas não estão identificadas devido à dificuldade de “isolá-las” na gravação e associá-las aos respectivos interlocutores participantes das oficinas.

a respeito do que os técnicos vinham fazer no assentamento, a maioria respondeu que os técnicos vinham “dar” as reuniões. Esta afirmação se origina da “cultura da dádiva”, em que a relação, quando não é clientelista, é unilateral no sentido de que eles não têm nada para dar, mas só receber. Esse entendimento os coloca numa condição de recipientes de conteúdos em que, as palavras dos técnicos ou de quaisquer outros agentes externos reforçam sua alienação do mundo. Isto denota que estas pessoas não se sentem ainda sujeitos do processo. Colocam-se como alguém que veio para “ouvir” o que os técnicos têm para falar. Uma justificativa muito presente nas entrevistas está ligada ao fato de os técnicos “virem lá de fora” e, portanto, “trazem informações”.

Se, de um lado, o nível de desinformação aparentou ser grande, do outro fica a indagação sobre qual a forma que estas informações (conhecimentos, conteúdos, etc.) vinham sendo trabalhadas durante as reuniões. Quando quem falava eram aqueles que tinham participado da diretoria antiga ou do grupo que gravitavam em torno dela, percebia-se que, por terem avançado mais e também por terem participado mais dos cursos ministrados pela equipe local, a apropriação dos conhecimentos era mais consistente. O envolvimento deste grupo de pessoas para sair de uma condição de dominação, ao derrotar o presidente da associação (anterior à chegada do Lumiar), tomou-os mais “politizados” e respeitados como lideranças locais. Tal fato denota que houve uma concentração de capacitação neste grupo e, como consequência natural deste processo, um distanciamento nos conhecimentos sobre o Lumiar entre a base e a direção da associação.

Estes relatos estiveram muito presentes no momento em que se entrevistou os mais “velhos” na tentativa de resgatar o período anterior à chegada do Lumiar.

Pode se ter como ponto de partida para o trabalho educacional, buscar entender como se dá o processo de cognição destes agricultores, ou seja, de onde partem e como são formuladas as explicações de determinados fenômenos, de tal forma que se inverteria aos poucos a forma de se trabalhar as informações, sejam elas tecnológicas, políticas, ambientais, etc.. Partindo destas explicações deve-se desencadear uma ação problematizadora (gênese), contribuindo para o aprofundamento dos temas para a construção do entendimento. Sem deixar de entender que existem questões inerentes aos seres humanos, como timidez, por exemplo, o que se sabe é que essas pessoas estão acostumadas à figura do patrão, alguém que sempre pensou social, política e economicamente por eles. São pessoas que não tomaram para si a palavra. Muitos agricultores afirmaram se sentir à vontade com os técnicos, para falar e perguntar, o que ficou evidenciado quando inquiridos se os técnicos eram abertos às críticas.

“Nóis aqui já tamo acostumado com os minino. O que tem prá falar nóis fala é pra eles.” (seu Raimundo - Carajás)

Um fato acontecido foi usado por eles por ocasião do atraso na entrega ao banco do projeto de custeio de sequeiro 99, serve para ilustrar a “liberdade” que eles têm com os técnicos:

“A situação ficou feia pros téco. Tinha uns aí até falando em tirar o Lumiar daqui de dentro. Dero uma imprensa feia neles, mas eles admitiram o erro e falaro que iam tomá as providença prá ajeitá”. (Edmilson - Tocantins)

Esta visão de alguns dos agricultores sobre a relação com os técnicos demonstra que a mesma não está isenta de conflito como demonstram as falas. Devido à confusão dos papéis, o “controle” pode alimentar uma relação de patrão e empregado, em que a assinatura dos atestos não é vista como mecanismo e sim como forma de pressão. O fato foi que, por algum motivo, embora não soubessem explicar, apenas os custeios do PA Planalto do Mel não foram entregues. Os

outros três PA vizinhos receberam os recursos, o que gerou uma insatisfação muito grande. A informação obtida no INCRA-RN foi que, quando os custeios foram encaminhados à Comissão Estadual do PROCERA, coincidiu com a data de uma normativa de Brasília que suspendia a apreciação de novos projetos devido aos ajustes que estavam sendo feitos para o novo Plano Nacional para a Reforma Agrária-PNRA. (Fonte: cópia da instrução normativa da Comissão Nacional do PROCERA-DF, entregue à diretoria da associação pelo pesquisador)

Ainda com relação às ações dos técnicos, perguntou-se aos entrevistados se eles entendiam a forma como trabalhavam e, de modo geral, todos afirmaram que entendem a linguagem (oral) dos técnicos e que estes:

“Sempre que explicam alguma uma coisa para nós, pergunta se nós entendemo, se tem alguém no meio que não entendeu e que a “obrigação” deles é não deixar ninguém com dívida”. (Geosi Pereiro Feliciano - Carajás)

“Eles são uns minino muito educado. Eles são uns rapaz que explica bem as coisas, num tem ignorância com a gente. Se eles diz uma coisa e nós não entende, se tem dívida, eles pede prá gente dizê”. (Dona Tereza - Carajás)

As críticas que surgiram com relação à forma de trabalho da equipe local, mais especificamente sobre a metodologia utilizada nos cursos e reuniões, foram basicamente duas: a primeira, pelo fato de a equipe usar muitos cartazes e tarjetas com muitas letras, para uma população que, na sua maioria é analfabeta.

“ Não, num entendo não. Pra esse negócio de papel, eu sou meio roto. Eles traz aqueles cartazes explicando” (seu Raimundo Batista - Carajás)

Isto ficou marcado, pois há pouco tempo havia sido realizada a oficina de planejamento para as ações de 99, na qual, apesar de serem utilizadas algumas técnicas de colagem, o uso das tarjetas e cartazes foi excessivo. Novas formas de trabalhar as informações devem ser buscadas de modo a propiciar o entendimento

dos agricultores. A palavra escrita mexe com eles, principalmente desestimulando-os à participação, excluindo-os do processo e, o que é mais forte, reforçando o seu sentimento de não pertença.

A segunda crítica - algumas com forte tom de reclamação - se deu em função do uso, pela equipe local, de técnicas de dinâmicas de grupo durante as reuniões e cursos.

“Esse pessoal mais velho, mais matuto mesmo, de pé de serra, já não vão mais prá reunião por causa desse negócio de dinâmica. Eles dizem : num sô (...) prá tá brincado de roda, pegando na mão de macho. Num sô (...) prá andá num (...) daquele”. (Poti - Carajás) obs: (...) palavras impróprias para o registro.

“Eles botaram a gente pra dançar cirandinha. Eu num entendo esse jeito de trabalhar ” (seu Benedito Cosme).

“Eu tive uma idéia porque eles fizeram aquela brincadeira. Era pra saber se nós era unido. Era pra despertar” (Marcos André - Carajás)

Estas falas demonstram uma diferença no entendimento sobre o porquê de se trabalhar com as técnicas de dinâmica de grupos. Porém, a frase do jovem Marcos encerra uma dubiedade que foi apropriada para fomentar as discussões sobre a organização da comunidade. O despertar aí colocado aponta para as duas possibilidades: um, quando são usadas para a reflexão por ocasião da introdução de um novo tema como, por exemplo, a união; e outro, quando o ritmo de aproveitamento da reunião ou curso cai e busca-se usar técnicas específicas para acelerar o biorritmo e “acordar” o pessoal.

No Nordeste, a figura do sertanejo também se traduz em algo como dureza, resistência, “teimosia em viver” e, sobretudo, está fortemente permeada por valores machistas. É o homem que vai para a reunião, é ele que é sócio da Associação. Perante o INCRA, ele é quem é o titular do lote no assentamento.

Sabe-se que existem técnicas de dinâmicas de grupo apropriadas para cada momento e que, quando usadas com segurança e nos momentos certos, ou seja, de forma apropriada e apropriável, se configuram como excelente instrumento pedagógico. Através do lúdico consegue-se penetrar no universo cognitivo dos agricultores, permitindo-lhes o entendimento das mensagens/informações, e assim devolver-lhes o sentimento de pertença, de que aquilo ali “é assunto para eles”.

Pelos relatos, ficou acordado, a partir desta situação, de que não mais se trabalharia com estas técnicas. A julgar pelo que foi dito, a equipe, ao invés de admitir que talvez tenha trabalhado com as técnicas inapropriadas, resolveu não mais aplicá-las, em detrimento de buscar neste momento esclarecer as pessoas mais relutantes. Tal fato demonstra pouca maturidade profissional. Deve-se levar em consideração os aspectos acima descritos sobre a natureza do sertanejo, e não perder de vista as oportunidades para, sempre que possível e com bom senso, ir introduzindo (ou re-introduzindo) aos poucos outras técnicas que não dêem margens a infantilização e/ou banalização.

4.4.6 Agricultores, técnicos e tecnologias: o mundo dos projetos

No que diz respeito ao confronto de saberes na relação técnico e produtor, percebeu-se que alguma resistência pode ser oferecida. A equipe é formada por jovens e, por isso mesmo, pode gerar uma situação de pouca credibilidade. Ao tentar aprofundar sobre qual a percepção deles de como deve se dar essa relação, o quadro que se configurou foi o de que há um campo propício para se avançar, principalmente no que se refere às inovações tecnológicas. Um trecho de uma conversa que aconteceu na beira de uma cerca de um dos lotes retrata muito bem essa situação. Quando perguntado se existia alguma coisa que

o técnico pudesse fazer com relação às atividades de plantio, seu José Dantas, morador da agrovila de Carajás respondeu:

“Eu mesmo de agricultura eu acho que eu sei fazê de tudo. Porque eu comecei a trabalhar na agricultura eu tinha nove anos de idade, tô com quarenta e dois e trabalho todos estes anos. Fazendo o plantio eu acho que o técnico chegando lá e ... querê anulá aquele plantio ... sei não.”

- E se o técnico falá com jeito?

“Se ele chegar com uma boa maneira, se ele disser que num tá bom, qué dizê que a gente conversa com ele, se tivé errado. Agora, se não tiver a gente não concorda.”

- O senhor vai plantar qual castanha com o investimento para 99?

“Da gigante” [variedade de cajueiro mais resistente e mais comum entre eles]

- Por que o senhor não planta o precoce? [variedade de cajueiro melhorada e mais produtiva]

“Me deram essa opinião (os técnicos), mas eu sou sincero em dizer que eu não gosto daquele cajueiro ligero da precoce não. As castanha são muito pequena”

Realmente as primeiras variedades de cajueiros precoces apresentaram uma produção de castanha de pequeno tamanho. Grande parte destes agricultores teve contato com uma unidade demonstrativa no município vizinho de Serra do Mel. Fora divulgada e fomentada a adoção das primeiras variedades precoces na formação dos pomares e, como só no segundo ano é que elas produziram, contatou-se que produziam a castanha de tamanho pequeno. A produção local é destinada à venda de castanha e não produção de polpa, o que se configurou como fracasso e, conseqüentemente, na rejeição da tecnologia. Porém, houve avanços no seu melhoramento, sem com isso tornar os cajueiros híbridos, mas a resistência à tecnologia já estava cristalizada.

O depoimento do Sr. José Dantas reflete muito bem dois aspectos: um, relacionado com a tentativa de substituição cultural de práticas já consagradas

entre os agricultores e outro, com relação à sua participação nas atividades da associação o senhor José Dantas afirmou “viver muito ocupado” no lote e no trabalho “alugado” e não ter tempo para participar. Ao investigar qual a variedade indicada pela equipe local nos projetos de financiamentos do PA, nos informaram que havia sido mudado a variedade escolhida pelos agricultores. Perguntado como havia se dado a mudança, foi-lhe relatado que a substituição da pré-proposta foi feita de comum acordo com os interessados e numa reunião, da qual ele não havia participado, e não arbitrariamente. Nesta reunião os técnicos haviam levado amostras trazidas do Centro da EMBRAPA-Pacajus-CE para serem apreciadas pelos proponentes. Procurou-se o senhor José Dantas para esclarecê-lo do fato.

“Senhor José Dantas, e se eu disser para o senhor que a castanha que está no seu projeto é dessa ligeira, só que dá castanhas grandes. Eu fiquei sabendo que os técnicos foram buscar lá em PACAJUS”*

“Sendo assim eu vô querê, cê tá doido é? Eu conheço tudim ali em PACAJUS. Eu fui nascido e criado lá”

* Cidade onde está o Centro de Pesquisa de Agricultura Tropical da EMBRAPA- Caju

Outros depoimentos também surgiram para demonstrar a abertura ao trabalho da equipe técnica. O senhor Manoel Messias, de Carajás, mesmo sem conhecer certo qual era a função específica de cada um na equipe disse que: *“os técnicos e os produtores deveriam se esclarecer juntos, desde a planta os dois têm que ir conversando”*. A sua opinião se dá no sentido de que devem se entender juntos acerca do trabalho a ser realizado. O técnico deve se postar como que tem algo para ensinar e aprender e a relação inversa também deve ocorrer. Não se pode conceber mais aquela regra em que o técnico da extensão, estende o

seu conhecimento até o agricultor que o recebe, transformando-se num depósito passivo de conhecimento.

Com relação ao espaço que vem se criando na relação técnicos e agricultores, observou-se que existe um clima propício à horizontalização desta relação quando se trata de proposições técnicas. Um exemplo que reforça essa idéia é o processo de acesso a informações tecnológicas, sobretudo às inovações, como o trabalho com o grupo do investimento coletivo em caprino-ovinocultura. Esse grupo de dezessete membros representa, segundo eles, os únicos que resolveram fazer um projeto coletivo para 1998. *“Os outros saíram nas carreras antes mesmo de terminar a reunião”* (Chico Borges - Tocantins). Segundo relato de alguns membros, os técnicos só podiam fazer o projeto se fosse coletivo porque o assentamento não havia sido parcelado ainda. Afirmaram que os técnicos não entenderam o porquê da reação, pois apenas dezessete, num universo de cento e oitenta famílias aceitaram. Tal fato criou uma resistência inicial aos trabalhos posteriores da equipe.

Não é muito difícil de entender, pois o processo de socialização se dá num ambiente em que prevalece o individualismo, numa sociedade que valoriza e prioriza o individual. O maior sonho das pessoas, quando recebem um lote na Reforma Agrária, é poder cercar sua área, sendo a cerca a consubstanciação da propriedade privada tão esperada. Estas mesmas pessoas, até pouco tempo atrás, vendiam sua mão-de-obra e eram exploradas por seus patrões em suas propriedades bem cercadas. Tal fato denota a incorporação e a vontade de reproduzir os valores das elites. Se as formas individuais de produção é que são vigentes na nossa sociedade, o processo de produção coletiva vem de encontro a essa tendência e, o que é pior, quando é forçado e não nasce de uma decisão madura, traz sérios prejuízos aos projetos de assentamento. Uma outra questão reside no fato de que as pessoas que chegam aos projetos de assentamento muitas

vezes são oriundas de diversos lugares, com culturas diferentes e passam a ter que viver no mesmo lugar. Ao serem forçadas a ter que trabalhar juntas enfrentarão um choque cultural sobretudo no que-fazer e no como-fazer dos projetos produtivos.

Questões como aumento do poder de barganha a partir da superação das ditas restrições de escala de produção devem, no nosso modo de pensar, ser trabalhadas não só sob o aspecto produtivo-econômico mas, sobretudo como um forte componente político.

O fato é que o projeto do que foi denominado por eles de “grupo dos 17”, ou “Grupo dos Bode”, serviu de unidade demonstrativa para os demais assentados. O resultado foi tão surpreendente que, já por ocasião da elaboração do projeto de investimento de 1999, apareceram diversos pequenos grupos de criação coletiva, sendo a área destinada, formada pela união dos fundos dos lotes de vizinhos, para integrá-los numa área contínua de criação. O tão mal falado projeto coletivo de 98, orientado pela comissão estadual de PROCERA, deu lugar a uma forma muito interessante que alguns estudiosos da gestão tem denominado de “condomínios”, há muito difundidos no sul do país.

4.4.7 Papel dos técnicos: um diferencial ou a perpetuação do Messias

Com relação às atribuições da equipe, as falas se apresentaram recheadas por uma confusão de papéis muito forte por parte dos assentados. Para uns, há valorização através do reconhecimento da real necessidade da assistência técnica prestada, como pode se perceber nas falas a seguir:

“Eles são muito prestativo, são muito esforçado, eles não fazem não, eles têm prazer que vá todo mundo. Por eles, ia todo mundo [prá reunião] (seu Francisco Pinheiro - Carajás).

“Eu agradeço a equipe do Lumiar por tá de dentro, acompanhando com nós a negociação com a empresa que vinha construí a casa. Eles capacitava a gente e nós é que ia negociá”
(Nivaldo José, neguinho - Tocantins)

A fala de Geosi denota também um certo reconhecimento da relação de parceria entre técnicos e agricultores, quando relata o envolvimento de um dos técnicos em uma manifestação promovida pelos sindicatos locais pela liberação dos recursos para o custeio do ano de 1999.

“Da turma mesmo eu gosto de tudim. Tem o técnico (X), por exemplo, que ele a gente nota que fala com fé. Nós tivemos lá em Assú [sede da agência do Banco do Nordeste-BN] e ele é um cara que fala pra gente. Ele falou com muita coragem mesmo, chamou até o presidente de vagabundo ... “Vagabundo é você”, a gente tá vendo que ele está do nosso lado” (Geosi Pereira - Carajás)

Para outros, suas falas expressaram um sentimento de gratidão, com um toque meio messiânico, ao se referirem sobre os técnicos. A figura do técnico messiânico é muito forte. Aquele que “traz” as coisas para nós. Não é preciso ir muito longe, para entender de onde nascem tais afirmações:

“Eu acho que eles deveria precurá recurso pra gente trabaiá, cercar esses lotes, porque a gente trabalha sem proteção (...) É, proteção contra os animal dos outros ”

“Eu espero que eles venham ajudar a gente, dá uma grande força a gente. Eu mesmo espero que eles venham fazer as coisas por a gente”

Esses trabalhadores já estão tão acostumados com a situação de alijamento dos seus direitos, que sequer cogitam na possibilidade de mudança desta situação. Este é o lugar de onde eles vêem o mundo, de uma forma imutável. Estas pessoas se sentem alquebradas na sua auto-estima e ficam à espera de alguém que lhes garanta meios de sobrevivência. A “canga” imposta

pelas relações coronelistas/clientelistas ainda se faz muito presente no cotidiano delas, impregnando-se culturalmente como uma espécie de “norma natural”. Isso acontece em todo o país, porém, na região Nordeste a lógica do capital se apresenta ainda de forma mais conservadora, calcada nestas relações, onde a indústria da fome subsidia a indústria dos votos, levando-os a achar que o Lumiar é mais uma das bênçãos do Estado, por exemplo. A possibilidade de transferir para o técnico a antiga figura do patrão é muito propícia e, por sua vez, a postura dos técnicos de assumirem uma relação de patronagem (paternalismo) também o é.

Para muitos, os técnicos representam recursos, dinheiro consubstanciado através dos projetos elaborados. Estes agricultores se encontram totalmente descapitalizados o que faz com que esta realidade frente a necessidade de produção e reprodução da família, seja colocada como a mais importante. Neste ambiente, outras necessidades tornam-se secundárias e até mesmo dispensáveis como, por exemplo, participar de reuniões, assembleias, mutirões, etc. No decorrer da pesquisa, a elaboração de projetos apareceu, escolhida como um dos parâmetros para se avaliar o desempenho da equipe.

Os conflitos entre as opiniões acerca do Lumiar parecem ter origem destas relações que colocam os agricultores numa posição de subalternidade e são vistas por um membro da atual diretoria da associação da seguinte forma:

“Uma parte pensa que é de um jeito, a outra pensa de outro. Uma pessoa luta com uma ruma de gente, é uma coisa complicada. Se o cabra faz uma coisa pra um, o outro acha que tá errado, é aquele negócio ... e então eles num entendem” (Josivam - Carajás).

A fala que segue apresenta um sentimento de baixa auto-estima, próprio de quem, ao perceber a realidade de forma fatalista e desesperançosamente, algo

superior às suas resistências, diante da impossibilidade de reversão desta condição de dependência:

“Eu não tenho nada prá dizê sobre os Lumia, não. Eu sei que eles tão fazendo muita coisa aqui, tão batalhando por uma coisa e por outra. que também se não fosse esses home, não tivesse aqui atrás de alguma coisa para nós, aqui nós não tinha era nada aqui, de jeito nenhum. É eles correndo pra cima e pra baixo mais Neguinho [ex-presidente] e as coisa ainda é difícil”
(seu Francisco Barbosa - Carajás).

Tal depoimento reflete uma maneira de ver na presença do técnico a oportunidade de ter alguém representando seus interesses frente às instituições que fazem parte do seu dia a dia, e não como o cumprimento de uma das atribuições postulada pelo Lumiar, que é o apoio nas relações com os agentes externos. E apenas o fato de ir com o presidente da associação até os bancos é visto como se eles tivessem conduzindo todo o processo. Não estamos afirmando que a equipe técnica vem trabalhando nesta perspectiva apontada pelas falas, porém, mais uma vez, tal fato denota a falta de discussões elucidativas sobre o seu papel, o que alimenta um campo que é muito propício para que se reforce o que já está entranhado, fruto de toda uma socialização. Além disto, deve se considerar o analfabetismo e a forma como eles vêem o mundo a sua volta, a cidade, a burocracia, as instituições, etc. que se constituem num “mundo” muito complicado, vindo reforçar neles, a necessidade de ter alguém para resolver suas questões. Buscou-se captar qual era o nível de entendimento dos assentados sobre essa possível “representação” e o que isto implicava no distanciamento da conquista da autonomia, que deve ser fomentada pela equipe local.

“É certo. eles ensina [a andar com as próprias pernas], mas aí, você fique sabendo que nós agricultô, nós analfabeto, pronto, vô tirá por mim, é mais difícil chegar e entrar num ambiente, que seja pra ele ... Arranjar uma coisa pra ele, entendeu? Assim,

num banco eu acho que se a pessoa tivé uma pessoa mais entendida, é mais fácil” (Josivam – Carajás)

Apesar desse pensamento, quando forem tratados os aspectos do desenvolvimento e infra-estruturas perceber-se-á mais adiante que já se avançou um pouco no processo de auto-conquista X barganha e reivindicação. O fato deles irem ao banco sem a presença do Lumiar faz com que as afirmações sobre a necessidade da sua presença sejam relativizadas. Na maioria das vezes quem vai ao banco é o presidente da associação e/ou outros membros da associação e a atitude de dependência muda de foco:

“Hoje mesmo, nós fomo pro banco, fomo que nem cabra atrás do bode, e eu disse: galego [atual presidente da associação] parta aí, que na porta que ocê entrá eu entro”. (Geosi-Carajás)

O Lumiar, em seu documento base, aparece como parte de uma política pública com um caráter emergencial e, portanto, a previsão é de permanecer de forma subsidiada pelo Governo Federal, apenas por três anos. A partir disso, os assentamentos devem assumir, gradativamente, a contratação das equipes com seus próprios recursos. Este detalhe não lhes foi informado em nenhum momento, o que reforça a necessidade de que o trabalho da equipe local se dê no sentido de que eles possam gerir seus processos e aprender os trâmites oficiais junto às instituições. Para tanto, a mudança desta situação só se dará, à medida que se aproveitar todos momentos em que a experiência vivida se transforme em conhecimento e libertação da dependência. A ida ao banco pode se configurar num espaço de aprendizado.

A importância maior ainda é dada aos projetos.

“O projeto significa muita coisa, porque senão tivé um técnico de frente da gente pra elaborar um plano [projeto] desse, pra nós, fica muito difícil a coisa prá nós” (Moeses- Tocantins)

Buscou-se verificar se no momento da elaboração dos projetos os agricultores eram ouvidos ou havia imposição dos técnicos. Foi relatado que, só para o investimento de 99, foram feitas oito reuniões para se construir a proposta. Não se teve acesso ao conteúdo das oficinas e à metodologia utilizada, entretanto, segundo alguns assentados, trabalhou-se o entendimento do que era o crédito do PROCERA, suas normas e seus trâmites, seguido de várias reuniões para discutir as atividades potenciais, e depois as propostas e suas viabilidades econômico-produtivas.

“É que tinha R\$ 2.000,00 pra cada um pequeno agricultor. Nós num butemo tudo porque não tinha a terra preparada, mas teve gente que chegou a quase isto.”

A metodologia aplicada neste caso parece obedecer uma seqüência lógica na forma e no tempo para se construir o entendimento, bem como, pelo menos pelo que se pôde perceber, criar um ambiente em que fossem definidos os objetivos, rumos e prioridades, em foros de decisão coletiva.

“Eles explicam que se nós pagá no tempo certo o PROCERA, disseram que ia ter um abatimento de cinqüenta por cento. Nós ia pagá um pouco mais que isso porque tinha os juro.”

“O PROAGRO, O Lumiar explica que ele pode cobrir uma situação que não havê inverno [estação das chuvas], ou intão se dé a praga né? Eles sabe que dando a praga não dá nada. Se o cabra tivê prejudicado, tem que chamar o técnico. Assim que ficou cumbinado” (Luis – Tocantins)

Mesmo tendo sido relatado que os técnicos explicam sobre o PROCERA, muitos ainda se dizem desinformados, levando-nos a crer que a metodologia ainda não tem garantido o que está proposto no documento base do LUMIAR no que se refere a *“implementar uma sistemática transparente de informações que permita aos assentados tomar decisões, conscientes de todos os aspectos envolvidos ...”*. Deve ser feito o seguinte esclarecimento, segundo alguns que

disseram que, neste período de dois anos analisados, a maior parte das informações truncadas partiram do INCRA em Brasília. Tais informações chegaram a comprometer seriamente o trabalho da equipe no PA.

“Que nem tinha esse negócio aí dos mil real. Foi uma confusão maió do mundo. Eles queria que o Lumia “pegasse o beco” [saíssem da área]”.

A mudança da política de crédito gerou muita insatisfação e toda a culpa recaiu primeiro sobre a equipe, até que se provasse o contrário. Juntando as indefinições do próprio INCRA e as possíveis dificuldades metodológicas apresentadas no trabalho desenvolvido, percebe-se claramente que o produtor assentado é quem menos tem informação sobre as coisas. Alguns não toleram e brigam, “esbravejam”, acham que os técnicos estão enrolando, ou, o que é pior, que eles estão ficando com os recursos. Porém, a maioria não tem um nível de percepção maior sobre as confusões que acontecem atualmente na nossa economia. Alguns até se referiram que entendem a posição também nada fácil em que está colocada a equipe. A posição de mediadores frente a um programa governamental terceirizado como o Lumiar traz o ônus de ser, a todo momento, confundido como agente governamental e, portanto, receber diretamente a carga de insatisfação com a má condução dos processos da Reforma Agrária. Com relação a isso, foram estes alguns dos relatos ouvidos:

“Os técnicos assumem as críticas feitas, mas é que a maioria das vez, quando faz um negócio deste, os técnicos vai explicar os motivo que foi. Eles vai dizê que não depende deles e sim dos cara lá de cima”. (Raimundo Batista – Carajás)

“Agora, é o seguinte, eu acredito sim, esse negócio ... porque eles não tão fazendo, eles não tão arranjando alguma coisa de mais vantagem pra nós aqui, é porque também num tão afroxando para eles, o que eu acredito que seja isso”.

Os assentamentos mais novos trazem uma característica muito própria para que se desempenhem ações de Gestão e Organização. Geralmente, estão mais distantes dos vícios, posturas anti-éticas de suas lideranças e, portanto, tende a se tornar mais fácil para o trabalho das equipes do Lumiar. A impressão que nos dá é de que ambos, equipes e assentados, começam uma relação de caminhar juntos, ensinando e aprendendo. Quando se analisa o quadro sintético do perfil de entrada na área (apêndice), elaborado pela equipe durante a fase de diagnóstico e construção do Plano de Desenvolvimento, e o comparamos com o rol de conquistas elencadas pelos participantes da oficina de planejamento para 99, percebe-se que houve algum salto na qualidade de vida. Guardando as devidas proporções - muito ainda falta para o ideal - podemos dizer que a comunidade começa a ser dotada de infra-estrutura básica e equipamentos comunitários, importantes para a permanência na área. Se a constatação da presença física destes indicadores mais visíveis de desenvolvimento permite a um observador fazer alguma inferência sobre o nível de desenvolvimento daquela comunidade, o mesmo não se sentiria tão à vontade para apostar algum palpite sobre o nível de organização sócio-política da mesma. Esta questão está além do visível.

4.4.8 Desenvolvimento e infra-estruturas: quem se envolveu?

Durante a pesquisa foram feitos alguns ajustes para complementar as informações contidas no relatório da oficina de planejamento de 99. Como se pôde perceber pelos quadros apresentados no início desse capítulo, o nível de avaliação dos processos feitos naquela oficina, foi muito superficial, restringindo-se a alguns tópicos apenas. No relatório produzido pela equipe ao se avaliar, “estrutura tal, como está?”, explora-se apenas a percepção dos agricultores sobre a situação atual do item avaliado, perdendo a oportunidade de se aprofundar nos processos históricos que determinaram a situação diagnosticada no presente. É

necessário mergulhar na trajetória de vida do assentamento, buscando entender os fatos e como eles são “explicados” pela comunidade. Deve-se buscar, então, revelar os processos vivenciados, de forma a socializar com os que “chegaram depois” quais os caminhos percorridos e avaliar coletivamente os resultados. Corre-se o risco de, ao negar a história, negando também seus atores, planejar sobre uma base inconsistente. Os processos são fundamentais para fornecer elementos exemplares de como a comunidade reagiu frente a determinados estímulos internos ou externos. A desunião a que os assentados tanto se referiram pode ter raízes lá atrás na história da ocupação da terra, assim como grupos mais unidos podem ter origem na solidariedade desenvolvida durante os duros tempo de “barraco de lona ou taipa”. Este fato foi perceptível para além das falas e reforçadas pelas mesmas.

O ajuste procedido foi o de, numa oficina, resgatar a história de cada conquista. O objetivo foi o de captar nas falas dos assentados as ações concretas e o envolvimento da equipe local em cada etapa desta jornada. Trajetória esta que não foi feita só e, portanto, buscou-se também resgatar a história do envolvimento da comunidade em cada um destes momentos e a avaliação que faziam.

Antes de começar a avaliar estes aspectos, deve-se recorrer à contextualização sobre o histórico da ocupação da terra e a formação das duas agrovilas, a de Tocantins e a de Carajás (cap. 2).

Analisaremos como se deu o processo de gestão da associação propriamente dita e a gestão do assentamento como um todo. Percebeu-se que, com relação aos aspectos relacionados ao desenvolvimento, está presente também uma certa confusão de papéis, sobremaneira no que diz respeito ao envolvimento do Lumiar nas conquistas obtidas durante os dois anos. Nas duas oficinas estavam presentes pessoas que acompanharam mais de perto as lutas pelas melhorias. À medida em que se tocava em determinados pontos, alguns se

manifestavam para explicar o que é que havia acontecido e estes que acompanharam os processos iam fazendo os devidos esclarecimentos. Para melhor compreender como foi o processo, apresentaremos para cada ponto as versões que traduzem mais fielmente o ocorrido para, em seguida, apresentarmos as falas que indicam distorções e pouco entendimento.

Começamos pelo estado de coisas encontrado pela equipe do Lumiar, na chegada no PA Planalto do Mel. A diretoria tinha acabado de tomar posse, após pôr fim ao longo tempo de desmandos do “*presidente cão*”, como muitos se referiram. O presidente anterior anulou a diretoria e passou a mandar no assentamento, sendo suas atitudes respaldadas pelo técnico do INCRA que, durante muito tempo, pousou de patrão para a comunidade. Investiu-se da figura do “INCRA dono da terra”. O Sindicato dos Trabalhadores naquele tempo, segundo os relatos, ficou numa posição muito confusa pois, ora se aliava a esse técnico e ao presidente da associação, ora ficava a favor dos assentados. Este fato foi relatado com muito orgulho por alguns, como o Edmilson da agrovila de Tocantins que afirmou que:

“O Lorival [ex-presidente] até uma peia [surra] prometeu pra mim, dizendo que ia mudá meu lote pra longe, só pruquê eu reclamei do repartimento das cestas [cestas básicas compradas com os recursos do crédito alimentação] ... E olha que eu já tinha feito um bucado de trabaio lá, vê se pode? Ele mudou um tanto de gente de lugar, se num fizesse o que ele queria. Ó (...) [técnico do INCRA] dizia: o que o Lorival fizer, tá feito, eu assino embaixo. Foi então que nós formemo um chapa pra associação e ganhemo dele. Adispois ele quis ficar como o presidente do trator e perdeu de novo”.

Essa narrativa demonstra o potencial existente nestes agricultores de se rebelarem diante de uma situação de domínio, partindo para a organização e fortalecimento de um grupo para concorrer às eleições. A situação de subordinação durou o “tempo” necessário para a percepção de alguns de que era

preciso mudar e conquistar não o poder pelo poder, mas a libertação do jugo, exercida por um trabalhador como eles. A clareza sobre qual caminho percorrer para fugir da opressão reflete uma conquista através da participação. Muitos deles, como o galego da vila Tocantins, diziam que no começo só queriam: *“ficar quieto no meu lote, mas o home vinha e mudava um amigo, um parente e até nós mesmo, sobrava para nós, aí eu entrei na associação, na chapa”*. Este é um momento que corresponde a desalienação e traduz-se em potencial de gerar mudanças, nas pessoas e da realidade vivida.

4.4.9 A gestão da associação: tarefa primeira de educar

Com relação à gestão da associação, uma característica muito própria da intervenção do Lumiar em áreas de assentamento novos, como dito anteriormente, é o estado em que se acha a parte burocrática da associação e a condução dos trabalhos de organização, como, por exemplo, realização de assembléias, reuniões, preenchimento dos livros, documentação deficiente ou inexistente, ausência de sede administrativa, etc. A base organizativa encontrada pela equipe foi fundamental para o início dos trabalhos, pois havia todo um clima que unia um grupo composto pela diretoria e outros que mesmo não sendo da diretoria, foram importantes na tomada da associação. Pode ser entendido aqui, como sendo a primeira percepção de que era possível uma mudança da realidade vivida, que o grupo era coeso e a liderança maior se negava a fazer tudo aquilo de que havia sido vítima. A comunidade também já tinha a mesma referência e sabia, neste caso, aquilo que não queria ter de novo: um presidente centralizador e ditador. Pode-se considerar este momento histórico como sendo o mais importante para a comunidade depois da conquista da terra, e que surge de um processo de reflexão crítica diante de uma realidade de opressão transformada em participação substantiva:

“A participação da comunidade foi contribuindo, vindo para as reuniões, ajudando, participando. Eu acho que avançou mais por conta da participação da comunidade, colaborando com os trabalhos coletivos (abrindo as picada para a energia e para as estradas). Até porquê, quando o lumiar chegou aqui, a gente tinha muita dificuldade, todo serviço era coletivo, o pessoal, uns poucos ia participando, nós sempre explicando ao pessoal que era necessário ajudar”. (Nivaldo José, neguinho - Tocantins)

São momentos históricos como este que devem ser aproveitados pela equipe local em que os fatos estão “mexendo” com a comunidade, criando um clima efervescente e, portanto, propício para promover reflexões. Estes momentos são marcos históricos e como tal, devem ser encarados como uma das possibilidades a ser tentada, tomando-se, como “associado eficiente”, instrumento para a ação de mudança.

A avaliação desses primeiros trabalhos, feita pelos agricultores, foi positiva, principalmente por parte daqueles que compuseram a diretoria cujo mandato coincide com o período que se buscou avaliar. Segundo depoimentos, o curso de gestão de associações foi de fundamental importância para eles que acabavam de assumir a associação, sem saber direito qual era, de fato, o trabalho a ser feito. Isto reforça que a aprendizagem parte da modificação das capacidades já possuídas pelos agricultores e foram estas capacidades que determinaram inicialmente a composição da diretoria, orientando a definição do que-fazer de cada um, ou seja, do cargo/responsabilidade que cada um ia assumir.

“Pelos cursos que foi dado, a gente não tinha experiência, a gente tomou toda a experiência de pegar uma associação, estruturar ela e botar pra frente”. (Galego, ex-tesoureiro e atual presidente)

A começar pela organização das assembléias, foi feita a seguinte avaliação de como era antes do Lumiar chegar e o nível de importância dada por eles ao trabalho realizado pela equipe:

“No começo dava muita confusão, era todo mundo falando ao mesmo tempo. Hoje o pessoal é mais consciente. Antes não tinha controle, aí a gente foi dando aquele tempo de ordem, né. pro pessoal se inscrever pra falar, educando mesmo o pessoal, dava a oportunidade prá todo mundo falar, não tomá a palavra do outro. Outro dia nós fizemos assembléia aqui com 176 posseiro. Já imaginou todo mundo falando junto?” (Messias - Tocantins)

“No início, quem conduzia as assembléias era a equipe. Eles que ficavam na frente. É que o pessoal não tinha experiência de como fazer assembléias, como fazer uma pauta, quem é que sabia o que era uma pauta? Graças ao Lumiar nestes dois anos, nós fazia uma reunião da diretoria no sábado antes das assembléias e então a gente apresentava a nossa pauta, né, aquilo que nós queria falá, né? E antes isso não existia. Foi daí a organização do curso de gestão que a gente aprendeu” (Nivaldo José, neguinho - Tocantins)

À medida que iam relatando os fatos ocorridos, percebeu-se que o auto-progresso era motivo de orgulho externalizado pelos sorrisos e pelo entendimento que se passou a ter sobre a gestão. Todos queriam falar sobre a vitória e sobre aquilo que haviam aprendido, descrevendo o momento em que eles se reconheceram conhecendo e já como desdobramento, ensinando para os demais os conhecimentos adquiridos. A organização das reuniões passa a ser conduzida por eles mesmos e a organização foi sendo aceita também pelos outros à medida que se avançava. A auto-estima, durante todo o período inicial, foi sendo recuperada, como veremos aos poucos, nas falas que se seguem:

“Teve muitas vezes que nós precisava de fazer assembléia extraordinária e o Lumiar não estava aqui. Nós fazia, nós dirigindo sozinho e o pessoal acreditava e acredita” (Dorgival - Tocantins)

“Hoje nós faz a pauta por minuto. Tantos minuto pra prestação de contas do trator, tantos pra prestação de contas da associação, tantos minuto para o sindicato e tantos minuto para o Lumiar ” (Moacir do trator - Tocantins)

A questão da divisão de tarefas ou do que-fazer de cada um sugere um grau de especialização de conhecimentos que denota um avanço da apropriação do associativismo e seus elementos políticos básicos:

“Ai trouxeram aquele video, né, e aí foi abrindo a mente da gente de como administrar. Ficou mais orientado. O Lumiar foi mostrando o trabalho de cada um e que cada um cumprindo com seu, em cada função da diretoria. No caso eu não sabia qual era o meu trabalho, aí acabava fazendo o meu e o de outro. Não sabia certo o que era para fazer, só sabia que tinha que fazer, eu queria. (Messias - Tocantins)”

“O Lumiar chega e chega a distribuição de trabalho para cada um. Se cada um vai trabalhar para se organizar e vai dar pra trabalhar [nos lotes]” (Zé da oito - Tocantins)

“Associação para caminhar mesmo, ela tem que caminhar tendo a participação dos sócios, de cada companheiro, em qualquer função que ele assuma, que ele desenvolva ela, porque se ficar centralizado numa mão só não funciona ”.

A questão da prestação de contas mensal também foi um ponto avaliado de forma positiva como sendo reflexo do trabalho da equipe local do Lumiar. Serviu de exemplo para consolidar a gestão daquela diretoria e impedir o retorno de outro presidente centralizador. Criou-se uma referência muito forte para todos de como se deviam conduzir os recursos públicos, sem privatizá-los em torno de interesses de uns poucos. Esta atitude esta calcada num julgamento ético-valorativo fundamental para reforçar a substantividade da participação que estas pessoas começavam a desempenhar, tornando-se educativo para os demais e consolidando a consciência de que a gestão do assentamento devia ser transparente.

“A penúltima diretoria, a do Lorival, não fazia prestação de contas, e aí a gente tem um controle, que todo o mês tamo fazendo, desde aquele tempo, e todo primeiro domingo do mês nós fazemo” (galego –tocantins e tesoureiro na época)

O conselho fiscal teve uma atuação de acordo com suas funções, o que também foi apresentado como referência de aprendizado:

“Teve uma vez que o conselho fiscal foi atrás da diretoria para saber onde tinha ido parar a diferença de vinte centavos nas conta do tesoureiro. Adispois, de outra vez, foram atrás de uma nota fiscal de três real que tava passando a mais, e viro que tavam contando um nota que tinha duas folhas, mas era a mesma” (galego –Tocantins e tesoureiro na época)

Eles falaram da importância que teve o trabalho com a documentação da associação que estava atrasada e irregular em alguns órgãos como a Receita Federal. O preenchimento dos livros exigidos também foi uma atividade lembrada como de grande importância e que vinha sendo mantida até o momento da pesquisa.

4.4.10 A comissão do trator: primeiro aprendizado de descentralização

Um fato interessante que foi relatado durante uma oficina foi a história do trator e da formação de uma comissão para sua gestão. O trator era centralizado pelo presidente da diretoria anterior e estava em péssimas condições.

“A gente recebeu aquele trator de Lorival, todo estragado. Ele estava parado por conta que não tinha pneu pra rodar ” (Luis – Tocantins)

“O trator no tempo de Lorival era um desmantelo medonho. O trator veio aprumá memo depois que criou a comissão do trator” (de Assis – Tocantins)

Esse presidente usava o trator como instrumento para reforçar seu poder. Foi, segundo eles, o “tempo do dente de cachorro”, pois esse presidente mandava e desmandava no assentamento. Mudava gente dos seus lotes, negociava prestígio e apoio cedendo lotes mais próximos a quem lhe seguisse. *“Como ele perdeu a presidência da associação para o nosso grupo que se revoltô contra os seus*

mal feito, quis montar uma chapa para ficar com o trator e, assim, não perder de vez todo o poder” (Moacir – Tocantins). A sugestão do Lumiar foi de que o trator ficasse com a sua gestão descentralizada da associação, através de uma comissão de sócios:

“Os Lumia explicaro como era. Foi logo fundado pra tê esse negócio de tesoureiro do trator, pra ficar só o tesoureiro pra mandar no trator, pra ficar responsável pelo trator. Tem até um tal de regimento com as leis ” (Raimundo Batista - Carajás)

O maior feito dessa comissão, segundo alguns assentados, foi, além de sua própria conduta (prestação de contas mensais nas assembleias), a compra de um trator menor com a renda gerada pelo trabalho do trator maior e que hoje auxilia nos vários trabalhos na comunidade, como de preparo das terras, puxar água para os lotes. O trator maior passa a ter ganho financeiro, trabalhando para fora para se manter e ainda ajudar a manter o menor. A seguir estão os relatos que avaliam o peso desse trabalho da equipe do Lumiar:

“Até porque o trator é coisa da gente, a comissão é formada pela gente mesmo e é coisa que a gente se esforça pra que dê certo”(Moacir- coord. da com. do trator)

“A comissão do trator foi formada com um coordenador, um tesoureiro e um tratorista e possui um regimento que determina a forma de usá. Nós abrimo uma conta pro trator, cê sabe né, pra num havê mais aquela mistura de dinheiro do trator com o da associação” (Missinha – tratorista)

A descentralização foi um marco decisivo e, pelo que se pôde ver até o momento da pesquisa, irreversível como forma democrática de utilização do trator. Ficou bem demarcada a percepção que eles tinham do trator como instrumento de poder, mesmo porque eles tinham “sentido na pele” tal poder. Aqueles que eram desafetos do antigo presidente deixavam de plantar num terreno melhor preparado por não ter acesso ao trator. Era uma relação clientelista como

forma de conservar “seu” grupo sob ameaças de perda dos privilégios como os serviços do trator e da associação.

“Dentro desse assentamento, quando nós que semo da diretoria, passa o trator para otros sócio tomá conta, é menos uma carga que tá tirando da gente e tamo mostrando que a gente não tem interesse próprio e o Lumiar tinha razão quando orientô nós”
(Nivaldo José - Tocantins)

Se a transparência foi sendo apresentada como tudo de diferente com que se havia tido contato até aquele momento, foi sobretudo durante a construção das agrovilas que esta veio a se consolidar em aprendizado.

4.4.11 A construção da Agrovila: barganha e transparência

Na avaliação dos assentados, outra ação importante constatada como co-responsabilidade da equipe do Lumiar, ocorreu durante o período de construção das casas das agrovilas. Desde a discussão do modelo das casas em assembléias até o momento da prestação de contas do recurso, não só para a comunidade, como também para a Federação dos Trabalhadores e para o INCRA (atitude espontânea da associação) houve transparência. Por causa da má gestão dos créditos iniciais - alimentação e do fomento - pelo presidente anterior, a imagem do assentamento perante o INCRA estava desgastada, segundo o relato que segue:

“Primeiramente, pelo que eu fui informado, as casas daqui, donde elas tava, não ia chegar aqui nem o nome. Os técnicos do Lumiar foi que arrastô elas pra cá. Elas iam para outro assentamento” (Messias)

“Porque da gente não tava organizado. Porque a gente não teve capacidade de tomar conta daqueles R\$ 200.000,00 [créditos fomento e alimentação], não tinha prestado conta. Os técnicos do Lumiar dissero lá no INCRA que a diretoria da associação tinha mudado e as casas deviam vim praqui, porque os minino [a

diretoria] de lá tão trabalhando bem. A maior participação do Lumiar foi essa.” (galego - Tocantins)

“E aí os técnico do Lumiar dissero lá que a associação tava acompanhando, que tava fazendo um bom trabalho. Bom, nós não podia pagá por mal feito de ninguém” (Nêgo Jonas - Tocantins)

Estes relatos apontam para uma intervenção direta da equipe local a favor do PA, fornecendo ao INCRA a visão de como andava a gestão do assentamento conduzida, na época, pela recém-empossada diretoria. Outros relatos levam a acreditar que tal procedimento foi de fundamental importância para desfazer a imagem ruim que aquele órgão fazia do PA, isto devido à má gestão dos créditos iniciais de fomento e alimentação pela diretoria anterior.

A resposta à intervenção por parte da equipe do Lumiar junto ao INCRA veio do processo de negociação com a empresa que ia construir as casas, e refletiu também em aprendizado:

“Primeiro nós ia pra sabê se ia pegá ou não o trabalho com a construtora, ouvir a proposta dela. Cada vez que nós reunia com os empresários, nós agradece a equipe do Lumiar, porque chamava nós lá pra dentro, explicava como era pra fazer com a empresa, porque a gente sabe, né, que engenheiro é bicho muito sabido. Eles vêm com aquele negócio pra matar. A gente não tinha o costume de fazer contrato, podia acabá nós assiná uma coisa e adispois de assiná tava feito. Podia haver alguma perca” (...) *“Como é que eles explicavam, vou já lhe contá. Antes de começar a reunião com a empresa, o Lumiar chamava nós e perguntava como é que nós queria a casa. Truxero um modelo de contrato e explicava os cuidados na hora de nós negociá, como a gente ia dar as propostas, alguma coisa para beneficiar a associação. Eles viero com um orçamento de R\$ 2.100,00 para cada casa e nós negociemo por R\$ 1.800,00. Foi aí que nós fechamo em R\$1.900,00, R\$100,00 ficou pra nós pagá o fiscal da associação e pra fazê a instalação da energia das casa e ainda negociemo mais a instalação do poço. Ainda exigimo que toda a mão-de-obra primeira a ser contratada fosse daqui da*

gente” ... “Se a comunidade sabe dessa história? Sabe. nós ia pra reunião, muitas vezes nós fazia reunião à noite pra levá pra lá como é que a gente queria. Já saia daqui conversado com todo mundo. O que nós pegava lá, nós passava na assembléia.”

Foi também desta negociação que os agricultores decidiram nas assembléias extraordinárias qual a contrapartida que eles iam barganhar com a construtora, uma vez que, como foi dito, a partir da percepção de que eles, naquele momento, já não estavam mais na posição de quem pede. O poder de barganha adquirido diante da quantia de dinheiro que estava em jogo fez com que eles optassem pela recuperação de um poço condenado pelos técnicos do INCRA e que todos afirmavam ter tomado “água boa e franca” quando trabalharam na fazenda dos Barretos.

“Esse poço foi a contrapartida da empresa. Nós buscava água de trator na Vila Paraíba da Serra do Mel e conquistamo o poço instalado. A empresa tirou as carrada d’água para construir as casas e até hoje o poço tá beneficiando a comunidade”
(Dorgival)

“Zé Maria [superintende do INCRA], disse que aquilo tinha passado, tinha entrado no buraco negro [a má gestão dos créditos iniciais] e elogiou a gestão que nós fizemo.” (Edmilson)

Estes relatos apontam para um trabalho que os capacitou para que pudessem usar o poder de barganha que eles tinham no momento e, segundo argumento deles mesmos, diziam, “são R\$ 200.000,00 é muito dinheiro, algum beneficio a gente tem que tê”. Com relação ao dito sobre as explicações, todo o processo de confecção do contrato foi acompanhado pela equipe local, cláusula por cláusula, mostrando a eles o que podia recair sobre a associação como, por exemplo, futuras causas trabalhistas. O mais interessante foi o esquema de acompanhamento que foi montado pela própria comunidade: “quantas noite, nós chegava da negociação e tinha um monte de gente esperando na porta da sua casa, Neguinho,

e nós se reunia pra passá as informações, debaixo de um pé de cajueiro, alumiado por um lampião à gás” (Dorgival – Tocantins). Em outras entrevistas individuais, no entanto, notou-se o reconhecimento sobre a atuação do Lumiar, de forma equivocada, em que alguns vinham reforçar que foi o Lumiar que “trouxe” as casas. O senhor Francisco Leite, morador da agrovila de Tocantins, por exemplo, disse que “foi o Lumiar que foi até o banco tirar o dinheiro para a construção das casas”. Quando eles dizem isso relacionam o fato dos recursos para as casas terem vindo com a presença do Lumiar. Geralmente, a aplicação destes créditos traz muitas confusões por mal versação dos recursos, principalmente quando se trata de assentamentos muito grandes e perfazem um grande montante de dinheiro. Os agricultores reforçam essa suspeita quando se referem a um assentamento vizinho em que houve a uma série de acontecimentos ilícitos no processo de construção da agrovila. Como, de fato, o montante dos recursos é grande e como é um crédito disponibilizado no início da vida do assentamento, muitas vezes chega nas mãos de gente despreparada e sem assistência técnica.

4.4.12 A energia e as estradas

Com relação à energia, a percepção do envolvimento do Lumiar foi menor. Apenas o pessoal da associação soube lembrar. Como a instalação da energia é feita por uma empresa particular, o que ficou pendente foi apenas a ligação da linha de alta tensão que demorou muito, deixando a comunidade impaciente é aí que entra a equipe do Lumiar.

“O Lumiar foi fundamental nas informações sobre quem podia resolver. Fomo num tanto de órgão e nada. Ai o Lumiar se envolveu e pesquisou a fonte certa, fomo junto até Natal. Foi o Lumiar que informou como a gente ia, os documentos que tinha que levar e nós elaboramo junto o documento e entregamos lá na COSERN [empresa fornecedora de energia do Rio Grande do Norte]

Para a negociação, esta foi a ação mais direta e incisiva da diretoria, porém, após a realização do já mencionado evento Mesa da Solidariedade, o que ficou bem claro foi que, mesmo sem a comunidade se lembrar bem, a diretoria percebeu seus próprios avanços e aprendeu, no processo, o caminho para usar do seu poder de reivindicação, seja com a prefeitura local ou com o próprio INCRA, sempre apoiada pela comunidade. O interessante é que, para alguns, o Lumiar é identificado como parceiro, dissociando-o do INCRA mas, para a grande maioria, como já dissemos, “é mandado pelo INCRA”.

“Nós se reunia com o Lumiar e quando ia lá pro INCRA, nossa pauta era isso aí. A infra-estrutura básica, tudo isso aí era muito importante. Nós queria sabê quando ia sai, quando ia ser feito. Como, quando e quem era na oficina [oficina de planejamento para elaboração do PPDL]. Agora, lá, na presença do superintendente do INCRA, a gente queria sabê pra quando. Porque se tá dizendo que o recurso tá no orçamento do INCRA pra 98. Se ele dissesse que era para o mês de maio e chegasse o mês de junho, nós fazia outra comissão e ia lá pra sabê porque não foi começado essas estradas e sempre acompanhado do Lumiar. Ainda é do plano [PPDL] isso aí, o programa de acompanhamento, das comissões, era quando nós tirava quando e quem podia chegar lá pra conseguir isso aí. Nós dizia quando é que nós ia precisá da participação da comunidade, se ia ser a associação, se ia ser o sindicato ou o Lumiar e aí que nós se reunia pra agi.” (Nivaldo José, neguindo - Tocantins)

4.4.13 Educação x escola: uma conquista a caminho?

A conquista das escolas pela comunidade apontou mais uma vez para o quanto ela está mais preparada para negociar com o poder público local. Negociar, porém, em outras bases e não mais aquela que espera, que pede, própria de quem está alienado, subalternidade. Para o primeiro grupo escolar da Agrovila de Tocantins, a comissão foi negociar com o prefeito levando a seguinte proposta decidida em assembléia: eles entravam com parte do material e a mão-

de-obra e a prefeitura com o resto e se comprometia a fornecer os professores, material didático e merendeira e merenda. Toda a escola foi construída com os tijolos usados nos traçadores da massa com que foram feitas as casas. *“Ainda sobrou tijolo para nós deixá a igreja com as paredes levantadas”*, conta um deles. O outro grupo escolar da agrovila de Carajás que estava sendo construído, teve o mesmo processo de parceria com a prefeitura. Através de um recurso de indenização da PETROBRÁS, eles negociaram com o prefeito e entraram com R\$ 2.500,00 mais a mão-de-obra, dos próprios pais dos alunos que iam usufruir da escola.

“Um dinheiro que veio da PETROBRÁS, duma rede dela que passa aqui dentro do assentamento. Ela passou aqui dizendo que tinha um dinheiro na conta pra nós recebê. Mas pra nós não dividi pra cada um, a gente se reuniu e concordou em fazer o grupo daqui de Carajás e o galpão pra guardar os dois tratores.” (Poti – Carajás)

A situação apresentada nas falas dá a conotação de uma “receita” muito interessante para as questões associativas na perspectiva do desenvolvimento rural e sua relação como o desenvolvimento local, em que o ato de grupos associados aproveitarem as potencialidades de recursos disponíveis e as capacidades individuais locais para resolverem seus problemas, ao invés de esperar por um Estado que, como eles mesmo reconhecem, não dá a mínima importância para as suas necessidades.

Quando indagado se a obrigação de construir escolas não era da prefeitura, uma das falas expressa bem o que significa esperar do poder público alguma melhoria para o PA e reforça a auto-estima pela decisão tomada, quando afirma:

“Eles têm por obrigação [a prefeitura], mas se a gente fosse esperar pelo município, ia demorá muito, viu! Porque teve uma participação do prefeito, uma parceria do prefeito com a

associação, tanto no de Tocantins, como neste aqui de Carajás. Se fosse deixá só para o município, amigo, era cinco ou seis anos” (Josivam – Carajás)

A construção das escolas é sentida como um fator de permanência das famílias na área, uma vez que um sentimento muito comum que se encontra nos depoimentos de alguns pais de família é o esforço para que os filhos estudem para “não ser como eles” e, se assim reconhecem, pode se considerar que existe um espaço para as práticas educativas que devem ser implementadas pela equipe. Encarar a educação como um fator possível de gerar mudança das realidades de seus filhos confirma que a cultura fornece aos indivíduos os sistemas simbólicos de representações e significações. Para eles, os técnicos e muitos outros atores com os quais convivem, estudaram e têm uma posição melhor que a sua e de seus filhos.

“Pra hoje já deu pra melhorar. Só a educação pras criança, já tem, né? Tem pra criança, tem pra velho, tem pra tudo.” (Josivam – Carajás)

“Ocê tendo estudo pras criança aqui, qué dizê que para essas criança já é uma facilidade muito grande, pra eles e pra gente. Eu mesmo se não tivesse estudo pros menino aqui, eu já tinha ido embora há muito tempo.” (seu Raimundo Batista – Carajás)

Pelo que se pôde perceber nas falas de muitos agricultores, há uma satisfação pela conquista da estrutura física da escola, porém, ela é uma conquista ainda incompleta. Questões como a qualidade do ensino, a reciclagem e atualização das professoras ainda não foram discutidas com a comunidade. Se a presença do Lumiar não foi observada diretamente na questão das escolas, pode-se arriscar o palpite de que depois da implantação das outras infra-estrutura. aprendeu-se o caminho. Muito embora este crescimento não tenha sido homogêneo, a comunidade vem acompanhando as assembléias que hoje são

realizadas no prédio da própria escola. O grupo que gravita em torno da associação, participando mais de perto, apresentou um maior desenvolvimento destas preocupações.

O curso de alfabetização de jovens e adultos foi avaliado como resultado positivo pela comunidade:

“No projeto de custeio de 97 para 98, umas setenta a oitenta famílias precisaro tirá procuração no cartório para outros assiná pra elas a cédula do banco. Agora quando foi pro custeio deste ano, só duas pessoa precisaro pegá procuração” (De Assis – Tocantins)

Este relato que comemora uma vitória “às meias” demonstra que assinar (ou desenhar para uns) o nome lhes é muito significativo, posto que anteriormente deveria ser algo constrangedor não saber fazer. Isto demonstra como esse pouco já é o suficiente para elevar a auto-estima e o quanto esse estágio pode ser potencialmente aproveitado para iniciar novos processos de discussão acerca das melhorias do ensino. Este fato que pode ser mínimo para outros, apresenta-se como um campo muito propício de se trabalhar juntos, equipe e agricultores, num processo de conscientização do que vem a ser cidadania e, principalmente, como fazer para conquistá-la. Mais um exemplo que reforça essa idéia está na negociação com a prefeitura local para que um ônibus pudesse levar os alunos para continuarem seus estudos do ensino fundamental na escolas da sede do município.

4.4.14 Saúde: uma conquista ainda distante

Com relação à saúde, a comunidade tem um agente para cento e oitenta famílias. Há uma confusão de papéis, pelo depoimento do seu Raimundo Batista e de outros, quando falam a sobre saúde, achando que isto é atribuição da equipe do Lumiar. Os seguintes depoimentos expressam bem a situação:

“Agora saúde aqui não é muito fácil não. Eu mesmo tô aqui há um ano e vi um médico vim aqui duas vezes e lá em Tocantins. Se não tivé um carro para ir para Porto do Mangue, tem que ir pra Serra do Mel. Tai, eu tô com essa muié aí com quinze dias que só veve doente.” (...) “Será que não dava para os meninos do Lumiá arranjar um médico pra gente, pelo menos de 15 em 15 dias, prá consultar as pessoa? Já faz mais de três meses que o médico veio aqui em Tocantins.” (...) “Nós queria assim, junto com o projeto Lumiá, eu sei que era mais fácil.”

“Saúde aqui é casca de pau, raiz e chá de erva. O agente de saúde é um pra esse mundão de gente e ele num dá remédio, num faz consulta. Se quisé tem de ir pra cidade. A gente com as coisa da gente, cê sabe, né, coisa de muié tem que pegar a guia e esperá muitos dias lá em Porto do Mangues. Oculista nem se fala, só teve uma vez. (Maria Tereza – Carajás)

De forma geral, com relação aos serviços sociais básicos e trabalho social, o envolvimento da equipe junto à comunidade apresentou-se menos presente. Como consta do relatório da oficina de planejamento para 99, onde o tema foi mais explorado e algumas demandas concretas surgiram, como capacitação dos professores, luta para permanência do ensino de jovens e adultos e a realização de trabalho com jovens e mulheres, tudo isso pôde ser sintetizado pela frase do grupo que avaliou o trabalho social: é preciso “ter mais envolvimento com as famílias”. A equipe, na sua formação inicial, era composta apenas por profissionais da área agrícola, mais recentemente é que houve a substituição de um dos agrônomos por uma profissional assistente social que já chega com toda uma demanda posta. A equipe como um todo deve ser sensível e se envolver em questões sociais do assentamento como um trabalho de todos e com a necessária percepção do que vem a ser interdisciplinarietàade.

CAPÍTULO V

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que se pretendeu com o presente estudo e os referenciais utilizados pelo mesmo, cabe-nos, ainda, tecer algumas considerações.

O futuro das instituições oficiais que prestam os serviços de ATER não se apresenta de forma muito bem delineada. Embora, de um lado, as mesmas estejam passando por uma série de mudanças nos seus aspectos administrativos, metodológicos, buscando novos paradigmas que lhes reorientem as ações na tentativa de construir uma nova identidade, de outro a tendência das reformas administrativas calcadas na lógica neo-liberal se lhes apresenta como uma tendência à sua desarticulação em definitivo. O Projeto Lumiar foi implementado em todo o país de uma forma que, aparentemente, pode agravar mais este quadro e vem no sentido de se buscar uma nova forma de ATER que preze a participação, com elementos e instrumentos pedagógicos, em contraposição à pedagogia da imposição, que alimenta a subalternidade dos agricultores e que compreende as velhas formas de se intervir no meio rural destas mesmas instituições.

Embora o quadro atual se mostre indefinido, existe um fator que aparece como complicador da situação. O caráter emergencial concebido para o Projeto Lumiar lhe confere uma posição de transitoriedade o que vem ameaçar em muito os seus objetivos essenciais. Ao se considerar o tempo necessário para que os assentamentos alcancem uma situação de desenvolvimento que permita às famílias atingirem uma estabilidade em todas as dimensões da vida, tem uma discrepância entre este tempo e o tempo de “duração” do Lumiar.

Com isso, o Lumiar pode vir a repetir o que tem acontecido com todos os projetos para o Desenvolvimento Rural no Brasil, e especificamente para a

região Nordeste, onde a Reforma Agrária é apontada como solução de um problema estrutural antigo que é a posse e uso da terra. Corre-se o risco de, mais uma vez, frustrar as esperanças de milhares de famílias que hoje são assistidas pelas equipes do Lumar em todos os estados da federação, com a interrupção de mais um programa governamental.

Podemos afirmar que existe uma possibilidade de mudança destas tendências que ora se apresentam no cenário da conjuntura nacional que, se não são radicais no sentido de ir na raiz estrutural da composição de poderes da sociedade, podem, pelo menos, se utilizar de um processo de mobilização social para a manutenção da reforma agrária, como já vem sendo feito, mas também podem se dar em função de um dos seus componentes específicos, que é a assistência técnica.

A descentralização da Reforma Agrária se apresenta, então, como uma alternativa com duas vertentes. Uma é o governo federal se utilizar deste procedimento como mecanismo de política pública com um caráter apenas de desconcentração que é a mera delegação das atribuições dos órgãos centrais para os locais, no caso os municípios. Outra é efetivar uma descentralização de forma que as instâncias responsáveis pela gestão da reforma agrária sejam compostas não só pelo poder público apenas, mas também por representações dos trabalhadores rurais e as instituições da sociedade civil organizada comprometidas e identificadas com os interesses destes trabalhadores. A criação de um conselho municipal que venha permitir que os seus membros tomem parte nas decisões fundamentais para a reforma agrária acaba por dar à descentralização séria um caráter político por permitir aos próprios interessados o exercício do poder sem estarem presos a subordinações de quaisquer natureza.

O estudo apontou algumas pistas que demonstram uma outra possibilidade de se fazer a avaliação dos programas e projetos sociais desde que ocorra no sentido prática-teoria-prática, isto é, abranger e converter todo os

momentos da convivência em processo educativo. No caso estudado especificamente, percebeu-se que gradativamente, à medida em que se processava as entrevistas e os momentos coletivos de avaliação e se municiam os agricultores com as informações partindo para uma reflexão, ocorria um incremento significativo no entendimento de questões antes não tratadas como a própria “localização” do Lumiar e seus respectivos níveis institucionais.

A potencialidade da avaliação reside na forma de fazer dela um processo de coletivo e democrático, isto é, todos os envolvidos devem participar igualmente, tanto avaliando como sendo avaliados. Ao se permitirem de modo aberto tanto da equipe local como também dos agricultores de serem avaliados uns pelos outros, apontou-se para a perspectiva onde esta igualdade não deve ser entendida como todos avaliarem todos, nos mesmos aspectos e ao mesmo tempo. Esta seria uma falsa democracia, pois ignoraria a diferenciação de papéis e funções no processo.

Deve-se estimular o processo de crítica e auto-crítica numa dimensão pessoal, levada em consideração especialmente quando se trata de espaços coletivos como os projetos de assentamento, onde as pessoas possam se analisar entre si, possam conversar sobre seus comportamentos e até que ponto estão ajudando ou atrapalhando o coletivo. As assembleias do PA Planalto do Mel tendem, a partir da apropriação da prática avaliativa, a se transformarem num espaço onde as pessoas possam sugerir mudanças entre si, refletir sobre o porquê de alguns problemas de relacionamento com toda a transparência e a honestidade que o amadurecimento do coletivo vai permitindo.

E isto só será possível se as avaliações do Lumiar partirem do pressuposto de que deve-se buscar o estreitamento da distância entre o que se faz na prática no dia-a-dia dos assentamentos e aquilo que está postulado em seus documentos. Corre-se o risco de, se não o fizer, permanecer como simples retórica ou mais um discurso oficial bem construído. Portanto, deve-se permitir

às famílias assentadas, mediante a integração de suas palavras, ocuparem gradativamente um lugar central na gestão do Projeto, de modo a se instituir uma participação substantiva.

Para que o Lumiar possa ser avaliado por todos os segmentos que o compõem deve ser construído um dispositivo de análise e de mediação como um instrumento de regulação institucional. Só assim seus consensos possíveis em torno das reorientações necessárias ganharão efetividade por parte do segmento oficial/governamental. A condução deste processo deve se dar através da formulação de mecanismos de facilitação de todos os segmentos envolvidos, em que a avaliação feita por estes transcorra num processo de aprendizagem e de troca, subsidiados com informações de múltiplos postos de observação da realidade do Projeto Lumiar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. Construindo as instituições do Desenvolvimento Rural. Relatório de Consultoria. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, 1997, Brasília. Relatório de Consultoria. Brasília, 1997. p.24-28. (Mimeo).
- AGUILAR, M.J.; ANDER-EGG, E. Avaliação de serviços e programas sociais. Petrópolis: Vozes, 1994.
- ALENCAR, E. Estudo de caso: uma técnica de pesquisa social. Lavras: ESAL, 1988. 6p.
- ALENCAR, E. Intervenção tutorial ou participativa: dois enfoques da extensão rural. Cadernos de Administração Rural, Lavras, v.2, n.1, p.23-34, jan./jun. 1990.
- ALENCAR, E. Nova abordagem cooperativa: cooperativa como um instrumento de contraposição. Lavras: ESAL, 1991. 10p. (apostila).
- ALMEIDA, J.G.; LIMA, J.B.; MOURA FILHO, J.A. Racionalidade da ação extensionista: um estudo no sul de Minas Gerais. Caderno de Administração Rural, Lavras, v.7, n.2, p.147-157, jul./dez. 1995.
- ALMEIDA, J.G.A. Ideologia e racionalidade na prática na extensão rural. Lavras: UFLA, 1995. 80p. (Tese – Mestrado em Administração Rural).
- ALMEIDA, S.G.de. Experiências de T.A. na organização dos pequenos produtores, comentários. Revista Proposta, Rio de Janeiro, v.27, p.16-20, 1985.
- ALVES, R. A filosofia da ciência: introdução ao jogo e suas regras. São Paulo: Brasiliense, 1981, 199p.
- ASSOCIAÇÃO DE APOIO ÀS COMUNIDADES NO CAMPO-AACC. Plano preliminar de desenvolvimento local de Planalto do Mel. Natal: AACC, 1997. 56p.

ASSOCIAÇÃO DE ORIENTAÇÃO ÀS COOPERATIVAS DO NORDESTE.
Avaliação do Programa CONTACAP: relatório. Recife: ASSOCENE,
1997. 67p.

BIANCHI, A. Avaliação: a síntese necessária. 1993, 10p. (Mimeo).

BRANDÃO, C.R. (Org.). Pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1981.
211p.

**BRANDÃO, C.R. Pensar a prática: escritos de viagem e estudos sobre
educação.** São Paulo: Loyola, 1984. 176p.

**CHALOUT, Y. Governo de Transição com velhas práticas: o que sobra para o
trabalhador rural? Revista Nordeste Rural,** Recife: Centro de Estudos Josué
de Castro, v.1, n.2, p.33, 1988.

**CHALOUT, Y. Uma política de legitimação do Estado e a rearticulação da
pequena produção rural. Revista Raízes, Paraíba, 1984/1985.**

**CHAMBERS, R.A. A pesquisa agrícola para os pequenos produtores: o modelo
do agricultor em primeiro lugar. Agroecologia e Desenvolvimento,** Rio de
Janeiro, 1993, p49-67.

COHEN, E.; FRANCO, R. Avaliação de projetos sociais. Petrópolis: Vozes,
1994. 312p.

**COSTA, S. Avaliação de trabalhos populares: Pontos de Partida. In: Cadernos
do CEAS, Salvador, n.149, 1984.**

DEMO, P. Participação é conquista, noções de política social e participativa,
Ceará: UFC, 1986. 137p.

**ECHENIQUE, O.S. Perspectivas de evolução dos serviços de assistência técnica
agrícola: análise do Projeto Lumiar e das empresas de assistência técnica e ex-
tensão rural. Brasília: INCRA, 1998. 66p. (FAO - Relatório de consultoria).**

EQUIPE DE SUPERVISÃO DO LUMIAR. Boletim informativo do Lumiar,
Natal, Ano I, 1999.

- FRANÇA FERNANDES, M.A. A irracionalidade da racionalização: estudo crítico dos conteúdos, práticas e resultados do “GAT” na Paraíba. Campina Grande, PB: UFPb, 1995. 156p. (Tese – Mestrado em Sociologia Rural).**
- FREIRE, P. Educação e mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 79p.**
- FREIRE, P. Extensão ou Comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 93p.**
- GOMES SILVA, P.S. Avaliação do programa de apoio à gestão de organizações de pequenos produtores rurais – CONTACAP. Sherbrooke, Canadá, 1997. 143p. (Tese – Mestrado em Cooperativismo)**
- GUARESCHI, P.A.; GRISCI, C.L.I. A fala do trabalhador. Petrópolis: Vozes, 1993. 104p.**
- INSTITUTO DE LOS RECURSOS MUNDIALES. El proceso de evaluación rural participativa: una proposta metodológica. Grupo de Estudios Ambientales México, 1993. 53p.**
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Projeto Lumiar, Assistência Técnica nos Assentamentos. Brasília: INCRA, 1997.**
- JARA, C.J. Desenvolvimento Local, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, Recife: INCRA, 1998. 17p.**
- KRESSIERE, R.; SALZER, W. Monitoria e avaliação de projetos: orientações para o trabalho em grupo. Recife: GTZ, 1993. 83p.**
- LEITE, P.S. Opções para o desenvolvimento rural do Nordeste. Avalia os Primeiros Programas Especiais para o Desenvolvimento do Nordeste. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, CE, v.16, n.2, abr./jun. 1985.**
- MARINHO, D. (coord.). Projeto Lumiar, avaliação exploratória. Brasília: 1999. 59p. (Mimeo).**
- MARTINS, J.de S. A chegada do estranho. São Paulo: Hucitec, 1993. 173p.**

- MINAYO, M.C.de S. (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 1995. 80p.
- MURAD, B.T.M. Associações comunitárias e participação social: um estudo de caso no sul de Minas Gerais.** Lavras: UFLA, 1993. 80p. (Tese – Mestrado).
- NOVAES, R.R. Nordeste, Estado e sindicalismo, o PAPP, em questão – CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação.** Rio de Janeiro: CEDI, 1994.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Grupo CAC. Seguimiento y evaluación. Pautas básicas para el desarrollo rural.** ROMA: FAO, 1984.
- PEDINI, S. Agricultura alternativa e pequena produção: a ação do CAA no norte de Minas Gerais.** Lavras: ESAL, 1993. 100p. (Tese – Mestrado em Administração Rural).
- PINTO, J.B. Planejamento participativo: rito ou prática de classe?** Petrópolis: Vozes, 1987. p.71-89.
- PROJETO LUMIAR. Relatório da oficina de avaliação e planejamento 99.** Planalto do Mel: Equipe do Lumiar, 1999. 25p.
- SERVA M. Abordagem substantiva e ação comunicativa: uma complementariedade proveitosa para a teoria das organizações.** *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v.31, n.2, p.108-134, mar./abr. 1997.
- SOUZA, J.R.F.de. A pesquisa agrícola e a extensão rural: do ortodoxo à abordagem participativa.** Fortaleza: 1992. 71p. (Apostila)
- THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação.** São Paulo: Cortez, 1985. 108p.
- TRIVIÑOS, A.N.S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: ATLAS, 1987. 175p.

ANEXOS

	Página
QUADRO-SÍNTESE Fatores situacionais determinantes para o desenvolvimento do PA Planalto do Mel (Fonte: PPD/L/AACC-RN).....	164

QUADRO-SÍNTESE: Fatores situacionais determinantes para o desenvolvimento do PA Planalto do Mel (Fonte: PPDL/AACC-RN)

A - Principais Problemas	B - Causas em Ordem de Prioridade	C - Perspectivas de Soluções	D – Indicadores (metas)
<p>A.3. As famílias ainda não conseguiram obter renda gerada a partir do assentamento.</p>	<p>B.3.1. A falta do parcelamento desestimula as famílias a explorarem o assentamento.</p> <p>B.3.2. A falta de um plano de produção agropecuário para o assentamento.</p> <p>B.3.3. A falta de crédito inviabiliza a implantação de projetos produtivos.</p> <p>B.3.4. Falta de investimentos em negócios não agrícola que gerem oportunidades de emprego e renda para os jovens.</p>	<p>C.3.1. Negociar com o INCRA urgentemente, o parcelamento da área. POTENCIAL: parte do assentamento já foi parcelado extra-oficialmente por produtores e técnico do INCRA.</p> <p>C.3.2. Discutir e elaborar um plano preliminar de produção agropecuária. POTENCIAL: infra-estrutura de apoio à produção remanescente da antiga fazenda (28 há de cajueiro irrigado); assentamento novo, permitindo o planejamento adequado desde o seu início; área adequada ao desenvolvimento da caprinocultura e cajucultura.</p> <p>C.3.3. Informar as famílias sobre as linhas de financiamento existentes e elaborar projetos produtivos de acordo com o plano de desenvolvimento. POTENCIAL: PROCERA, LUMIAR e PAPP.</p> <p>C.3.4. Discutir e estudar com as famílias interessadas o acesso às linhas de financiamentos a pequenos negócios não agrícolas. POTENCIAL: PROMIC, SEBRAE, metodologia CEFE.</p>	<p>D3.1. Parcelamento implantado oficial no prazo negociado. DEPENDE: do INCRA/ produtores.</p> <p>D.3.2. Planejamento da produção sendo executado, mediante o acompanhamento técnico, garantindo a segurança alimentar e os primeiros produtos no mercado, promovendo aumento de renda das famílias assentadas. DEPENDE: Parcelamento, equipe técnica e produtores.</p> <p>D.3.3. Famílias informadas sobre as linhas de financiamento e projetos produtivos elaborados. DEPENDE: equipe técnica, produtores e agente financiador.</p> <p>D.3.4. Plano discutido e elaborado no prazo negociado. DEPENDE: produtores, equipe técnica e agente financiador.</p>

QUADRO-SÍNTESE: Fatores situacionais determinantes para o desenvolvimento do PA Planalto do Mel.

A - Principais Problemas	B - Causas em Ordem de Prioridade	C - Perspectivas de Soluções (Potencialidades)	D - Indicadores (Metas)
<p>A.1. Famílias sem condições de permanência no assentamento.</p>	<p>B.1.1. A falta de infra-estrutura básica de habitação tem impedido a residência no assentamento.</p> <p>B.1.2. A água existente no PA é escassa. Se restringindo a um poço de "caneca" toda água vem do poço Planalto em pipas.</p> <p>B.1.3. A falta de energia tem inviabilizado a fixação de residência no P.A.</p> <p>B.1.4. Má condições das estradas, dificultando o tráfego e o futuro escoamento da produção.</p>	<p>C.1.1. Negociar com o INCRA um prazo para construção das casas e discutir as alternativas de disposição da agrovila. POTENCIAL: mão-de-obra disponível; trator com carroção e pipa</p> <p>C.1.2. • Negociar com o INCRA uma reavaliação e instalação e instalação dos poços já existentes no P.A. bem como um novo estudo do potencial hídrico do P.A., caso estes não sejam utilizáveis.</p> <p>• Projetar e negociar sistema comunitário de abastecimento d'água e a recuperação da Infra-estrutura de reserva d'água disponível. POTENCIAL: 02 poços, um com catavento a reparar, outro por instalar; 01 açude; 02 sistemas.</p> <p>C.1.3. Negociar com o INCRA, COSERN e a CERVAP a extensão da rede elétrica. POTENCIAL: rede distando apenas 6 Km do assentamento.</p> <p>C.1.4. Negociar com o INCRA a construção das estradas internas do P.A.</p>	<p>D.1.1. Casas construídas no prazo negociado, com elevado nível de satisfação das famílias quanto a moradia e a disposição física do conjunto das construções. DEPENDE: do INCRA e dos produtores.</p> <p>D.1.2. • Poços reavaliados, aproveitados (ou não), estudos concluídos e poços perfurados e instalados no prazo de um ano. Depende: INCRA e produtores.</p> <p>• Sistema de abastecimento d'água implantado no prazo negociado. DEPENDE: equipe técnica, produtores, fonte de financiamento.</p> <p>D.1.3. Rede elétrica disponível a agrovila e as atividades agrícolas no prazo negociado. DEPENDE: INCRA/COSERN/CERVAP e produtores.</p> <p>D.1.4. Estradas construídas e em bom estado de conservação. DEPENDE: INCRA e produtores.</p>

QUADRO-SÍNTESE: Fatores situacionais determinantes para o desenvolvimento do PA Planalto do Mel.

A - Principais Problemas	B - Causas em Ordem de Prioridade	C - Perspectivas de Soluções	D - Indicadores (metas)
<p>A.2. Famílias sem condições mínimas para o nível de vida cidadã (qualidade de vida).</p>	<p>B.2.1. Falta de acesso aos serviços sociais básicos: saúde, educação, transporte, comunicação, saneamento básico e lazer.</p>	<p>C.2.1. • Projetar e negociar os serviços de educação, saúde e transporte considerando as especificidades geográficas do P.A. POTENCIAL: casa sede com infraestrutura para escola. Potencial para saúde, agente de saúde liberado para o P.A. CONVÊNIO INCRA/MEC. <ul style="list-style-type: none"> • Discutir e elaborar instrumentos de comunicação interna e externa do assentamento como: rádios alternativos, posto de serviço, caixas postais, etc. POTENCIAL: experiência em comunicação popular entre os profissionais da AACC. <ul style="list-style-type: none"> • Planejar e elaborar com as famílias assentadas uma proposta de lazer. </p>	<p>D.2.1. • implantação do serviço de educação, saúde e transporte, nos prazos negociados. DEPENDE: Prefeitura e produtores. <ul style="list-style-type: none"> • Instrumentos de comunicação discutidos, elaborados e implantados no prazo negociado. DEPENDE: equipe técnica, produtores e fonte de financiamento. <ul style="list-style-type: none"> • Formas de lazer implantadas. DEPENDE: equipe técnica, produtores e fonte de financiamento. </p>

QUADRO-SÍNTESE: Fatores situacionais determinantes para o desenvolvimento do PA Planalto do Mel.

A - Principais Problemas	B - Causas em Ordem de Prioridade	C - Perspectivas de Soluções	D - Indicadores (metas)
<p>A.4. Ineficiência do modelo organizacional do assentamento.</p>	<p>B.4.1. Má administração da diretoria anterior deixou a associação sem recursos. Inexperiência da nova diretoria, falta de conhecimento de como realizar o controle financeiro da associação e não participação dos associados nas atividades do dia-a-dia do assentamento.</p> <p>B.4.2. A falta de regularização do cadastro tem desestimulado a participação dos sócios as atividades do P.A.</p>	<p>C.4.1. • Reestruturar a organização associativa do assentamento e promover a capacitação dos dirigentes e dos sócios da associação. POTENCIAL: cursos do convênio AACC-SINE/FAT. • Promover a formação e capacitação de grupos de produção e/ou de responsabilidade visando a gestão descentralizada. POTENCIAL: cursos do convênio AACC-SINE; experiência já existente no assentamento com grupos de responsabilidade.</p> <p>C.4.2. Negociar com o INCRA, urgentemente, o cadastro dos proprietários. POTENCIAL: estrutura do INCRA já preparada para este fim.</p>	<p>D.4.1. • Organização associativa reestruturada (com controles e escrituração), dirigentes e associados capacitados e sensibilizados para o associativismo. • Grupos de produção e/ou de responsabilidade formados e capacitados para a gestão associativa descentralizada. DEPENDENTE: produtores e técnicos</p> <p>D.4.2. Cadastro oficializado no prazo negociável. DEPENDENTE: INCRA e produtores.</p>